

DIAGNÓSTICO SOCIAL

Problemáticas Sociais

Alcoolismo e Toxicodependência

Envelhecimento Demográfico

Desemprego

Deficiência

Insucesso e Abandono Escolares

Habitações Degradadas

Transportes e Acessibilidades



Conselho Local de Acção Social de Cinfães

Abril 2006



PREFÁCIO

Durante os últimos anos, temo-nos preocupado em desenvolver modelos de interpretação e compreensão da realidade social de Cinfães, assim como em criar mecanismos que nos possam ajudar a intervir de uma forma estratégica no Concelho, mais ajustada aos reais problemas sociais que afectam os cinfanenses.

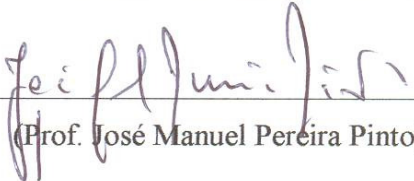
Neste sentido, a Câmara Municipal, movida pelo desafio de articular e mobilizar o conjunto da sociedade e de cada indivíduo, com vista à promoção do desenvolvimento social local, candidatou-se em Outubro de 2003 ao Programa de Implementação da Rede Social.

Das etapas que compõem este Programa, já concluímos e aprovamos o Pré-Diagnóstico Social e encontramos-nos na fase de aprovação do Diagnóstico Social.

Como é do conhecimento de todos, o presente documento tem como objectivo analisar as problemáticas mais visíveis do Concelho, identificar as prioridades de intervenção bem como fazer o levantamento dos recursos disponíveis. Todo este trabalho, assente numa dinâmica de parceria entre os vários agentes (públicos e privados), constitui um fenómeno bastante positivo na medida em que todas as sinergias estão direccionadas para aquilo a que comumente se chama de Acção Social e que certamente surtirá efeitos no combate às situações de pobreza e de exclusão social.

Nesta lógica, fazemos uma análise positiva do resultado deste esforço, considerando que ele serve e servirá os interesses de Cinfães, possibilitando uma intervenção articulada e adaptada ao território concelhio, provocando uma consciência colectiva mais solidária, mais justa e mais fraterna.

O Presidente da Câmara Municipal



(Prof. José Manuel Pereira Pinto)

Índice Geral

Índice de Quadros

Índice de Gráficos

| | |
|--------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Introdução | 1 |
| Conselho Local de Acção Social de Cinfães – CLASCINF – Composição | 3 |
| Enquadramento Programático | 5 |
| Diagnóstico Social | 7 |
| Metodologia | 8 |
| Do Pré-Diagnóstico ao Diagnóstico Social: Pontos relevantes | 11 |

Problemática Social: Alcoolismo/Toxicodependência

| | |
|-------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1. Alcoolismo e outras Drogas | 18 |
| 1.1 – Introdução | 18 |
| 1.2 – Conceito de Alcoolismo | 18 |
| 1.3 – Causas do Alcoolismo | 19 |
| 1.4 – Consequências familiares e sociais do Alcoolismo | 20 |
| 1.4.1 - Consequências na família | 20 |
| 1.4.2 - Consequências no trabalho | 21 |
| 1.4.3 - Álcool e condução | 23 |
| 1.4.4 - Consequências na sociedade | 23 |
| 1.5 – Alcoolismo em Portugal | 24 |
| 1.6 – Alcoolismo em Cinfães: apresentação da informação recolhida | 25 |
| 1.6.1 - CRAC | 25 |
| 1.6.2 - Centro de Saúde de Cinfães | 27 |
| 1.7 – Outras dependências | 30 |
| 1.7.1 - Instituto da droga e da toxicodependência | 31 |
| 1.8 – Análise estratégica | 37 |
| 1.8.1 - Perspectiva analítica | 39 |

Problemática Social: Envelhecimento Demográfico

| | |
|---------------------------------------------------------|-----------|
| 2. Envelhecimento Demográfico | 42 |
| 2.1 – Introdução | 42 |
| 2.2 – Apresentação e análise das informações recolhidas | 42 |

| | |
|-----------------------------------|----|
| 2.3 – Recursos ----- | 48 |
| 2.4 - Análise estratégica----- | 50 |
| 2.4.1 Perspectiva analítica ----- | 52 |

Problemática Social: Desemprego

| | |
|-----------------------------------------------------|-----------|
| 3. Desemprego ----- | 54 |
| 3.1 – Introdução ----- | 54 |
| 3.2 – Apresentação das informações recolhidas ----- | 54 |
| 3.3 – Análise estratégica ----- | 58 |
| 3.3.1 - Perspectiva analítica ----- | 60 |

Problemática Social: Deficiência

| | |
|----------------------------------------------------------------|-----------|
| 4. Deficiência----- | 62 |
| 4.1 – Introdução ----- | 62 |
| 4.2 – Recursos e apresentação das informações recolhidas ----- | 63 |
| 4.2.1 ECAE ----- | 65 |
| 4.2.2 Centro de Reabilitação Profissional de Gaia ----- | 67 |
| 4.2.3 Cercimarante----- | 68 |
| 4.3 – Análise estratégica ----- | 71 |
| 4.3.1 - Perspectiva analítica ----- | 73 |

Problemática Social: Insucesso e Abandono Escolares

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 5. Insucesso e Abandono Escolares ----- | 75 |
| 5.1 – Introdução ----- | 75 |
| 5.2 – Apresentação das informações recolhidas ----- | 77 |
| 5.2.1 Insucesso e abandono escolares em Cinfães ----- | 80 |
| 5.3 – Recursos ----- | 85 |
| 5.3.1 Cursos de Educação/Formação----- | 85 |
| 5.3.2 Ensino Profissional----- | 87 |
| 5.3.3 Ensino Recorrente----- | 88 |
| 5.3.4 Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências ---- | 89 |
| 5.3.5 CENFOR ----- | 90 |
| 5.4 - Análise estratégica----- | 94 |

| | |
|-----------------------------------|----|
| 5.4.1 Perspectiva analítica ----- | 96 |
|-----------------------------------|----|

Problemática Social: Habitações Degradadas

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 6. Habitações Degradadas ----- | 98 |
| 6.1 – Introdução ----- | 98 |
| 6.2 – Apresentação das informações recolhidas ----- | 98 |
| 6.3 – Recursos – Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal de Cinfães ----- | 101 |
| 6.3.1 – SOLARH ----- | 103 |
| 6.4 - Análise estratégica ----- | 104 |
| 6.4.1 Perspectiva analítica ----- | 105 |

Problemática Social: Transportes e Acessibilidades

| | |
|-----------------------------------------------------|------------|
| 7. Transportes e Acessibilidades ----- | 107 |
| 7.1 – Introdução ----- | 107 |
| 7.2 – Apresentação das informações recolhidas ----- | 107 |
| 7.3 - Análise estratégica ----- | 108 |
| 7.3.1 Perspectiva analítica ----- | 109 |

| | |
|------------------------|------------|
| Conclusão ----- | 110 |
|------------------------|------------|

| | |
|---------------------------|------------|
| Bibliografia ----- | 111 |
|---------------------------|------------|

| | |
|---------------------|------------|
| Anexos ----- | 114 |
|---------------------|------------|

| | |
|------------------------------------------|------------|
| Anexo I – Objecto de Estudo ----- | 115 |
|------------------------------------------|------------|

| | |
|--------------------------------------------------------------------|------------|
| Anexo II – Grelha de caracterização das problemáticas ----- | 123 |
|--------------------------------------------------------------------|------------|

| | |
|-----------------------------------|------------|
| Anexo III – Recursos ----- | 127 |
|-----------------------------------|------------|

Índice de Quadros

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 – N.º de bebedores excessivos/doentes alcoólicos e alcoólicos inscritos no CRAC, provenientes do Concelho de Cinfães ----- | 26 |
| Quadro 2 – Distribuição dos alcoólicos por sexo e grupo etário ----- | 28 |
| Quadro 3 – Distribuição dos alcoólicos segundo a situação profissional ----- | 29 |
| Quadro 4 – Distribuição dos toxicodependentes segundo o sexo e a idade ----- | 36 |
| Quadro 5 – Distribuição dos toxicodependentes segundo as habilitações literárias---- | 36 |
| Quadro 6 – Distribuição dos toxicodependentes segundo a situação profissional----- | 37 |
| Quadro 7 – Evolução da população do Concelho segundo os grupos funcionais no período de 1991-2001 ----- | 43 |
| Quadro 8 – População residente no Concelho, por sexo e segundo os três grandes grupos etários, em 2001 ----- | 44 |
| Quadro 9 – Indicadores demográficos do Concelho de Cinfães ----- | 45 |
| Quadro 10 – Inst. Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Cinfães----- | 49 |
| Quadro 11 – Desempregados inscritos por sexo, em Janeiro e Junho de 2005 e Janeiro de 2006 ----- | 55 |
| Quadro 12 – Desempregados inscritos por sexo e grupo etário em Janeiro de 2006--- | 56 |
| Quadro 13 – Desempregados inscritos segundo as habilitações literárias ----- | 56 |
| Quadro 14 – Desempregados inscritos seg. o tipo de procura, em Janeiro de 2006---- | 56 |
| Quadro 15 – Desempregados inscritos, segundo o tempo de inscrição, em Janeiro de 2006 ----- | 57 |
| Quadro 16 – População deficiente segundo o grupo etário e o sexo, em 2001 ----- | 63 |
| Quadro 17 – População deficiente, por sexo e tipo de deficiência, em 2001----- | 64 |
| Quadro 18 – População deficiente, por sexo e grau de incapacidade, em 2001 ----- | 64 |
| Quadro 19 – Número de alunos abrangidos pela educação especial, no ano lectivo de 2005/2006 ----- | 66 |
| Quadro 20 – Distribuição dos alunos do ensino especial, segundo o tipo de deficiência, em 2005/2006----- | 66 |
| Quadro 21 – Número de jovens a frequentar a Cercimarante, segundo o sexo e a idade, em Janeiro de 2006 ----- | 69 |
| Quadro 22 – Número de jovens a frequentar a Cercimarante, segundo o curso de formação, em Janeiro de 2006 ----- | 70 |

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 23 – Número de jovens a frequentar a Cercimarante, segundo o tipo de deficiência, em Janeiro de 2006----- | 71 |
| Quadro 24 – Taxa de analfabetismo em 1991 e 2001, em Cinfães e no Tâmega----- | 78 |
| Quadro 25 – População residente segundo o nível de instrução e o sexo, em 2001---- | 79 |
| Quadro 26 – N.º de alunos no ano lectivo de 2004/2005----- | 80 |
| Quadro 27 – Indicadores referentes à área da educação, em 2001----- | 80 |
| Quadro 28 – Número de alunos com insucesso escolar por nível de ensino ----- | 81 |
| Quadro 29 – Número de alunos em situação de insucesso escolar, segundo o ano de escolaridade, no ano lectivo de 2004/2005----- | 82 |
| Quadro 30 – Número de alunos em situação de insucesso escolar por sexo, no ano lectivo de 2004/2005 ----- | 83 |
| Quadro 31 – Número de alunos em situação de abandono escolar, por agrupamento e nível de ensino, no ano lectivo de 2004/2005----- | 83 |
| Quadro 32 – Número de alunos em situação de abandono escolar, segundo o ano de escolaridade, no ano lectivo de 2004/2005----- | 84 |
| Quadro 33 – Número de alunos em situação de abandono escolar por sexo ----- | 85 |
| Quadro 34 – Número de alunos a frequentar os CEF's----- | 86 |
| Quadro 35 – Número de alunos a frequentar o ensino profissional----- | 87 |
| Quadro 36 – Número de alunos com insucesso escolar, segundo o sexo e o curso ---- | 88 |
| Quadro 37 – População a frequentar o ensino recorrente ----- | 89 |
| Quadro 38 – Pessoal Docente segundo o sexo----- | 91 |
| Quadro 39 – Pessoal Docente segundo o Grupo Etário ----- | 92 |
| Quadro 40 – Pessoal Docente por nível de ensino ----- | 92 |
| Quadro 41 – Pessoal Não Docente segundo o sexo----- | 93 |
| Quadro 42 – Pessoal Não Docente segundo o Grupo Etário----- | 93 |
| Quadro 43 – Pessoal Não Docente segundo as habilitações literárias----- | 94 |
| Quadro 44 – Número de alojamentos em Cinfães, segundo as condições sanitárias--- | 99 |
| Quadro 45 – Número de alojamentos segundo o abastecimento de água----- | 99 |
| Quadro 46 – Variação do número de edifícios, 1991-2001 ----- | 99 |
| Quadro 47 – Edifícios segundo a época de construção ----- | 100 |
| Quadro 48 – Distribuição dos pedidos de apoio habitacional por freguesia----- | 101 |
| Quadro 49 – Distribuição dos requerentes por faixas etárias ----- | 102 |
| Quadro 50 – Distribuição das freguesias segundo a área----- | 116 |
| Quadro 51 – Evolução da população residente no Concelho de Cinfães ----- | 117 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 52 – Evolução da população residente, por freguesia----- | 118 |
| Quadro 53 – Estado civil da população residente no Concelho, em 2001 ----- | 121 |
| Quadro 54 – Indicadores demográficos do concelho de Cinfães----- | 121 |
| Quadro 55 – Número de famílias, núcleos familiares e população residente nos anos de 1991 e 2001 ----- | 122 |

Índice de Gráficos

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico I – Distribuição dos alcoólicos segundo as habilitações literárias ----- | 28 |
| Gráfico II – Distribuição dos toxicodependentes do CAT por sexo ----- | 33 |
| Gráfico III – Distribuição dos toxicodependentes do CAT por grupos etários ----- | 33 |
| Gráfico IV – Distribuição dos Toxicodependentes do CAT segundo o estado civil --- | 34 |
| Gráfico V – Distribuição dos toxicodependentes do CAT segundo as habilitações literárias ----- | 34 |
| Gráfico VI – Distribuição dos toxicodependentes do CAT segundo a situação profissional----- | 35 |
| Gráfico VII – Distribuição dos toxicodependentes do CAT segundo a freguesia de residência----- | 35 |
| Gráfico VIII – Projecção da população por grupos etários até 2011 ----- | 44 |
| Gráfico IX – Taxa de Desemprego em 1991 e 2001 segundo o sexo----- | 54 |
| Gráfico X – Número de jovens a frequentar a Cercimarante segundo as habilitações literárias, em Janeiro de 2006 ----- | 70 |
| Gráfico XI – Projecção da população total ----- | 117 |
| Gráfico XII – Projecção do número de indivíduos por freguesias ----- | 119 |
| Gráfico XIII – Projecção do número de indivíduos por freguesias ----- | 119 |
| Gráfico XIV – Projecção do número de indivíduos por freguesias ----- | 119 |
| Gráfico XV – Caracterização da população residente segundo o sexo ----- | 120 |

Siglas

- O.M.S.** – Organização Mundial de Saúde
- S.A.F** – Síndrome Alcoólica Fetal
- P.L.A.** – Problemas ligados ao Álcool
- C.R.A.C.** – Centro Regional de Alcoologia do Centro
- I.D.T.** – Instituto da Droga e da Toxicodependência
- C.A.T.** – Centro de Atendimento a Toxicodependentes
- U.D.** – Unidades de Desabilitação
- C.D.** – Centros de Dia
- C.A.D.** – Centro de Apoio a Dependentes
- S.A.D.** – Serviço de Apoio Domiciliário
- P.A.I.I.** – Programa de Apoio Integrado a Idosos
- S.W.O.T.** – (Strengts, Weaknesses, Opportunities and Threats) (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças)
- E.C.A.E.** – Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos
- CERCIMARANTE** – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Amarante
- F.S.E.** – Fundo Social Europeu
- Q.I.** – Coeficiente de Inteligência
- C.E.F.** – Cursos de Educação/Formação
- C.R.V.C.C.** – Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
- I.N.E.** – Instituto Nacional de Estatística
- N.U.T.** – Nomenclatura da Unidade Territorial
- I.E.F.P.** – Instituto de Emprego e Formação Profissional
- N.E.E.** – Necessidades Educativas especiais
- D.R.E.N.** – Direcção Regional de Educação do Norte

Introdução

Concluído e aprovado o Pré-Diagnóstico Social do Concelho de Cinfães, que consistiu numa primeira recolha de informação acerca das necessidades e dos problemas sociais concelhios, é imperativo a realização do Diagnóstico Social.

O Diagnóstico Social do Concelho de Cinfães, surge na sequência de uma exigência estrutural do Programa Rede Social. E porque é um estudo local, o Diagnóstico Social compila dados sobre as problemáticas identificadas pelo Conselho Local de Acção Social de Cinfães (CLASCINF) na Nuvem de Problemas, permitindo, também, estabelecer relações de causalidade, avaliar a situação actual do Concelho, proporcionando um conhecimento mais aprofundado dos recursos, problemas e necessidades existentes, bem como uma definição mais adequada das prioridades de intervenção.

Neste contexto, e porque este documento visa a análise das problemáticas do Concelho, o Diagnóstico Social está estruturado por problemática social e a posição apresentada foi definida pelos parceiros sociais por ordem de prioridade.

Assim, as problemáticas sociais analisadas apresentam-se da seguinte forma:

- ➔ Alcoolismo e Toxicodependência;
- ➔ Envelhecimento Demográfico;
- ➔ Desemprego;
- ➔ Deficiência;
- ➔ Insucesso e Abandono escolares;
- ➔ Habitações Degradadas;
- ➔ Transportes e Acessibilidades.

Na caracterização de cada problemática foi feito um enquadramento teórico sintético, uma análise das informações recolhidas que sustentam as problemáticas bem como uma apresentação dos recursos existentes. Além disso, foi efectuada uma análise estratégica

das problemáticas através da Análise SWOT (que identifica as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), acompanhada de uma perspectiva analítica.

Simultaneamente, foi feito para o Diagnóstico Social do Concelho de Cinfães um levantamento ao nível dos recursos não só locais mas também regionais e nacionais (Anexo III), que facilitará a realização do Plano de Desenvolvimento Social local onde serão delineadas as possíveis soluções para colmatar as problemáticas identificadas.

Conselho Local de Acção Social de Cinfães – CLASCINF

Composição:

- ✓ Agrupamento Horizontal de Escolas de Nespereira;
- ✓ Agrupamento Vertical de Escolas de Cinfães;
- ✓ Agrupamento Vertical de Escolas de Souselo;
- ✓ Associação de Cultura e Desporto de Cinfães;
- ✓ Associação de Infância e Terceira Idade de S. Sebastião;
- ✓ Associação de Solidariedade Social de Souselo;
- ✓ Associação de Solidariedade Social e Recreativa de Nespereira;
- ✓ Associação e Grupo Folclórico Cantas e Cramóis de Pias;
- ✓ Associação para o Desenvolvimento do Alto Concelho de Cinfães;
- ✓ Associação Recreativa e Cultural de Jovens dos Desamparados;
- ✓ Câmara Municipal de Cinfães;
- ✓ Casa do Povo de Ferreiros de Tendaís;
- ✓ Centro de Saúde de Cinfães;
- ✓ Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu;
- ✓ Centro Social da Paróquia de S. Martinho de Fornelos;
- ✓ Centro Social e Paroquial de Tendaís;
- ✓ Educação Recorrente e Extra-Escolar de Cinfães;
- ✓ Escola Profissional de Cinfães;
- ✓ Escola Secundária Prof. Dr. Flávio Resende;
- ✓ Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos;
- ✓ Guarda Nacional Republicana de Cinfães;
- ✓ Instituto de Reinserção Social de Lamego;
- ✓ Instituto Português da Juventude;
- ✓ Junta de Freguesia de Bustelo;
- ✓ Junta de Freguesia de Cinfães;
- ✓ Junta de Freguesia de Ferreiros de Tendaís;
- ✓ Junta de Freguesia de Fornelos;
- ✓ Junta de Freguesia da Gralheira;
- ✓ Junta de Freguesia de Moimenta;
- ✓ Junta de Freguesia de Nespereira;

- ✓ Junta de Freguesia de Oliveira do Douro;
- ✓ Junta de Freguesia de S. Cristóvão de Nogueira;
- ✓ Junta de Freguesia de Ramires;
- ✓ Junta de Freguesia de Tendais;
- ✓ Junta de Freguesia de Tarouquela;
- ✓ Junta de Freguesia de Travanca;
- ✓ Santa Casa da Misericórdia de Cinfães;

Núcleo Executivo:

- ✓ Câmara Municipal de Cinfães;
- ✓ Centro de Saúde de Cinfães;
- ✓ Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu;
- ✓ Escola Profissional de Cinfães;
- ✓ Guarda Nacional Republicana;
- ✓ Junta de Freguesia de Fornelos;
- ✓ Santa Casa da Misericórdia de Cinfães.

Enquadramento Programático

A pobreza e a exclusão social têm em Portugal traços particulares, decorrentes das contingências do desenvolvimento e da situação estrutural do país, na medida em que apresenta contornos que o fazem aproximar das sociedades desenvolvidas, registando no entanto algumas características das sociedades periféricas, como por exemplo a cultura da pobreza.¹

As tendências que se podem vir a desenhar têm, em contextos sócio-geográficos diversos, várias categorias sociais desfavorecidas em situações de pobreza. Por um lado, nas zonas rurais, a interioridade, o isolamento e a desertificação atingem particularmente os idosos pensionistas, os agricultores e assalariados de baixo rendimento, as pessoas com deficiência e problemas de alcoolismo; por outro lado, a agressividade do mercado de trabalho em conjunto com a quebra dos laços sociais, atinge com premência os desempregados de longa duração, os trabalhadores precários, as comunidades de migrantes, as crianças em risco, os toxicodependentes.

O preconceito, a segregação social e a marginalização são fenómenos presentes no funcionamento geral das sociedades. Essas representações tendem a incorporar-se nas pessoas por meio dos fenómenos de acomodação e auto-estima negativa. Conjuntamente, face à fragilidade dos recursos relacionais e a meios socialmente estigmatizados, surgem atitudes e disposições fortemente sedimentadas, de efeitos duráveis, que inibem a partilha, a participação das comunidades excluídas, tendo em vista a construção de projectos de vida activa.

É por isso que cada vez mais as estratégias actuais de combate à pobreza e à exclusão social, passam pela aplicação de políticas sociais activas, de novos métodos e filosofias

¹ As pessoas têm quadros culturais, normas, que não alimentam aspirações, nem vontade, nem desejo de viver melhor.

de acção², tendo em atenção os novos focos de pobreza resultantes da evolução constante das sociedades actuais.

Neste sentido, é preciso descentralizar as dinâmicas de intervenção social e a concretização de projectos multidimensionais integrados, planificados e operacionalizados em função dos problemas diagnosticados nos diversos territórios, implicando o progressivo enquadramento das intervenções sociais no âmbito de processos de desenvolvimento sócio-económico locais³.

Impõe-se que as políticas de inserção traduzam um esforço criativo no delinear de estratégias eficazes, tendentes a uma consolidação progressiva no tempo, afastando-se do carácter pontual e improvisado de grande parte das acções e programas⁴.

² O Estado e as ONG's que actuam neste âmbito devem estar atentos às novas formas de acção. Por exemplo, o envolvimento e participação das comunidades locais no combate à pobreza e à exclusão social deve estar concertado com a acção das Instituições e com as políticas sociais a accionar pelo Estado.

³ *Passim*, Ana Sofia Marques e José Castro “Modelar: Modelos de Formação e Inserção Sócio-Profissional de pessoas desfavorecidas – Dimensões e Tipologias”, Porto, Edição Empresa Diário do Porto, Dezembro 2000.

⁴ *Idem*.

Diagnóstico Social

O Diagnóstico Social constitui uma unidade de análise e síntese da situação estudada, daí que nunca esteja acabado, tratando-se de um instrumento aberto que se vai elaborando, faz parte do processo de intervenção social, constituindo um dos seus vários vectores intrínsecos. O Diagnóstico corresponde à análise da realidade social num determinado contexto social, espacial e temporal, respeitante a uma ou várias situações problemáticas. Proporciona dados e informação acerca da realidade sobre a qual se vai intervir e se quer transformar.

Esta necessidade de elaborar uma análise da realidade social, baseia-se num princípio fundamental: conhecer para actuar, daí que o Diagnóstico seja considerado uma forma de investigação porque conduz à intervenção.

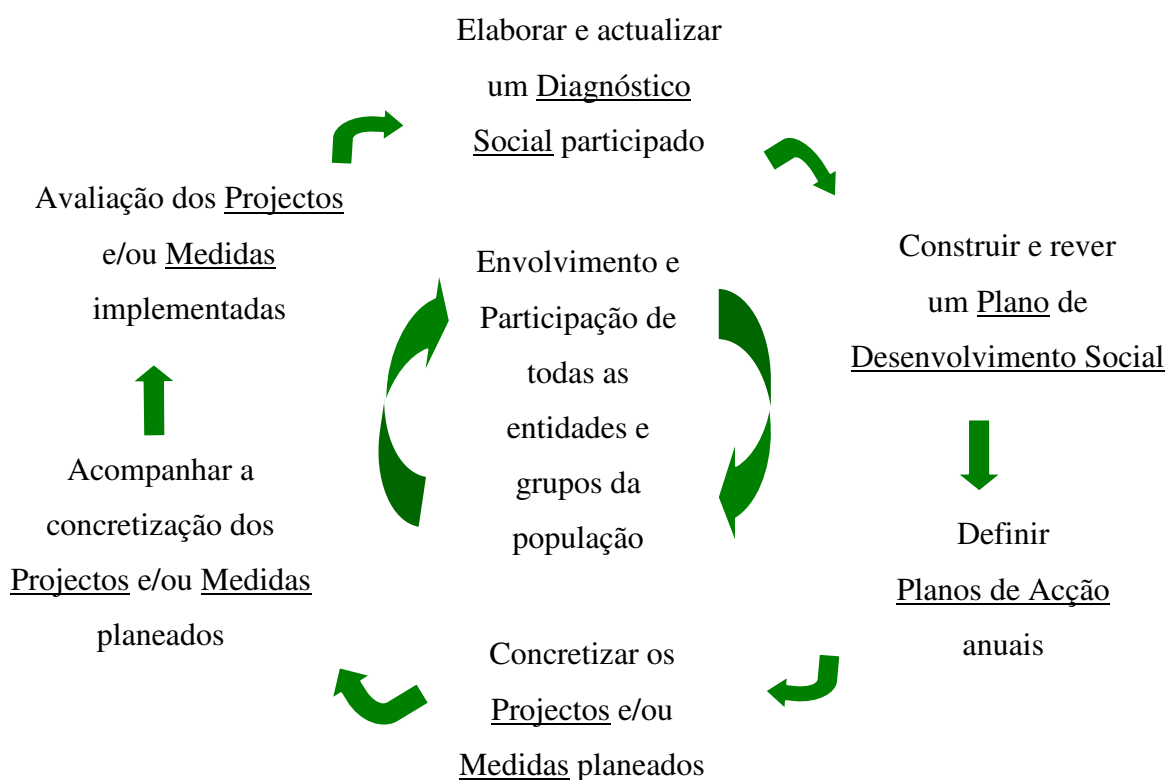
O Diagnóstico Social é um instrumento que resulta da **participação dos diversos parceiros**, facilitador da interacção e da comunicação entre eles e, por isso, torna-se parte integrante do processo de intervenção, criando as condições sociais e institucionais para o seu processo.

São objectivos fundamentais do Diagnóstico:

- ➔ Documentar o ponto da situação em relação aos problemas identificados;
- ➔ Determinar a importância e amplitude dos problemas (hierarquizando-os) e respectivas causalidades;
- ➔ Identificar os nós centrais sobre os quais incidirá a intervenção.

Metodologia

A proposta metodológica do Programa Rede Social assenta numa estratégia participada de planeamento, que procura racionalizar e conferir maior eficácia, quer à intervenção dos agentes na aplicação das medidas, projectos e programas de combate à pobreza e à exclusão social, quer à promoção do desenvolvimento social.



Tendo presente este esquema, o Diagnóstico Social foi elaborado com base numa metodologia de investigação – acção que alia o estudo à intervenção. O Diagnóstico consiste, assim, num processo de investigação-acção, existe uma correlação entre pensamento (reflexão) e intervenção (acção).

Neste sentido, depois de aprovado o Pré-Diagnóstico Social (a 16 de Junho de 2005), foi realizada a sessão para aplicação da técnica “Nuvem de Problemas” e da “Estratégia Metaplan”, no dia 14 de Julho de 2005, com a presença e a participação dos parceiros do Conselho Local de Acção Social de Cinfães (CLASCINF).

A “Nuvem de Problemas” «é uma técnica de visualização utilizada para a realização de diagnósticos participados que poupa tempo e facilita a obtenção de visões partilhadas das situações. Outra das suas vantagens é separar os problemas enunciados das pessoas que os colocam»⁵

Em primeiro lugar, foram distribuídos papéis brancos (equivalentes a metade de uma folha A4), marcadores todos da mesma cor (azul) e era pedido aos participantes para enunciarem quais os principais problemas do Concelho, escrevendo em letra de imprensa nos papéis que lhes haviam sido distribuídos. Posteriormente, estes foram recolhidos, baralhados e afixados um a um numa parede, isto para que os problemas não fossem relacionados com a pessoa que os denunciou, permitindo assim o seu anonimato. Todos os problemas afixados foram agrupados, formando problemáticas mais abrangentes.

Finalmente, numa lógica de priorização de problemas foi utilizada a Estratégia “Metaplan”, que consistiu na distribuição a cada participante de 5 bolinhas autocolantes, para que os mesmos pontuassem os problemas de acordo com o seu critério. Seguidamente, foi solicitado aos parceiros que se levantassem ao mesmo tempo e que pontuassem os problemas com as bolinhas que haviam sido distribuídas.

Desta forma, seleccionaram-se as problemáticas consideradas por todos como mais importantes para o Concelho de Cinfães.

As problemáticas seleccionadas foram aquelas sobre as quais recai a análise do Diagnóstico social.

Tendo em conta as problemáticas definidas na Nuvem de Problemas, realizaram-se Grupos de Trabalho para cada uma das problemáticas identificadas, com o objectivo de serem elaboradas as respectivas Análises SWOT, nomeadamente: **Envelhecimento** (29-09-2005, 10:00H); **Alcoolismo/Toxicodependência** (29-09-2005, 15:00H); **Desemprego** (13-10-2005, 10:00H); **Deficiência** (13-10-2005, 15:00H);

⁵ Instituto da Segurança Social, “Programa Rede Social”, 2002, pp.82

Insucesso/Abandono escolares (20-10-2005, 14:30H); **Habitações Degradadas e Transportes e Acessibilidades** (27-10-2005, 14:00H).

A Análise SWOT consistiu na identificação das fraquezas, forças, oportunidades e ameaças de cada uma das problemáticas diagnosticadas pelos parceiros sociais. As fraquezas e as forças dizem respeito à situação actual/presente do Concelho e à sua realidade interna, as oportunidades e ameaças dizem respeito a aspectos exteriores à realidade concelhia.

Os grupos de trabalho foram compostos pelos parceiros do Conselho Local de Acção Social de Cinfães e por interlocutores privilegiados convidados para o efeito.

Simultaneamente, foram aplicadas para recolha de informação, as seguintes Técnicas:

- ➔ Observação directa;
- ➔ Inquéritos por questionário;
- ➔ Entrevistas com interlocutores privilegiados;
- ➔ Análise documental.

Do Pré-Diagnóstico ao Diagnóstico Social: Pontos Relevantes

I - Demografia

- Isolamento geográfico – Concelho disperso (241,5Km²); freguesias muito distantes da sede do Concelho (Gralheira a 30Km);
- Diminuição da população desde a década de 50 (até 2002 o Concelho perdeu 9663 habitantes);
 - Emigração/Êxodo Rural;
 - Redução da Taxa de Natalidade (em 2002 foi de 10,9‰);
- Envelhecimento populacional (18,5% da população tem mais de 65 anos):
 - Índice de Envelhecimento – 106,5 em 2002;
 - Diminuição da população com menos de 14 anos;
 - Aumento da esperança média de vida;
 - Aumento da população com mais de 65 anos;
 - Índice de Dependência dos idosos a situar-se em 2002 em 27,8%.
- Variação positiva, entre 1991-2001, do número de Famílias (5,3%);
- Variação positiva, entre 1991-2001, do número de Núcleos Familiares (7,5%);
- 4% da população residente é portadora de deficiência.

II - Saúde

- Foram efectuadas pelos médicos do Centro de Saúde e suas extensões, durante o ano de 2004, 72280 consultas, das quais:
 - 74% dizem respeito a consultas de Clínica Geral;
- Em média cada médico do Centro de Saúde tem a cargo 2318 utentes;
- Durante o ano de 2004 o Serviço de Apoio Permanente (S.A.P.) atendeu 29895 pessoas e em 2005 atendeu 29120 utentes;
- Estão em acompanhamento no Serviço de Acção Social do Centro de Saúde 19 toxicodependentes, todos do sexo masculino, com idades entre os 25 e os 44 anos e com habilitações literárias baixas;
- Estão em acompanhamento no Serviço de Acção Social do Centro de Saúde 27 alcoólicos, 20 do sexo masculino e 7 do sexo feminino, com idades entre os 35 e os 54 anos e com habilitações literárias baixas.

III - Educação

- Diminuição da Taxa de Analfabetismo entre 1991 e 2001 (-2,5%);
- Em 2001, Taxa de Analfabetismo é de 14,8%;
- 18,9% da população residente não possui qualquer nível de ensino e 44,5% possuem apenas o 1.º ciclo do ensino básico;
 - Envelhecimento da população;
 - Quebra da Taxa de Natalidade.
- Existem 21 estabelecimentos do pré-escolar;
- Existem 51 escolas do 1.º ciclo do ensino básico;
- Taxa de cobertura do ensino pré-escolar a situar-se nos 58%;
- Diminuição do número de alunos entre os anos lectivos de 1999/2000 e 2004/2005 (-5,1%);
- Taxa de Abandono Escolar no ano lectivo de 2003/2004 foi de 2%;
- Taxa de Insucesso Escolar no ano lectivo de 2003/2004 foi de 9,7%;
- Em 2003/2004, a Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos acompanhava 91 crianças no ensino especial, das quais:
 - 54 pertenciam ao sexo masculino e 37 ao sexo feminino;
 - 40 tinham idades entre os 5 e os 10 anos.
- Variação negativa de 17%, entre 2001/2002 e 2003/2004, no número de alunos da Escola Profissional.

IV - Habitação

- 10536 alojamentos clássicos, dos quais 69% destinam-se a residência habitual e 23% são de uso sazonal ou temporário;
- Variação positiva (7%) do número de alojamentos familiares, entre 1991 e 2001;
- Variação positiva (3,9%) do número de edifícios, entre 1991 e 2001;
- Redes de Saneamento e Abastecimento de Água deficitárias e insuficientes. Em 2004, a Autarquia inicia as obras de melhoria das redes;
- Parque habitacional antigo e degradado;
- 45% dos edifícios não dispõem de rampas de acesso e não são acessíveis a pessoas com mobilidade condicionada;
- Habitação social antiga, degradada e insuficiente.

V - Actividades Económicas

- Taxa de Actividade em 2001 situou-se nos 38,9%, sendo de 51,2% nos homens e de 27,2% nas mulheres;
 - 17,8% da população activa ocupa-se no sector primário;
 - 44,4% no sector secundário e;
 - 37,7% no sector terciário;
- Aumento da Taxa de Desemprego: em 1991 foi de 5,6% e em 2001 passou para 10,1%;
 - Taxa de Desemprego no sexo feminino de 20,9% (2001);
 - Taxa de Desemprego no sexo masculino de 4,1% (2001);
- Em Janeiro de 2005, estavam inscritos no Centro de Emprego de Lamego 982 indivíduos, dos quais;
 - 539 pertenciam ao sexo feminino;
 - 443 ao sexo masculino;
 - 36% têm idades entre os 35 e os 54 anos;
 - 27% entre os 25 e os 34 anos;
 - 89% dos desempregados procuravam novo emprego;
 - 44% estavam inscritos há mais de 12 meses.

VI - Acção Social

Terceira Idade (dados de 2004)

- 194 idosos beneficiam do Serviço de Apoio Domiciliário das IPSS's do Concelho, das quais:
 - 73,2% têm idade superior a 71 anos e 42% superior a 80 anos;
- 19 idosos são apoiados pela valência de Centro de Dia;
- 68 idosos estão a beneficiar da valência de Lar, dos quais:
 - 59% pertencem ao sexo feminino;
 - 62% dos idosos têm idades entre os 71 e os 80 anos;
 - Taxa de cobertura da valência de Lar a situar-se nos 7%;
 - 96 idosos estão em lista de espera para esta valência;

Infância e Juventude (dados de 2004)

- Existem 3 IPSS's no Concelho com a valência de ATL que apoiam 147 crianças/jovens;
- Necessidade de reforço da valência de ATL (apenas 4 das 17 freguesias possuem ATL);
- Apenas a Santa Casa da Misericórdia de Cinfães possui a valência de Creche, o que faz com que a Taxa de cobertura da Creche seja muito reduzida (ao nível do Concelho essa taxa é de 3%);
- Ausência de respostas sociais de apoio e acompanhamento para a população deficiente.

VII - Reinserção Social

Reclusos

- A Equipa de Reinserção Social de Lamego acompanhava, em Janeiro de 2005, 7 reclusos provenientes do Concelho de Cinfães, dos quais:
 - 2 estavam presos preventivamente e 5 foram condenados;
 - 3 indivíduos tinham idades entre os 25 e os 30 anos, 2 entre os 31 e os 35 anos e 2 possuíam idade superior a 70 anos;
 - 5 reclusos tinham a 4.^a classe, 1 o 6.º ano e o outro era analfabeto.

Liberdade Condicional

- 9 indivíduos do Concelho de Cinfães encontram-se em Liberdade Condicional, dos quais:
 - 8 pertencem ao sexo masculino e 1 ao sexo feminino;
 - 66,7% dos indivíduos têm idades entre os 31 e os 50 anos;
 - 55,5% dos mesmos são casados;
 - 44,4% possuem como grau máximo a 4.^a classe e 33,3% o 6.º ano;
 - 67% dos indivíduos ocupam-se no sector secundário.

VIII - Segurança

- Em 2004, foram registados pela Guarda Nacional Republicana de Cinfães:
 - 8 crimes de Violência Doméstica;
 - 5 crimes associados à Toxicodependência;
 - 13 crimes associados ao consumo de Álcool;
- O ano de 2003 foi o que registou o maior número de acidentes rodoviários (234) e o maior número de queixas (297).

IX – Associativismo

- O Concelho de Cinfães possui **49 Associações** culturais e/ou recreativas e/ou desportivas.
- Foi enviado um questionário às 49 associações, ao qual responderam 20.
 - Da análise, ressaltam os seguintes aspectos:
 - O total das associações envolvem 5866 sócios;
 - 199 elementos pertencem às Direcções;
 - Cerca de 1000 pessoas participam nas diversas actividades promovidas;
 - As actividades etnográficas, desportivas e de folclore são as mais desenvolvidas por estas associações.

Problemática Social

Alcoolismo

Toxicodependência

1. ALCOOLISMO E OUTRAS DROGAS

1.1 - Introdução

Como já foi referido, na reunião de 14 de Julho de 2005 (reunião do CLASCINF para realização da Técnica Nuvem de Problemas), os parceiros sociais locais diagnosticaram, a Toxicodependência e o Alcoolismo como uma das problemáticas mais graves e visíveis do Concelho às quais urge dar resposta. Deste modo, neste capítulo será abordado o álcool e num segundo momento as drogas ou outras dependências.

1.2 – Conceito de Alcoolismo

O conceito de Alcoolismo como doença, e não apenas vício, desenvolve-se só na segunda metade do século XIX, tendo sido a França um dos países que mais cedo começou a valorizar o crescente consumo médio anual de álcool.

Várias definições têm surgido sobre esta matéria. À Organização Mundial de Saúde (O.M.S.) deve-se um grande empenhamento na definição desta problemática. Entre as numerosas definições que lhe são atribuídas, destaca-se a que considera o alcoolismo como doença e o alcoólico como doente, fazendo referência a extensas repercussões do mal, para além das respeitantes directamente ao indivíduo e à impossibilidade de tratamento.

«Alcoolismo não constitui uma entidade nosológica definida, mas a totalidade dos problemas motivados pelo álcool, no indivíduo, estendendo-se em vários planos e causando perturbações orgânicas e psíquicas, perturbações da vida familiar, profissional e social, com as suas repercussões económicas, legais e morais.» (Mello, 2001, pp. 15)

«Alcoólicos são bebedores excessivos, cuja dependência em relação ao álcool se acompanha de perturbações mentais, da saúde física, da relação com os outros e do seu comportamento social e económico. Devem submeter-se a tratamento.» (Mello, 2001, pp. 15)

«Problemas Ligados ao Álcool, ou simplesmente problemas de álcool, é uma expressão imprecisa mas cada vez mais usada nestes últimos anos para designar as consequências nocivas do consumo de álcool. Estas consequências atingem não só o bebedor, mas também a família e a colectividade em geral. As perturbações causadas podem ser físicas, mentais ou sociais e resultam de episódios agudos, de um consumo excessivo ou inoportuno, ou de um consumo prolongado.» (Mello, 2001, pp. 15716)

Esta perspectiva alargada ultrapassa já o simples conceito de Alcoolismo como doença, alvo de cuidados médicos. Os problemas ligados à dependência alcoólica, se bem que extensos e graves, *«não representam senão uma pequena parte de todos os problemas ligados ao álcool.»* (Mello, 2001, pp. 16)

1.3 – Causas do Alcoolismo

O alcoolismo inicia-se com a utilização social das bebidas alcoólicas. A ingestão do álcool é o principal elemento para o alcoolismo. Existem depois vários factores que podem facilitar a dependência do álcool, entre os quais os individuais, psicológicos, factores externos – meio e modo de vida do alcoólico, e também a constituição genética (tendo em conta que existe uma grande variação individual na tolerância do álcool).

Daqui, podemos concluir que o alcoolismo não tem uma única causa, mas sim várias causas, que podem coexistir na mesma situação, a saber:

- ➔ Factores genéticos – o factor genético ou hereditário, é comprovado pelo factor morbilidade alcoólica ser cerca de três a quatro vezes maior nos descendentes de alcoólicos crónicos;
- ➔ Depressão – as doenças depressivas estão muito associadas ao alcoolismo. É frequente o refúgio no álcool quando surgem sentimentos de tristeza, angústia, desinteresse pela vida, entre outros;
- ➔ Ansiedade – as perturbações de ansiedade estão muitas vezes associadas ao alcoolismo. Esta situação é explicada pelo efeito ansiolítico proporcionado pelo álcool;
- ➔ Factores sócio-culturais – o consumo de álcool em idades muito precoces pode ser motivado por razões socioculturais.

A presença de hábitos familiares de ingestão de álcool é também uma das situações que concorre para as causas de alcoolismo. Outro aspecto relevante é a própria personalidade. Existem algumas personalidades mais predispostas ao abuso do consumo de álcool, um exemplo, é a perturbação de personalidade antisocial. Por outro lado, alguns indivíduos com um certo grau de “fobia social”, podem utilizar o álcool (efeito excitante e desinibidor) para melhorarem o seu relacionamento social.

1.4 – Consequências familiares e sociais do Alcoolismo

Embora nem sempre seja muito claro o mecanismo de acção do álcool e do alcoólico sobre determinadas áreas, pessoas e grupos consigo relacionadas, é já tradicional apontar-se uma relação recíproca de causa-efeito entre o Alcoolismo e perturbações no Lar e Família, no Trabalho, na Sociedade em geral.

1.4.1 – Consequências na Família

As perturbações apresentadas pela família do indivíduo para quem o álcool se tornou agente patogénico, podem ser encaradas sob diversos ângulos, de acordo com a natureza tóxica do agente e com a forma de adoecer do Homem, criação da sua dependência e gradual perturbação da dinâmica relacional própria dum grupo primário que é a Família. Esta adoece; o Lar do doente alcoólico é, simultaneamente, um lar patológico e um lar patogénico, com inevitáveis repercussões sobre os restantes elementos, nomeadamente sobre os Filhos.

Sobre a família, a acção do álcool e do alcoolismo faz-se sentir a dois níveis: vida familiar e descendência. Fruto de consumos excessivos, o álcool acarreta dificuldades e carências materiais. É motor de desenvolvimento de perturbações relacionais, deterioração progressiva do lar e desagregação familiar. Das consequências sobre a descendência destacam-se o efeito do álcool na gravidez. O etanol atravessa livremente a membrana placentar, uma vez que as suas moléculas são pequenas e rapidamente solúveis na água e nos líquidos. Como a barreira placentária é permeável a essas moléculas, a difusão do álcool vai fazer-se facilmente e em dependência do fluxo sanguíneo placentar. Esta alcoolização pré – natal vai caracterizar-se por perturbações

do recém-nascido (prematuridade e hipotrofia, dismorfia craniofacial, e malformações), e por alterações do desenvolvimento pós – natal. Assim, o Síndrome Alcoólico Fetal, que surge com a ingestão de álcool nos primeiros meses de gravidez é caracterizada por: atraso de crescimento global; enúmeras anomalias morfológicas e malformações cardíacas, renais, uretrais, entre outras.⁶

Para além das múltiplas dificuldades materiais próprias destes lares, situações de despromoção profissional e financeira, de desemprego, que têm as suas graves repercussões na vida da Família, podem também ser observadas perturbações de carácter relacional e dinâmico. As relações entre os cônjuges podem ir desde a dependência à agressiva rivalidade, e ambivalência, sendo a relação tipo sado-masoquista posta em relevo por vários autores.

Constituem factores de natureza psicológica determinadas características tão frequentes no lar alcoólico: a instabilidade e insegurança, o ambiente tenso e conflituoso, que não podem deixar de exercer os seus efeitos prejudiciais no desenvolvimento da criança que nele vive. De referir também o facto do contacto dos filhos com o álcool ser muito maior e mais precoce em lares alcoólicos, pela maior liberdade de consumo e pela maior oferta.

Quando são os progenitores os alcoólicos, estão em jogo dificuldades de identificação (ausência de imagem materna e paterna e de autoridade), são frequentes as situações de carência de afecto e de cuidados, maus-tratos físicos e abandono. Consequentemente, também estas crianças sofrem, com muito mais frequência do que as outras, atrasos no desenvolvimento, dificuldades e insucesso escolares.

1.4.2 – Consequências no Trabalho

Se o homem adulto passa um terço das horas do seu dia no trabalho, não é de surpreender que seja também no meio laboral que se façam sentir os efeitos dos seus

⁶ M^a Lucília Mercês de Mello, et al, “*Manual de Alcoologia para o Clínico Geral*”, Delagrangue, Coimbra, 1988, pp. 65-67

hábitos alcoólicos, quer excessivos e fazendo parte de um quadro de intoxicação crónica, quer ocasionais, mas perturbadores do trabalho a realizar, pelos efeitos dos valores da alcoolémia.

As consequências resultantes do consumo de bebidas alcoólicas constituem nas sociedades industriais um dos mais importantes problemas médico-sociais, traduzindo-se de diferentes formas na empresa, no local de trabalho, na estrada, onde quer que um consumo indevido de álcool, ocasional ou habitualmente repetido e excessivo, vá tendo cada vez mais graves repercussões, em face das exigências impostas ao indivíduo, pelas modernas técnicas e novos processos e instrumentos de trabalho.

Assim, perante as modernas características laborais, a não integridade das funções intelectuais e neuro-motoras constitui factor responsável por um crescente número de acidentes, baixas de «performance» e rendimento profissional, como compreensível é também o crescente interesse por um melhor conhecimento da natureza e amplitude dos «Problemas Ligados ao Consumo de Álcool» e de meios de intervenção preventiva, não descurando os de diagnóstico precoce e tratamento do trabalhador com doença alcoólica. A necessidade de conservar o trabalhador no seu posto de trabalho, os elevados investimentos financeiros implicados na sua formação e qualificação são para a empresa e entidade patronal uma motivação particularmente importante para a organização de programas de prevenção de alcoolismo e de apoio aos trabalhadores alcoólicos candidatos habituais às reformas antecipadas, por invalidez precoce.

Nenhuma empresa nem responsável pela Saúde Ocupacional poderá hoje continuar alheia ao risco que o álcool constitui quer para o indivíduo – trabalhador, quer para os seus companheiros, quer para a própria empresa.

Quando o alcoolismo se encontra em estado mais avançado, a empresa sofre também duramente os efeitos de uma quebra no rendimento laboral: baixas, reformas prematuras, acidentes, etc.

1.4.3 – Álcool e Condução

É atribuído às bebidas alcoólicas o papel de causa directa de uma elevada percentagem de mortes por acidentes de viação e, em menor percentagem, o de causa de acidentes de que apenas resultam feridos e outras incapacidades.

A análise destas situações vem reforçar a relação existente entre os níveis de álcool no sangue do condutor e a frequência de acidentes, a sua maior incidência em determinados dias e até em determinadas horas do dia. Mas o álcool desempenha um papel não somente como factor de risco de acidente, mas também da gravidade do mesmo.

O álcool é um dos factores que põem em risco a aptidão do condutor, através das perturbações que causa a nível das três áreas intervenientes na aptidão para conduzir (atitudes, percepção e motricidade). Na prática corrente da condução, estes efeitos traduzem-se em atitudes erradas e perigosas, na euforia da velocidade, da ultrapassagem, da sobrestima da máquina e das capacidades do “eu”, por interpretações erradas de uma informação sensorial alterada (diminuição do campo visual, da visão estereoscópica, da cor...), por deficiente coordenação de movimentos, atraso dos tempos de reflexos, etc...

1.4.4 – Consequências na Sociedade

No âmbito do alcoolismo, a maioria dos comportamentos que infringem a ordem pública, a segurança e a lei diz respeito a indivíduos em estado de embriaguez, sendo os delitos praticados com maior violência, e mais frequentes na embriaguez atípica, dita “patológica”.

Os delitos e crimes do alcoólico crónico tomam aspectos diferentes, encontrando-se, segundo alguns autores, mais directamente relacionados com o tipo de personalidade e sintomatologia psíquica de doença alcoólica. É o caso dos delitos e crimes sexuais, de homicídios cometidos por alcoólicos com delírio de ciúme ou com um núcleo paranóide.

A ingestão imoderada pode alterar o comportamento humano e transformar o homem num potencial agressor, para si, para a família e para a sociedade.

Em síntese, diríamos que os problemas ligados ao álcool na comunidade passam por: perturbações nas relações sociais e da ordem pública, ou seja, todas as consequências individuais têm repercussões ao nível macro, traduzindo-se em: delitos, actos violentos, criminalidade, desemprego, vagabundagem, degradação da saúde e do nível de vida e bem-estar da Comunidade, acidentes de viação.

Este alcoolismo, à luz do que já foi dito, enquadra-se numa lógica de fenómeno cultural. No fenómeno do consumo de álcool é de salientar o papel das famílias e da sociedade na resistência a uma mudança de costumes e na transmissão de falsos conceitos e modelos culturais de utilização do Álcool.

1.5 - Alcoolismo em Portugal

O consumo de bebidas alcoólicas em Portugal é elevado e constitui uma das maiores preocupações de quem luta pela promoção de estilos de vida saudáveis. Sendo um produto legalizado, que se pode produzir, distribuir e consumir livremente, o álcool continua a ser visto como um tipo especial de bem de consumo.

Os problemas ligados ao álcool em Portugal, embora antigos, estão em agravamento acentuado. As suas repercussões expressam-se, por um lado, pela ligação às principais causas de mortalidade – cirrose hepática, neoplasias do aparelho digestivo, miocardiopatias, para além do resultado dos acidentes de viação e de trabalho. Por outro, pela relação relevante com muita morbilidade psicossocial, como são muitos dos conflitos laborais, sociais e familiares e várias perturbações do foro emocional e intelectual nas crianças e cônjuges dos bebedores excessivos, sendo, na maioria das vezes, a origem de violência familiar, de analfabetismo e de desemprego, para além da *Síndrome Alcoólica Fetal (S.A.F.)* derivada do consumo materno de álcool na gravidez. A S.A.F. é caracterizada por retardo do crescimento e alterações dos traços faciais, que se tornam menos evidentes com o passar do tempo. Somam-se a estes, alterações globais do funcionamento intelectual, em especial deficits de aprendizagem, memória, atenção, além de dificuldades para a resolução de problemas e socialização.

Em Portugal, o doente alcoólico é aquele que, provavelmente, inicia o consumo de bebidas alcoólicas durante a infância, tendo por isso uma esperança média de vida de cerca de 50/55 anos. Normalmente, a primeira ingestão ocorre em casa, com a família e depois é generalizada para o local de trabalho e outros contextos sociais. A dependência surge após um longo período de alcoolização.

Ainda ao nível da comunidade existe uma associação entre consumo de álcool e a prevalência de assaltos e homicídios, sendo o álcool elemento implicado em muitos problemas na ordem pública: crime, homicídio e violência. Em Portugal, um estudo realizado em Estabelecimentos Prisionais (1985) mostra que cerca de 40% da população reclusa estava directa ou indirectamente ligada ao consumo de álcool (homicídio, em 44%; furto, em 27%; fogo posto, em 5% e violação em 1,5%.

Estudos mais recentes referem que 16,5% da população doente alcoólica, inscrita no Centro Regional de Alcoologia do Centro, tinha problemas com a Justiça, sendo a sua idade média de 35 anos, com hábitos muito precoces de ingestão de bebidas alcoólicas (na infância 66%) e com incidência de bebidas destiladas em 80% dos casos.

1.6 - Alcoolismo em Cinfães – apresentação da informação recolhida

A nível local, o consumo de álcool tem uma forte incidência, principalmente se pensarmos que Cinfães é um Concelho produtor de vinho verde.

Para responder a esta problemática concelhia, muitos têm sido os esforços levados a cabo pelo Centro Regional de Alcoologia do Centro (CRAC) sediado em Coimbra e os diversos Serviços de Acção Social das entidades locais.

1.6.1 - CRAC

As três grandes áreas operacionais do Centro Regional de Alcoologia Maria Lucília Mercês de Mello são a Prestação de Cuidados, a Prevenção e a Investigação.

Na perspectiva da Moderna Alcoologia, a ênfase vai para a prevenção primária como base da resolução da Problemática Ligada ao Álcool (P.L.A.). No entanto, a necessidade

de tratar os muitos doentes desta patologia obriga, cada vez mais, a procurar modelos mais ajustados às suas necessidades terapêuticas, que vão do tratamento médico, técnicas psicoterapêuticas individuais e/ou grupais, ao apoio familiar, e ao desenvolvimento de um bom suporte social, com a dinamização dos grupos locais de voluntariado e de auto-ajuda.

O modelo de abordagem do C.R.A. desenvolve-se essencialmente em duas fases: uma primeira, de curta duração, correspondendo a cerca de 3 semanas de internamento (com desintoxicação e terapia de grupo), e uma segunda, prolongada até 3 anos, constituída por psicoterapia de grupo e abordagens terapêuticas individuais.

A recuperação do doente alcoólico crónico do C.R.A. tem como objectivos o tratamento de desintoxicação alcoólica e suas complicações, o proporcionar ao doente os meios para uma reorganização da sua vida e o restabelecimento das suas capacidades relacionais, bem como a aquisição de novos estilos de vida, entre os quais uma abstinência alcoólica auto-determinada e gratificante para a sua pessoa e família, no trabalho e na comunidade.

Ao longo dos últimos 35 anos o C.R.A. tratou mais de 15.000 doentes alcoólicos, com uma taxa de sucesso que ronda os 50% ao fim de 3 anos do processo de recuperação alcoólica.

De seguida serão apresentados os dados referentes aos doentes alcoólicos do Concelho de Cinfães inscritos no CRAC:

Quadro 1 – N.º de bebedores excessivos/doentes alcoólicos e alcoólicos inscritos no CRAC provenientes do Concelho de Cinfães:

| Zona | N.º de bebedores excessivos | Doentes alcoólicos | N.º de Alcoólicos inscritos no C.R.A.C. | |
|----------------|-----------------------------|--------------------|-----------------------------------------|------|
| | 2004 | | 2001 | 2004 |
| Cinfães | 3110 | 2490 | 74 | 104 |
| Distrito Viseu | 53910 | 43190 | 2576 | 3017 |

Fonte: C.R.A.C., Questionário Rede Social 2005

Segundo informações do Centro de Alcoologia do Centro (quadro 1), Cinfães possuía em 2001, 74 utentes inscritos, passando em 2004 a deter 104 indivíduos inscritos. Durante o ano de 2004 inscreveram-se neste Centro mais 6 utentes. De acordo com esta mesma fonte, Cinfães detém cerca de 3110 bebedores excessivos e 2490 doentes alcoólicos, ocupando o 4.º lugar no ranking dos 24 Concelhos do Distrito de Viseu.

No total, o distrito de Viseu possui 53910 bebedores excessivos e 43190 doentes alcoólicos.

1.6.2 - Centro de Saúde de Cinfães

Tendo em conta o elevado número de alcoólicos no Concelho, são realizadas, todas as últimas segundas-feiras de cada mês, consultas organizadas de Alcoologia no âmbito do Programa “Problemas Ligados ao Álcool” efectuadas por um médico de Clínica Geral do Centro de Saúde de Cinfães.

No âmbito destas consultas são efectuadas reuniões/acções de educação para a saúde a grupos de alcoólicos, a alcoólicos tratados e a familiares de alcoólicos.

Segundo o relatório anual de 2005, elaborado pelo responsável local deste programa, o número de doentes alcoólicos identificados situa-se nos 248, dos quais 200 (81%) pertencem ao sexo masculino e 48 (19%) pertencem ao sexo feminino. Deste total, encontram-se em tratamento 110 utentes e o número de alcoólicos tratados perfaz um total de 10.

Durante o ano de 2005 foram enviados para a consulta de alcoologia do Centro de Saúde 100 utentes. Além disso, foram encaminhados para o Centro Regional de Alcoologia do Centro 80 doentes alcoólicos.

Para além das consultas de alcoologia efectuadas pelo médico de clínica geral, o Serviço de Acção Social do Centro de Saúde de Cinfães possui uma Técnica de Serviço Social que sinaliza e encaminha os respectivos doentes para os serviços de saúde competentes.

Tendo em conta os dados fornecidos por este serviço, podemos apresentar o quadro seguinte:

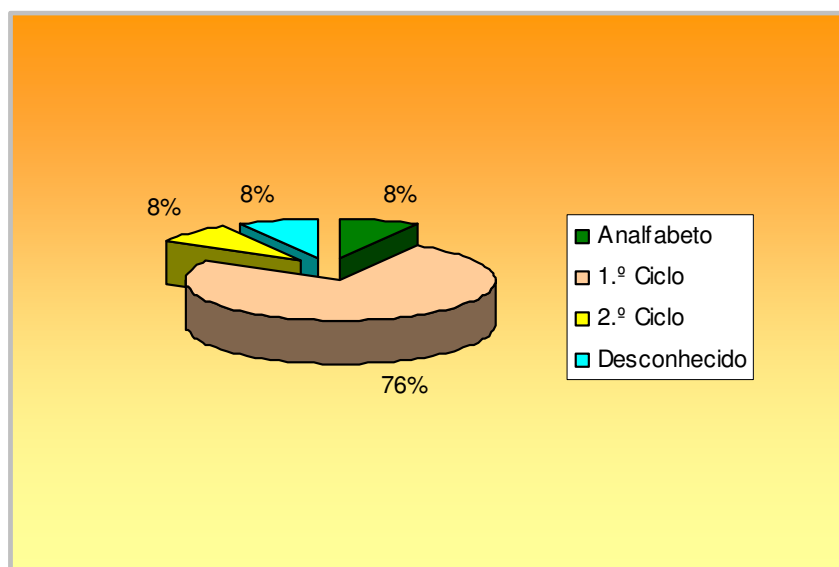
Quadro 2 – Distribuição dos Alcoólicos por sexo e grupo etário:

| Grupo Etário | Sexo | | |
|--------------|-----------|----------|-----------|
| | H | M | Total |
| <=24 | ----- | ----- | ----- |
| 25-34 | 1 | ----- | 1 |
| 35-44 | 6 | 4 | 10 |
| 45-54 | 7 | 3 | 10 |
| 55-64 | 3 | ----- | 3 |
| 65 ou mais | ----- | ----- | ----- |
| Total | 17 | 7 | 24 |

Fonte: Centro de Saúde de Cinfães, Questionário Rede Social - Dezembro 2005

Como podemos constatar pelo quadro 2, o Serviço de Acção Social do Centro de Saúde de Cinfães acompanha 24 alcoólicos, dos quais 17 pertencem ao sexo masculino e 7 ao sexo feminino. Em termos de idade constata-se que 83% dos indivíduos têm entre os 35 e os 54 anos.

Gráfico I – Distribuição dos Alcoólicos segundo as habilitações literárias:



Fonte: Centro de Saúde de Cinfães, Questionário Rede Social - Dezembro 2005

Relativamente às habilitações literárias verifica-se que, 76% dos indivíduos com problemas ligados ao álcool possuem como grau máximo de instrução o 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Quadro 3 – Distribuição dos Alcoólicos segundo a situação profissional:

| Situação Profissional | Sexo | | |
|-----------------------|-----------|----------|-----------|
| | H | M | Total |
| Desempregado | 7 | 4 | 11 |
| Activo | 1 | 1 | 2 |
| Pensionista | 3 | ----- | 3 |
| Agricultor | 3 | 2 | 5 |
| Desconhecido | 3 | ----- | 3 |
| Total | 17 | 7 | 24 |

Fonte: Centro de Saúde de Cinfães, Questionário Rede Social – Dezembro 2005

Quanto à situação profissional dos indivíduos constatamos que 46% se encontram em situação de desemprego.

Como informação adicional podemos dizer ainda que, 58% dos mesmos são casados e, como tal têm responsabilidades familiares. Deste modo, a gravidade deste problema acentua-se se pensarmos que ele não afecta unicamente a pessoa que consome o álcool, mas que influencia negativamente todos os elementos do agregado familiar, provocando uma desorganização psicossocial no relacionamento familiar e, por vezes até, a ruptura.

Segundo um estudo efectuado por uma aluna do Curso de Sociologia, da Faculdade de Letras (Universidade do Porto), sobre as práticas de consumo de álcool entre os jovens das escolas do Concelho de Cinfães, constatou-se que, 64,7% dos jovens inquiridos já tinham experimentado álcool. O primeiro consumo terá ocorrido, em média, por volta dos 12 anos. (Rodrigues, 2005)

De acordo com o mesmo estudo, 56,2% dos primeiros contactos com o álcool dão-se em casa, 39,4% com os pais e 31,5% com os amigos da mesma idade. Estes dados vão

de encontro aos dados nacionais na medida em que se estima que “*mais de 60% dos jovens com idades entre os 12 e 16 anos consomem regularmente bebidas alcoólicas*”.

1.7 - Outras dependências

Enquanto que o abuso de bebidas alcoólicas é considerado resultado do processo de socialização, o abuso de drogas é conotado com autonomia e desvio. Esta diferença é realçada logo à partida pela própria substância, sendo ela portadora, por si só, de conotação positiva ou negativa.

Ao nível da exposição pública estas diferenças são plenamente visíveis. O beber – ocasional, regular ou em demasia – inscreve-se em interacções sociais, são produções culturais que se exprimem de forma visível, redundante e mesmo jubilatório. Todas as outras formas de intoxicação (excepção do tabaco e outras drogas socialmente aceites) são contrariadas pela lei, são mais marginais, menos ostentatórias socialmente e mais anónimas.

Quer isto dizer que o aspecto ilícito do consumo de drogas diz respeito não só ao produto, como também ao lugar/cenas de experimentação.

A droga apresenta-se mais solitária, fria e distante, mais silenciosa que a bebedeira. O que se droga, pesada e regularmente, é obrigado a recorrer à clandestinidade, pois a droga provem, quase sempre de fontes ocultas. A sua utilização conduz a uma zona de ilegalidade. O toxicómano evita a sociedade quer pela substância quer pela natureza do seu consumo.

Segundo Ernest Junger (1977, pp.37), “*O toxicómano procura a solidão, é sempre do seu próprio eu que tira prazer, quer sob a forma de pura euforia, quer sob a de um mundo de imagens inventadas pelo seu ser mais íntimo e que sobre ele refluem*”.

1.7.1 - Instituto da Droga e da Toxicodependência

As principais respostas existentes no nosso país ao nível da Toxicodependência dizem respeito às valências do Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT).

O IDT tem por missão garantir a unidade intrínseca do planeamento, da concepção, da gestão, da fiscalização e da avaliação das diversas fases da prevenção, do tratamento e da reinserção no domínio da droga e da toxicodependência, na perspectiva da melhor eficácia da coordenação e execução das políticas e estratégias definidas.

Neste sentido, o IDT na área da **prevenção** dispõe de diversos projectos, nomeadamente:

- ➔ **Projecto PRÉVIS** – é um projecto de prevenção a drogas e toxicodependências que se baseia na aquisição de conhecimento fidedigno através de uma cadeia de circulação de informação para esclarecimento e informação.
- ➔ **Projecto ENCARE** – é um projecto europeu informativo, educacional, de prevenção, de tratamento e de investigação criado para atacar os problemas enfrentados pelas crianças que vivem em famílias definidas como contextos de abuso de álcool.
- ➔ **Planos Municipais de Prevenção Primária das Toxicodependências** – surgiram no âmbito do Plano de Acção de Luta Contra a Droga e Toxicodependências – Horizonte 2004 com o objectivo de concertar esforços entre o IDT, as Câmaras Municipais e a sociedade civil na partilha de responsabilidades na área da Prevenção Primária das Toxicodependências.

Na área do **Tratamento**, o IDT assegura as respostas necessárias em tratamento ambulatorio, tem convenções para desabituação de utentes que estão em tratamento nos Centros de Atendimento a Toxicodependentes (CAT), bem como para internamentos em Comunidades Terapêuticas e a permanência em Centros de Dia, de utentes do IDT ou referenciados por outros serviços de saúde.

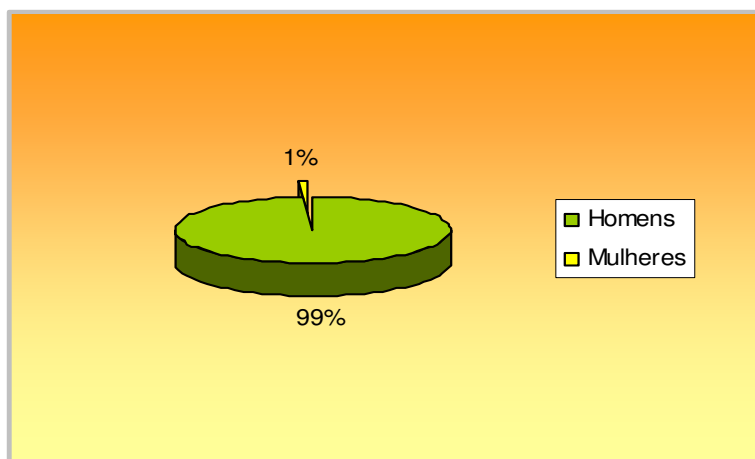
- ➔ **CAT** – são unidades de tratamento em regime ambulatorio, em que se presta cuidados globais a toxicodependentes, individualmente ou em grupo.

- ➔ **Unidades de Desabilitação (UD)** – são unidades especializadas, orientadas para internamentos de curta duração, para tratamento de síndrome de privação, em toxicodependentes que não o conseguem fazer em ambulatório.
- ➔ **Comunidades Terapêuticas (CT)** – são unidades especializadas que prestam cuidados a toxicodependentes que necessitam de internamento prolongado com apoio psicoterapêutico e socioterapêutico, com o objectivo de promover o seu tratamento e a sua ressocialização.
- ➔ **Centros de Dia (CD)** – são unidades especializadas que constituem um ponto de ligação entre o tratamento e a reinserção, envolvendo a aprendizagem de um modo de vida diferente das anteriores vivências pondo ao dispor do toxicodependente actividades terapêuticas, educativas, formativas e ocupacionais.
- ➔ **Redução de Danos** – consiste em procurar modificar o comportamento dos consumidores de drogas a fim de diminuir os riscos, nos casos em que não é possível impedir o consumo ou conseguir a abstinência.
- ➔ **Reinserção Social** – contribui para a eficácia do tratamento, conduzindo à realização pessoal e ao restabelecimento das redes sociais de suporte, no sentido da estabilidade clínica, emocional e social do indivíduo. É o processo através do qual o indivíduo reestrutura a sua personalidade e a sua vida, desenvolvendo competências de autonomia e responsabilidade, capazes de o valorizar enquanto membro útil da sociedade.

Segundo a Estratégia Nacional de Luta contra a Droga (Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/99), o nível de conhecimento sobre o fenómeno da droga em Portugal é, ainda, insatisfatório, escasseando os dados para uma completa caracterização da realidade.

De seguida serão apresentados os dados facultados pelo Centro de Atendimento a Toxicodependentes do distrito de Viseu reportando-se a Setembro de 2005:

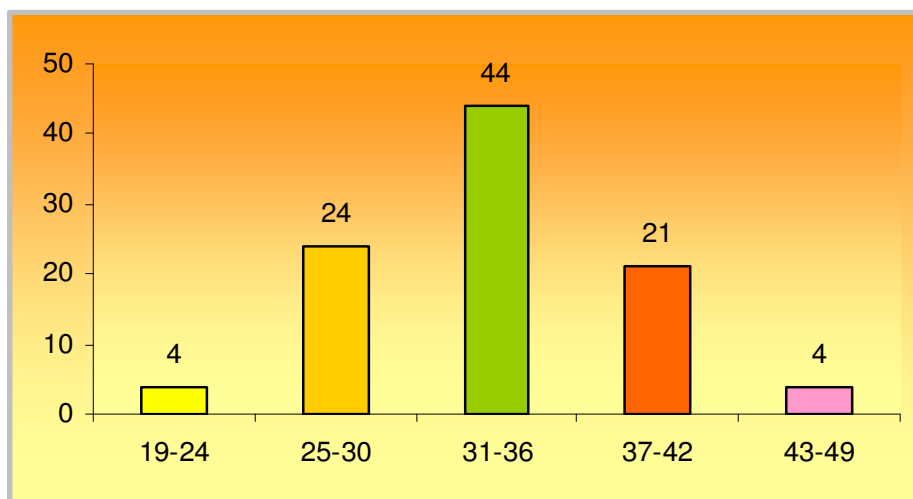
Gráfico II – Distribuição dos toxicodependentes do CAT por sexo:



Fonte: CAT de Viseu – Setembro de 2005

O Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Viseu acompanhava 97 indivíduos residentes no Concelho de Cinfães, 99% do sexo masculino e, apenas 1% do sexo feminino.

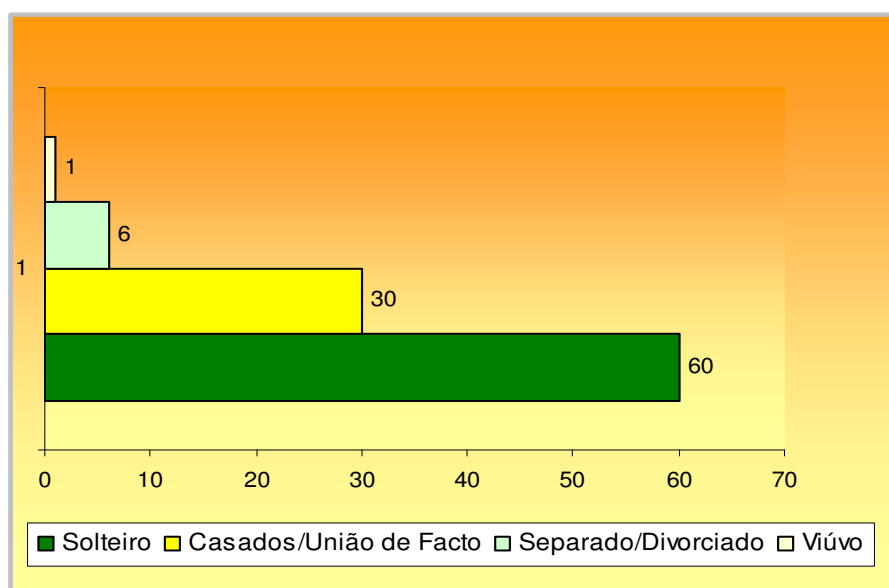
Gráfico III – Distribuição dos toxicodependentes do CAT por grupos etários:



Fonte: CAT de Viseu – Setembro de 2005

Se tivermos em conta o grupo etário, constatamos que 45,4% dos toxicodependentes têm idades entre 31 e 36 anos e 92% entre os 25 e os 42 anos.

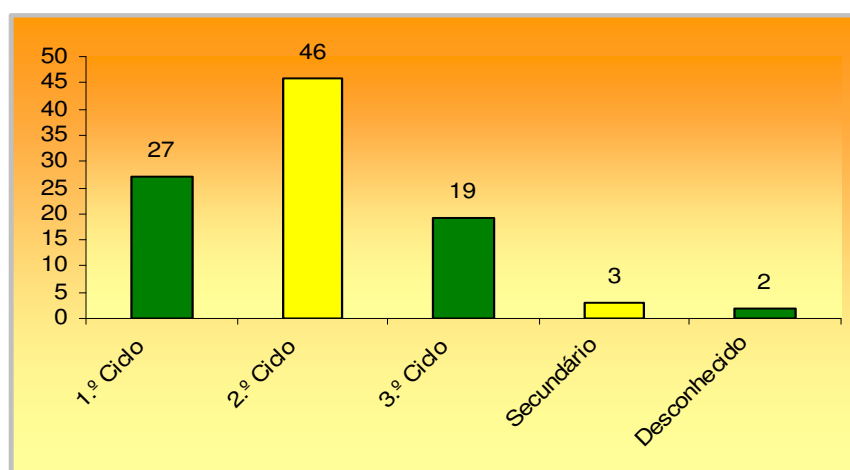
Gráfico IV – Distribuição dos toxicodependentes do CAT segundo o estado civil:



Fonte: CAT de Viseu – Setembro de 2005

Relativamente ao estado civil dos indivíduos verifica-se, pelo gráfico IV que, 62% são solteiros e 31% são casados ou vivem em união de facto.

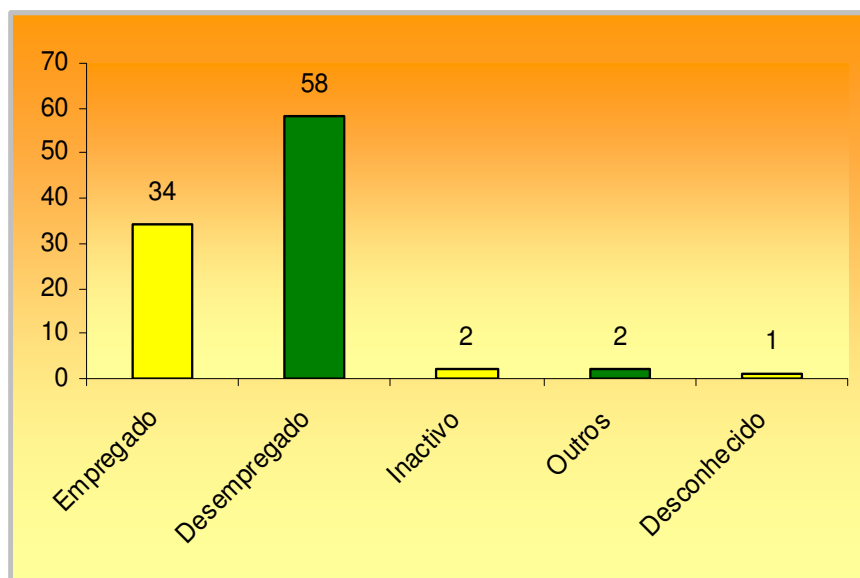
Gráfico V – Distribuição dos toxicodependentes do CAT segundo as habilitações literárias:



Fonte: CAT de Viseu – Setembro de 2005

Quanto ao grau de escolaridade, constata-se que cerca de 47% dos toxicodependentes possuem o 2.º Ciclo, ou seja o 6.º ano e 28% detêm como grau máximo de escolarização o 1.º Ciclo do ensino básico.

Gráfico VI – Distribuição dos toxicodependentes do CAT segundo a situação profissional:

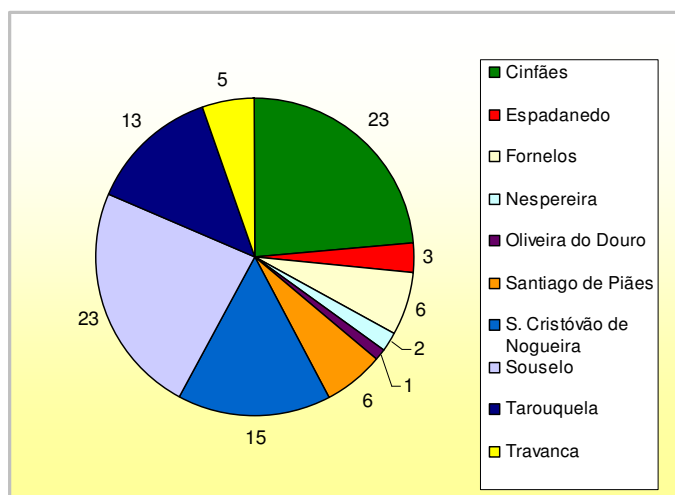


Fonte: CAT de Viseu – Setembro de 2005

Da análise do gráfico, pode facilmente concluir-se que 60% dos toxicodependentes estão em situação de desemprego e 35% encontram-se empregados.

Gráfico VII – Distribuição dos Toxicodependentes segundo a freguesia de residência:

Fonte:
CAT de Viseu –
Setembro de 2005



No que concerne à distribuição dos toxicodependentes segundo a freguesia de residência constata-se que, 24% dos indivíduos residem na freguesia de Cinfães e 24%

na freguesia de Souselo. Além disso, destacam-se ainda os 15,5% que residem na freguesia de S. Cristóvão de Nogueira e 13,4% na freguesia de Tarouquela.

Fazendo agora uma análise aos toxicodependentes acompanhados pelo Serviço de Acção Social do Centro de Saúde de Cinfães constatamos o seguinte:

Quadro 4 – Distribuição dos Toxicodependentes segundo o sexo e a idade:

| Grupo Etário | Sexo | | |
|--------------|-----------|--------------|-----------|
| | H | M | Total |
| <=24 | 3 | ----- | 3 |
| 25-34 | 14 | ----- | 14 |
| 35-44 | 6 | ----- | 6 |
| 45-54 | 1 | ----- | 1 |
| Total | 24 | ----- | 24 |

Fonte: Centro de Saúde de Cinfães – Dezembro de 2005

Todos os utentes em acompanhamento pelo Serviço de Acção Social do Centro de Saúde de Cinfães, no total 24, pertencem ao sexo masculino e 58% dos mesmos têm idades entre os 25 e os 34 anos.

Quadro 5 – Distribuição dos Toxicodependentes segundo as habilitações literárias:

| Habilitações Literárias | Sexo | | |
|-------------------------|-----------|--------------|-----------|
| | H | M | Total |
| 1.º Ciclo | 9 | ----- | 9 |
| 2.º Ciclo | 11 | ----- | 11 |
| 3.º Ciclo | 1 | ----- | 1 |
| Secundário | 2 | ----- | 2 |
| Desconhecido | 1 | ----- | 1 |
| Total | 24 | ----- | 24 |

Fonte: Centro de Saúde de Cinfães – Dezembro de 2005

Relativamente às habilitações literárias constatamos pelo quadro 5 que, 46% dos consumidores possuem o 2.º ciclo e 37,5% possuem como grau máximo de instrução o 1.º ciclo do ensino básico.

Quadro 6 – Distribuição dos Toxicodependentes segundo a situação profissional:

| Situação Profissional | Sexo | | |
|-----------------------|-----------|--------------|-----------|
| | H | M | Total |
| Desempregado | 21 | ----- | 21 |
| Activo | 2 | ----- | 2 |
| Desconhecido | 1 | ----- | 1 |
| Total | 24 | ----- | 24 |

Fonte: Centro de Saúde de Cinfães – Dezembro de 2005

No que diz respeito à situação profissional dos toxicodependentes acompanhados, 87,5% encontram-se desempregados, situação que vai ao encontro dos dados disponibilizados pelo CAT em que 60% dos consumidores também estavam desempregados. Este cenário vem agravar a situação precária e difícil em que estas pessoas vivem que poderá ser causa ou consequência do consumo de drogas.

Como informação adicional podemos dizer ainda que, 58% dos toxicodependentes em acompanhamento pelo serviço de acção social do Centro de Saúde de Cinfães são solteiros.

1.8 - Análise Estratégica

O conhecimento do contexto sócio – económico do Concelho de Cinfães por parte das entidades locais e a reunião do grupo de trabalho para análise desta problemática, permitiu-nos proceder ao recenseamento dos pontos fracos e fortes, ameaças e oportunidades.

Este grupo de trabalho reuniu no dia 29 de Setembro de 2005 e foi constituído pelas seguintes entidades:

- ➔ Câmara Municipal de Cinfães;
- ➔ Serviço Local de Segurança Social;
- ➔ Instituto de Reinserção Social de Lamego;

- ➔ Comando da Guarda Nacional Republicana de Cinfães;
- ➔ Instituto Português da Juventude.

De seguida, passamos a descrever as Análises Swot's da problemática Alcoolismo/ Toxicodependência:

Problemática: Toxicodependências – Alcoolismo

| FORÇAS/RECURSOS/POTENCIALIDADES | FRAQUEZAS/PROBLEMAS |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> ➔ Consultas de PLA (Problemas ligados ao álcool) promovidas pelo Centro de Saúde de Cinfães); ➔ Acompanhamento do Serviço de Acção Social do Centro de Saúde de Cinfães; ➔ Acompanhamento do Serviço de Acção Social da Câmara Municipal de Cinfães; ➔ Acompanhamento do Serviço de Acção Social do Serviço Local de Segurança Social; ➔ Redes de solidariedade, voluntariado e vizinhança locais; ➔ Escolas do Concelho; ➔ Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho; ➔ Conselho Inter – Técnicos; ➔ Guarda Nacional Republicana. | <ul style="list-style-type: none"> ➔ Elevado número de casos de Alcoolismo no Concelho; ➔ Insuficiência de respostas institucionais face à problemática: desintoxicação, acompanhamento /integração social; ➔ Enraizamento cultural do hábito de consumo de álcool; ➔ Falta de informação face aos malefícios do consumo de álcool; ➔ Famílias social e economicamente desfavorecidas/ Fragilidade e desorganização da estrutura familiar/violência doméstica; ➔ Insegurança/incerteza face ao futuro sócio-profissional; ➔ Transportes e acessibilidades deficitárias; ➔ Ausência de programas de prevenção ao nível concelhio; ➔ Falta de técnicos especializados na área da Alcoologia. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ul style="list-style-type: none"> ➔ Centro Regional de Alcoologia do Centro; ➔ Centro de Alcoólicos Recuperados do distrito de Viseu; ➔ Instituto Português da Juventude; ➔ Instituto da Droga e da Toxicodependência; ➔ Instituto de Reinserção Social de Lamego. | <ul style="list-style-type: none"> ➔ Falta de veiculação de informação sobre novos programas e medidas que surjam face à problemática; ➔ Manipulação dos mass media em relação à publicidade de bebidas alcoólicas; ➔ Falta de cultura de parceria face à prevenção e tratamento da problemática; ➔ Politização de alguns serviços; ➔ Insuficiência e má distribuição de recursos monetários. |

Problemática: Toxicodependência

| FORÇAS/ RECURSOS/POTENCIALIDADES | FRAQUEZAS/ PROBLEMAS |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> ➔ Acompanhamento do Serviço de Acção Social do Centro de Saúde de Cinfães; ➔ Acompanhamento do Serviço de Acção Social da Câmara Municipal de Cinfães; ➔ Acompanhamento do Serviço de Acção Social do Serviço Local de Segurança Social; ➔ Redes de solidariedade, voluntariado e vizinhança locais; ➔ Escolas do Concelho; ➔ Associações de Pais; ➔ Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho; ➔ Conselho Inter – Técnicos; ➔ Guarda Nacional Republicana. | <ul style="list-style-type: none"> ➔ Insuficiência de respostas institucionais face à problemática: desintoxicação, acompanhamento /integração social; ➔ Insuficiência de programas direccionados para a Ocupação de Tempos Livres dos jovens; ➔ Inexistência de transportes públicos para o Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Viseu/Transportes e acessibilidades deficitárias; ➔ Distanciamento entre o local de residência e a instituição de tratamento; ➔ Inexistência de campanhas de informação/sensibilização e prevenção da problemática. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ul style="list-style-type: none"> ➔ Instituto Português da Juventude; ➔ Instituto de Reinserção Social; ➔ Instituto da Droga e da Toxicodependência: <ul style="list-style-type: none"> • Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Viseu; • Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência; • Projecto ENCARE; • Projecto PRÉVIS; • Planos Municipais de Prevenção Primária das Toxicodependências; • Programa Quadro Prevenir II. | <ul style="list-style-type: none"> ➔ Falta de veiculação de informação sobre novos programas e medidas que surjam face à problemática; ➔ Falta de cultura de parceria face à prevenção e tratamento da problemática; ➔ Politização de alguns serviços; ➔ Insuficiência e má distribuição de recursos monetários. |

1.8.1 - Perspectiva Analítica

Como constatamos pela informação recolhida, o Concelho de Cinfães apresenta uma percentagem de doentes alcoólicos bastante elevada devido, entre outros factores, ao enraizamento cultural de consumo de álcool e à falta de informação face aos malefícios do consumo excessivo de álcool no Concelho. Por outro lado, também o consumo de outras drogas tem aumentado, no nosso território, nos últimos anos. Tendo em conta esta situação, as respostas e equipamentos sociais existentes, nomeadamente as consultas de alcoologia efectuadas pelo Centro de Saúde de Cinfães e os diversos

Serviços de Acção Social das instituições locais, manifestam-se insuficientes para colmatar as necessidades das populações – alvo. A insuficiência de respostas específicas vocacionadas para estas problemáticas não nos permite averiguar o número real de casos existentes no Concelho. Estima-se assim que, a prevalência destes casos seja muito superior ao número apurado. Além disso, a deficitária rede de transportes e acessibilidades vem dificultar o tratamento dos indivíduos em acompanhamento pelo Centro Regional de Alcoologia do Centro e/ou pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência, uma vez que se situam em locais centrais (Coimbra e Viseu respectivamente), pelo que a prioridade de intervenção reside na criação de um núcleo local de apoio ao toxicodependente e ao alcoólico no Concelho, aliada à prevenção através de campanhas de sensibilização/informação sobre os efeitos do consumo excessivo de álcool e de outras dependências.

Problemática Social

Envelhecimento Demográfico

2 – Envelhecimento Demográfico

2.1 - Introdução

Neste capítulo sobre o envelhecimento demográfico será efectuado um enquadramento teórico da problemática bem como será apresentada e analisada toda a informação recolhida que sustenta esta classificação.

O envelhecimento da população encontra-se associado ao aumento da população idosa, tanto em números absolutos como em termos proporcionais, e tem sido um fenómeno crescente na maioria das sociedades industriais, principalmente no último século. Esse facto ficou a dever-se essencialmente à melhoria das condições de vida das populações, principalmente ao nível higiénico – sanitário, ao nível sócio-económico e ao nível da saúde, que contribuíram em grande medida para a redução da taxa de mortalidade e para o aumento da esperança de vida. Estes factores aliados à diminuição das taxas de natalidade e de fecundidade concorreram para o envelhecimento progressivo das populações. Em Portugal, estas alterações tiveram particular incidência nos últimos 40 anos, sendo a presente estrutura demográfica reflexo dessa situação.

2.2 – Apresentação e Análise das Informações recolhidas

Analisando o envelhecimento demográfico em termos concelhios e tendo como referência os dados analisados no Pré-Diagnóstico Social do Concelho de Cinfães, podemos analisar as informações que a seguir se apresentam:

Quadro 7 – Evolução da População do Concelho segundo os grupos funcionais no período de 1991 – 2001:

| Grupos Etários | ANO | | | |
|----------------|--------------|------------|--------------|------------|
| | 1991 | | 2001 | |
| | N.º | % | N.º | % |
| 0-4 | 1452 | 6,2 | 1169 | 5,2 |
| 5-9 | 1765 | 7,5 | 1331 | 5,9 |
| 10-14 | 2101 | 8,9 | 1450 | 6,5 |
| 15-19 | 2310 | 9,8 | 1695 | 7,6 |
| 20-24 | 1901 | 8,1 | 1717 | 7,7 |
| 25-29 | 1670 | 7,1 | 1717 | 7,7 |
| 30-34 | 1431 | 6,1 | 1603 | 7,1 |
| 35-39 | 1310 | 5,6 | 1634 | 7,3 |
| 40-44 | 1104 | 4,7 | 1370 | 6,1 |
| 45-49 | 1077 | 4,6 | 1314 | 5,9 |
| 50-54 | 1092 | 4,6 | 1107 | 4,9 |
| 55-59 | 1295 | 5,5 | 1084 | 4,8 |
| 60-64 | 1242 | 5,3 | 1095 | 4,9 |
| 65-69 | 1139 | 4,8 | 1245 | 5,6 |
| 70-74 | 1012 | 4,3 | 1089 | 4,9 |
| 75-79 | 811 | 3,5 | 836 | 3,7 |
| 80-84 | 496 | 2,1 | 605 | 2,7 |
| 85-89 | 202 | 0,9 | 272 | 1,2 |
| 90 ou + | 79 | 0,3 | 91 | 0,4 |
| TOTAL | 23489 | 100 | 22424 | 100 |

Fonte: INE – Censos 1991 e 2001

Como é do conhecimento geral, no período de 1991-2001 o Concelho de Cinfães assistiu a uma diminuição da população residente. De facto, essa diminuição reflectiu-se principalmente na faixa etária correspondente às idades dos 0 aos 24 anos, ou seja, na população infantil e juvenil. Se, por um lado se verificou uma diminuição da população jovem, por outro verificou-se um aumento significativo da população idosa, com idade

superior a 65 anos. Esta detinha, em 1991, 15,9% da população e em 2001 passou a ocupar 18,5% da mesma.

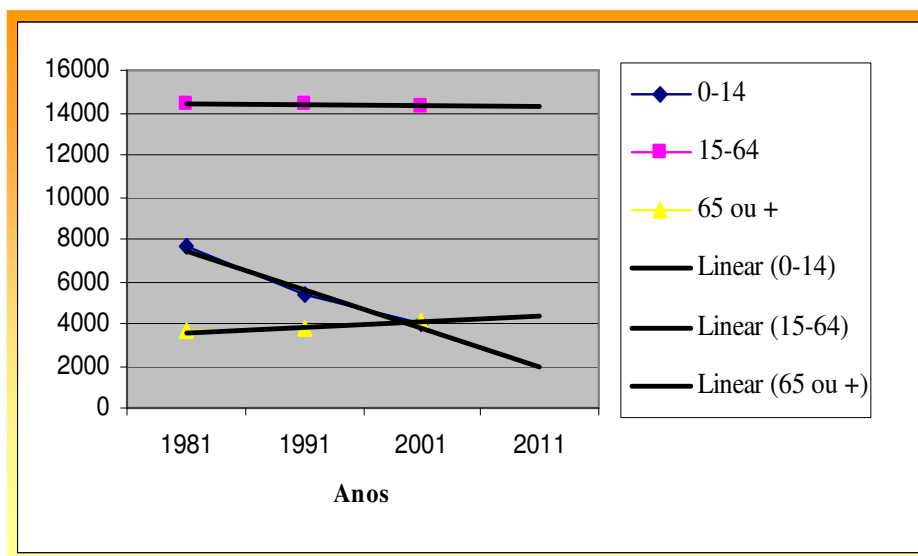
Quadro 8 – População residente no Concelho, por sexo e segundo os três grandes grupos etários, em 2001:

| GRUPOS ETÁRIOS | SEXO | | | | | |
|------------------|------|------|------|------|-------|------|
| | H | | M | | TOTAL | |
| | N.º | % | N.º | % | N.º | % |
| Jovens (0-14) | 2053 | 9,2 | 1897 | 8,5 | 3950 | 17,6 |
| Adultos (15-64) | 7114 | 31,7 | 7222 | 32,2 | 14336 | 63,9 |
| Idosos (65 ou +) | 1787 | 8 | 2351 | 10,5 | 4138 | 18,5 |

Fonte: INE – Censos 2001

Se olharmos para o quadro 8, referente à distribuição da população residente, por sexo e segundo os três grandes grupos etários, em 2001, constatamos que a percentagem de indivíduos com mais de 65 anos (18,5%) é superior à percentagem de indivíduos que têm no máximo 14 anos (17,6%). Isto não significa que o número de idosos seja muito elevado, há é um reduzido número de jovens. De facto, verifica-se que o número de idosos ultrapassa o número de jovens.

Gráfico VIII – Projecção da População por grupos etários até 2011:



Além disso, se analisarmos o gráfico 8, referente à projecção da população por grupos etários até 2011 constatamos que, a tendência parece ser a de diminuição gradual da população jovem e um ligeiro aumento da população idosa.

Tal como se descreveu no Pré-Diagnóstico Social, este fenómeno altera completamente a estrutura demográfica do Concelho uma vez que permite concluir a existência de um duplo envelhecimento (na base devido à diminuição do número de jovens e no topo devido ao aumento do número de idosos) da pirâmide etária.

Todo este cenário foi provocado, como vimos no Pré-Diagnóstico Social, pela diminuição da **taxa de natalidade** (de 11,6 em 1991 passou para 10,9 em 2002) e de uma redução da **taxa de mortalidade** (de 13,1 em 1991 passou para 11,1 em 2002) que foram justificadas pelo avanço da medicina e consequente aumento da esperança média de vida. O crescimento natural⁷ no período 1991-2001 foi sempre um crescimento negativo. Se em 1991 o mesmo foi de -1,5, em 2001 apresentou -0,9. Além disso, esta situação resultou numa diminuição do número de nados vivos e do número de óbitos que, se traduziu num saldo natural negativo.

Outro indicador que concorre para que Cinfães seja considerado um Concelho envelhecido é o que se refere ao Índice de Envelhecimento (um dos mais elevados da região do Tâmega, a seguir a Resende e Ribeira de Pena).

Quadro 9 – Indicadores demográficos do Concelho de Cinfães

| ANO | Índice Envelhecimento % | Índice Juventude % | Índice Dependência Jovens % | Índice Dependência Idosos % | Índice Dependência Total % |
|------|-------------------------------|--------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|
| 1991 | 70,3 | 142,2 | 36,8 | 25,9 | 62,7 |
| 2001 | 104,8 | 95,5 | 27,6 | 28,9 | 56,5 |
| 2002 | 106,5 | 93,9 | 26,1 | 27,8 | 54 |

Fonte: INFOLINE – Anuário Estatístico da Região Norte, 1991, 2001 e 2002 www.ine.pt

⁷ Diferença entre a taxa de natalidade e mortalidade.

Como podemos observar pelo quadro 9, o **Índice de Envelhecimento** tem vindo a aumentar significativamente desde 1991. No período de 1991-2001 o Índice de Envelhecimento subiu cerca de 35%. Em contrapartida, se analisarmos o Índice de Juventude constatamos que este diminuiu, no mesmo período, cerca de 47%. De facto, do ponto de vista demográfico, o aumento do número de idosos torna-se ainda mais preocupante quando associado a uma redução das proporções de jovens.

Outro indicador que permite elucidar-nos sobre o envelhecimento da população diz respeito ao **Índice de Dependência**, uma vez que possibilita determinar a proporção da população que se encontra potencialmente dependente dos indivíduos em idade activa. Apesar de, à primeira vista, surgir uma diminuição da dependência total (uma vez que existem menos pessoas potencialmente a cargo da população em idade activa, em relação a 1991) quando analisamos as duas componentes do indicador, constatamos que não é bem assim. O Índice de Dependência dos Jovens diminuiu de 1991 para 2001, porém, o Índice de Dependência dos idosos, no mesmo período, evoluiu. Esta situação pode condicionar a produtividade e mesmo a empregabilidade daqueles que se encontram em idade activa, na medida em que, para cuidar dos idosos poderão ter de abandonar o seu emprego. Além disso, este fenómeno traduz-se entre outras coisas, pela maior procura de serviços de saúde, maior pressão sobre o sistema de segurança social (pensões de reforma, velhice e outras) e, sobretudo pelo facto de diminuir, pelo menos em termos relativos, a parcela da população capaz de produzir bens e serviços (a força do trabalho).

Dos méritos desta análise consta a possibilidade de, ao fornecer informação sobre as proporções de jovens, adultos e idosos, permitir uma utilização mais racional dos recursos disponíveis. Deste modo, em função da juventude existente se determinarão as necessidades ao nível das estruturas de ensino. Face à situação dos adultos se condicionarão os níveis e as políticas de emprego. Relativamente à Terceira Idade, também se deverão programar os esquemas de assistência social e de saúde mais ajustados a esta faixa etária.

Um último factor que contribui para que o Concelho de Cinfães tenha uma população envelhecida diz respeito aos **movimentos migratórios**. Segundo os dados analisados no

Pré-Diagnóstico Social, o saldo migratório (referente a 31/03/2001) apresentou um valor negativo (-292), uma vez que é superior o número de indivíduos que abandonam o Concelho (452 pessoas) do que aqueles que entram (160 indivíduos).

Seguindo esta lógica, de acordo com João Ferreira de Almeida (1992, p.6), *“do ponto de vista da problemática da pobreza e do desenvolvimento, os resultados destes movimentos migratórios apresentam duas faces. É certo que uma parte das populações neles envolvidas conseguiu acesso a melhores níveis de vida e algumas condições de ascensão social. Mas, em contrapartida, as regiões de origem foram ficando cada vez mais despovoadas, com uma população envelhecida, e sem dinamismo económico.”*

Toda esta conjuntura reforça a necessidade de se reflectir sobre os problemas que decorrem do envelhecimento. Poderemos apresentar alguns deles:

- ➔ **Ao nível económico**, o envelhecimento demográfico vai traduzir-se num aumento das despesas decorrente do acréscimo do número de beneficiários de pensões/reformas, do aumento do período de benefício e de uma provável subida dos montante das mesmas, uma vez que as pessoas contribuem durante mais anos para os sistemas de protecção social. Tudo isto vai sobrecarregar a população activa que, a médio prazo, irá sofrer uma diminuição resultante da contínua redução dos nascimentos, do alargamento do período de escolaridade dos jovens e da antecipação da entrada na fase pós-activa, através de pré-reformas e reformas antecipadas, podendo mesmo estar em causa a manutenção do equilíbrio intergeracional. Sendo comum as pensões serem mais baixas do que os rendimentos provenientes do trabalho, o consumo poderá diminuir e consequentemente acarretar alguns entraves à expansão económica.
- ➔ **Ao nível da saúde**, é do conhecimento geral que, com o envelhecimento, os indivíduos sofrem transformações físicas e psíquicas que estão associadas à redução de aptidões e à susceptibilidade, ao aparecimento de doenças e que funcionam como factores de vulnerabilidade. Perante estas características, torna-se necessário que os serviços de saúde alarguem e melhorem a prestação dos cuidados de saúde

diferenciados ligados à terceira idade, uma vez que estas pessoas apresentam múltiplas patologias e a maior parte delas crónicas.

→ **Do ponto de vista sócio familiar**, são visíveis inúmeras mudanças na estrutura e nas relações familiares que vão condicionar a forma como a velhice é vivenciada. Nas sociedades mais antigas as famílias funcionavam como núcleos fundamentais de produção onde o idoso permanecia integrado e detinha um papel relevante. Actualmente, assiste-se à perda de autoridade dos mais velhos e a um crescente afastamento entre as várias gerações. As famílias de hoje organizam-se em função de valores como a emancipação, a realização pessoal e profissional dos seus membros e o respeito pela sua privacidade, o que, conjugado com a crescente mobilidade geográfica dos elementos mais jovens da família (normalmente motivada por questões profissionais), contribui para a desmembração e a consequente nuclearização da mesma. Associado a estes factores, coexiste o facto de muitas habitações não disporem de espaço para albergar várias gerações no mesmo agregado. Face a estas novas formas de organização familiar os idosos, em particular os mais dependentes, ficam mais desprotegidos e vulneráveis a situações de risco. A esta nova situação de vulnerabilidade, decorrente da crescente redução do papel da família no apoio aos seus elementos mais velhos, também não é alheia a inserção profissional fora do lar dos elementos activos, em particular a das mulheres, que tradicionalmente detinham a responsabilidade de cuidar dos idosos.

O envelhecimento da população deve converter, assim, o grupo da terceira idade num objectivo prioritário das políticas sociais locais, nacionais e internacionais. É necessário tomarmos consciência das características especiais que a camada populacional mais idosa detém, de forma a promovermos a integração dessas pessoas dentro da comunidade da qual são parte e a contribuírmos para o aumento da sua qualidade de vida, promovendo um envelhecimento autónomo e activo.

2.3 – Recursos

Tendo presente o Artigo 72.º da Constituição da República Portuguesa, que refere que *“as pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social”*, estão constituídas actualmente

(2005) no Concelho de Cinfães 7 Instituições Particulares de Solidariedade Social com valências direccionadas para a Terceira Idade.

Quadro 10 – Instituições Particulares de Solidariedade Social de Cinfães:

| Instituição | Freguesia | Lar de Idosos | | Centro de Dia | | Apoio Domiciliário | |
|---------------------------------------------------------|--------------|---------------|----------------------|---------------|----------------------|--------------------|----------------------|
| | | Total | C/ Acordo Cooperação | Total | C/ Acordo Cooperação | Total | C/ Acordo Cooperação |
| Associação Sol. Social e Recr. de Nespereira | Nespereira | ----- | ----- | ----- | ----- | 38 | 25 |
| Centro Social da Paróquia de Fornelos | Fornelos | ----- | ----- | ----- | ----- | 38 | 20 |
| Centro Social e Paroquial de Tendais | Tendais | ----- | ----- | ----- | ----- | 48 | 35 |
| Associação de Sol. Social de Souselo | Souselo | ----- | ----- | 11 | 10 | 32 | 20 |
| Associação de Inf. e 3. ^a Idade S. Sebastião | S. Cristóvão | 30 | 25 | ----- | ----- | ----- | ----- |
| Associação do Alto Concelho de Cinfães | Ferreiros | ----- | ----- | ----- | ----- | 27 | 20 |
| Santa Casa da Misericórdia | Cinfães | 30 | 30 | 10 | 10 | 24 | 20 |

Fonte: IPSS's do Concelho, Janeiro/Fevereiro de 2006

Como podemos observar pelo quadro 10, as Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho de Cinfães apoiam 288 idosos, dos quais 207 estão abrangidos pelo Serviço de Apoio Domiciliário, 60 pelos Lares e 21 pelos Centros de Dia.

Conscientes de que estas valências se manifestam insuficientes para colmatar as necessidades da população, a Associação de Solidariedade Social de Nespereira e a Santa Casa da Misericórdia candidataram-se ao Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII).

A primeira Associação pretende, no âmbito desta candidatura, desenvolver um Centro de Apoio a Dependentes (CAD) no sentido de: criar respostas de apoio a idosos dependentes, de forma a manter a autonomia destes no seu contexto; implementar respostas de apoio às famílias que tenham de assegurar cuidados a idosos que se

encontrem em situação de dependência e promover atitudes e medidas preventivas do isolamento, da exclusão e da dependência.

Por outro lado, a Santa Casa da Misericórdia de Cinfães pretende alargar, a fins de semana e a feriados o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), de forma a abranger um maior número de idosos e oferecer uma resposta mais eficaz e eficiente às necessidades sentidas pela população mais idosa.

2.4 – Análise Estratégica

O grupo de trabalho para a problemática do Envelhecimento Demográfico reuniu no dia 29 de Setembro de 2005 e foi formado pelas seguintes entidades:

- ➔ Câmara Municipal de Cinfães;
- ➔ Serviço Local de Segurança Social;
- ➔ Junta de Freguesia de Fornelos;
- ➔ Comando da Guarda Nacional Republicana de Cinfães;
- ➔ Associação de Solidariedade Social e Recreativa de Nespereira;
- ➔ Centro Social e Paroquial de Tendais;
- ➔ Santa Casa da Misericórdia de Cinfães;
- ➔ Centro de Saúde de Cinfães;
- ➔ Junta de Freguesia de Ferreiros de Tendais.

O grupo de trabalho referente ao envelhecimento demográfico elaborou a seguinte análise SWOT:

Problemática: Envelhecimento Populacional:

| FORÇAS/ RECURSOS/POTENCIALIDADES | FRAQUEZAS/ PROBLEMAS |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> ➔ Valências das IPSS's do Concelho vocacionadas para a 3.ª Idade (2 Centros de Dia, 2 Lares e 6 Serviços de Apoio Domiciliário); ➔ Alargamento do Serviço de Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia de Cinfães (PAII); ➔ Criação de um Centro de Apoio a Dependentes por parte da Associação de Solidariedade Social de Nespereira (PAII); ➔ Serviços de Acção Social (Autarquia, Segurança Social, Centro de Saúde e IPSS's); ➔ Aumento do número de Técnicos de Acção Social nas diversas instituições; ➔ Grupos de Voluntariado (Nespereira e Tendais); ➔ Associação Humanitária dos Bombeiros; ➔ Conferencia S. Vicente Paulo; ➔ Parceria entre o Centro de Saúde e a Autarquia para serviço de rastreio e tratamento ao domicílio; ➔ Passeio Anual do Idoso; ➔ Comemoração do Dia dos Avós; ➔ Conselho Inter – Técnicos. | <ul style="list-style-type: none"> ➔ Insuficiência de respostas sociais para a 3ª Idade, nomeadamente Unidade de Apoio Integrado, Centros de Dia e de Noite, Apoio Domiciliário Integrado, Centros de Convívio, serviços de Reabilitação e de Especialidade, Internamento, Lares, Centro de Apoio a Dependentes; ➔ Falta de redes de suporte familiar (Retaguarda Familiar); ➔ Acessibilidades e transportes deficitários; ➔ Ausência de políticas locais que fomentem a fixação dos jovens/população activa no concelho e aumentem a taxa de natalidade; ➔ Falta de informação/formação da população local em relação à saúde do idoso; ➔ Inexistência de estudos aprofundados sobre o envelhecimento populacional do concelho; ➔ Centralização dos serviços de saúde e de Segurança Social; ➔ Falta de formação dos recursos humanos a trabalharem nas instituições. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ul style="list-style-type: none"> ➔ Programas Comunitários (POEFDS, FSE); ➔ Programas Nacionais (Segurança Social) <ul style="list-style-type: none"> • PAII (Programa de Apoio Integrado a Idosos); • Plano Avô; • PROGRIDE ➔ Cartão do Idoso; ➔ Programas de Férias para idosos (INATEL). | <ul style="list-style-type: none"> ➔ Crise económica/Insuficiência de verbas/contenção orçamental; ➔ Fraca cultura de parceria; ➔ Fraca sensibilidade da sociedade relativamente à problemática da 3.ª Idade; ➔ Burocratização dos serviços; ➔ Ausência de recursos humanos especializados na área de Geriatria e Gerontologia; ➔ Inexistência de Clínicas públicas ou convencionadas na área de fisioterapia e outras. |

2.4.1 – Perspectiva Analítica

Os elevados índices de envelhecimento e de dependência dos idosos no Concelho de Cinfães vem suscitar uma preocupação de longa data que se prende essencialmente com a insuficiência de respostas sociais direccionadas para a terceira idade, principalmente para os mais dependentes. Deste modo, a necessidade de contrariar este cenário torna evidente que as prioridades de intervenção se centram, por um lado, no aumento do número de respostas sociais vocacionadas para a terceira idade por parte das instituições locais e, por outro na formação dos funcionários que trabalham nesta área.

Problemática Social

Desemprego

3. Desemprego

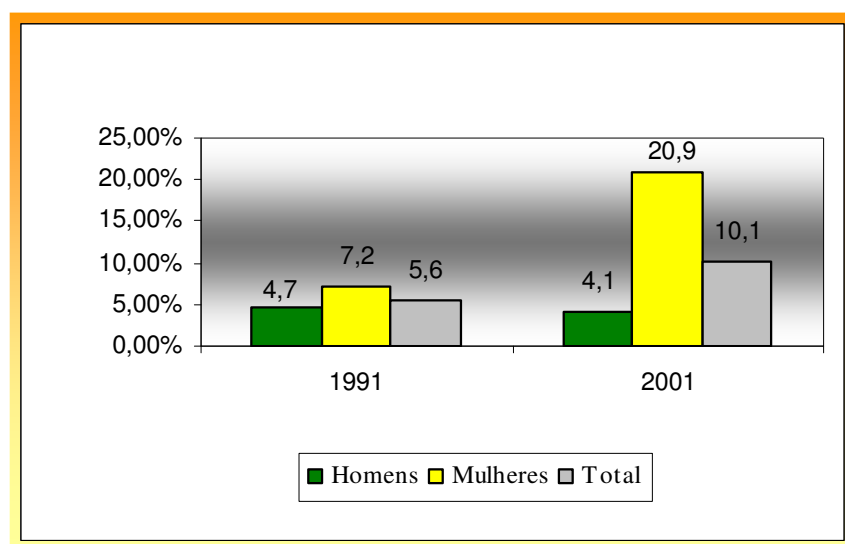
3.1 - Introdução

O desemprego aparece como uma forma paradigmática de exclusão social na Europa, na medida em que o emprego é um dos principais mecanismos de integração social na sociedade. Estar desempregado significa não só estar privado da fonte de rendimento mas também é um dos vínculos mais importantes de ligação à sociedade, rede de relações interpessoais que o emprego proporciona e, ainda, ao sentimento, que do mesmo advém, de participar na vida económica do país.

3.2 – Apresentação das informações recolhidas

Considera-se população desempregada: “o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que não têm trabalho remunerado ou qualquer outro e que se encontram disponíveis para trabalhar”. (INE, 2001)

Gráfico IX – Taxa de Desemprego em 1991 e 2001 segundo o sexo:



Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

Segundo os dados disponibilizados pelo INE, durante a última década, o desemprego aumentou consideravelmente, de 5,6% em 1991 passou para 10,1% em 2001. Esta taxa apresenta um valor bastante elevado quando comparado com a Taxa de Desemprego da Região do Tâmega, que se situa nos 5,1%. Cinfães é o terceiro Concelho da região do

Tâmega com a Taxa de Desemprego mais elevada, antecedido por Ribeira de Pena (11,5%) e Baião (10,2).

Analisando a taxa de desemprego, segundo o sexo, constatamos que essa mesma taxa diminuiu no sexo masculino, no período em análise. Pelo contrário, no sexo feminino assistiu-se a um aumento muito significativo, já que em 1991 rondava os 7,2% e em 2001 passou para 20,9%. Este cenário poderá ser também uma consequência da dificuldade de inserção profissional das mulheres no Concelho.

Para a análise do desemprego foram solicitados dados à Delegação Regional do Norte do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), relativos aos desempregados inscritos no Centro de Emprego de Lamego.

Quadro 11 – Desempregados inscritos por sexo, em Janeiro e Junho de 2005 e em Janeiro de 2006:

| Mês | Sexo | | |
|------------------------|-------------|----------|--------------|
| | H | M | Total |
| Janeiro 2005 | 443 | 539 | 982 |
| Junho 2005 | 483 | 589 | 1072 |
| Janeiro de 2006 | 504 | 688 | 1192 |

Fonte: IEFP, Delegação Regional do Norte, Janeiro 2006

De acordo com os dados facultados pelo IEFP, estavam inscritos no Centro de Emprego de Lamego, em Janeiro de 2005, 982 desempregados. No entanto, no período de 5 meses esse valor aumentou para 1072 desempregados inscritos (cerca de 9,2%). Depois de solicitados dados mais actualizados ao mesmo Instituto, referentes a Janeiro de 2006, constatamos que o número de desempregados inscritos aumentou para 1192, o que significa que, no período de um ano houve um aumento de 21,4%. De realçar que, embora o número de desempregados tenha subido em ambos os sexos, esse aumento foi mais visível no sexo feminino já que subiu cerca de 28%.

Quadro 12 – Desempregados inscritos por sexo e grupo etário, em Janeiro de 2006:

| Grupo Etário | Janeiro de 2006 | | |
|--------------|-----------------|------------|-------------|
| | H | M | Total |
| <25 Anos | 77 | 140 | 217 |
| 25-34 Anos | 95 | 224 | 319 |
| 35-54 Anos | 206 | 244 | 450 |
| 55 e + Anos | 126 | 80 | 206 |
| Total | 504 | 688 | 1192 |

Fonte: IEFP, Delegação Regional do Norte, Janeiro 2006

Relativamente aos desempregados segundo a idade, constata-se que 38% têm idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos e 27% entre os 25 e os 34 anos, afectando essencialmente o sexo feminino em todos os grupos etários.

Quadro 13 – Desempregados inscritos segundo as habilitações literárias:

| Concelho | Habilitações Literárias | | | |
|----------------|-------------------------|--------|------------|----------------|
| | <=6 Anos | 9 Anos | 11/12 Anos | Médio/Superior |
| Cinfães | 887 | 127 | 121 | 41 |

Fonte: IEFP, Delegação Regional do Norte, Janeiro 2006

Podemos facilmente concluir que, se assiste a um baixo nível de habilitações dos desempregados inscritos no Centro de Emprego, facto que se comprova pelos 74,4% que possuem como grau máximo o 6.º ano de escolaridade. Tal situação define um elevado constrangimento à (re) inserção profissional, pelo défice escolar do grupo, designadamente se tivermos como perspectiva a oferta de emprego mais exigente em qualificações superiores. De referir ainda que, de Janeiro de 2005 a Janeiro de 2006 aumentou o número de desempregados inscritos (+18) com cursos médios ou superiores.

Quadro 14 – Desempregados inscritos segundo o tipo de procura, em Jan. de 2006:

| Concelho | Tipo de Procura | | |
|----------------|-----------------|--------------|-------|
| | 1.º Emprego | Novo Emprego | Total |
| Cinfães | 136 | 1056 | 1192 |

Fonte: IEFP, Delegação Regional do Norte, Janeiro 2006

Outro indicador digno de análise é o que refere ao desemprego segundo o tipo de procura. O quadro supra mencionado não deixa quaisquer dúvidas relativamente à categoria mais procurada, 89% dos desempregados estão à procura de novo emprego. De facto, esta situação poderá estar relacionada com o surto de desemprego que está a afectar o nosso país e com a precarização da relação salarial de alguns sectores.

Quadro 15 – Desempregados inscritos, seg. o tempo de inscrição, em Jan. de 2006:

| Tempo de Inscrição | Sexo | | |
|--------------------|------------|------------|-------------|
| | H | M | Total |
| <3 meses | 83 | 110 | 193 |
| 3 a 12 meses | 176 | 251 | 427 |
| 12 + meses | 245 | 327 | 572 |
| Total | 504 | 688 | 1192 |

Fonte: IEFP, Delegação Regional do Norte, Janeiro 2006

Da análise dos valores correspondentes, cerca de 48% dos indivíduos estão desempregados há mais de 12 meses e 36% encontram-se desempregados entre 3 e 12 meses. Esta situação poderá estar associada a dois factores: por um lado, à falta de ofertas de trabalho na zona do Centro de Emprego e por outro, à baixa escolaridade da população desempregada.

Será pertinente referir que, segundo os dados disponíveis no INE, 67% da população desempregada sobrevive graças ao apoio da família e 16% estão a beneficiar do subsídio de desemprego.

3.3 – Análise Estratégica

O grupo de trabalho para a análise da problemática do desemprego reuniu no dia 13 de Outubro de 2005 e foi formado pelas seguintes entidades:

- ➔ Câmara Municipal de Cinfães;
- ➔ Serviço Local de Segurança Social;
- ➔ Junta de Freguesia de Fornelos;
- ➔ Santa Casa da Misericórdia de Cinfães;
- ➔ Centro de Saúde de Cinfães;
- ➔ AGITO – Formação e Serviços;
- ➔ Ensino Recorrente e Extra – Escolar de Cinfães;
- ➔ Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Lamego;

Este grupo de trabalho elaborou a Análise SWOT que a seguir se apresenta:

Problemática: Desemprego

| FORÇAS/ RECURSOS/POTENCIALIDADES | FRAQUEZAS/ PROBLEMAS |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> ➔ Descentralização dos serviços do IEFP; ➔ Existência da Escola Profissional; ➔ Ensino Recorrente e Escolas do Concelho; ➔ Empresas de Inserção da Associação para o Desenvolvimento do Alto Concelho de Cinfães e da Associação Recreativa e Grupo Folclórico Cantas e Cramóis de Pias; ➔ Agito/Profisousa (RVCC e Cursos EFA); ➔ Recursos humanos ao nível de Apoio Social – Autarquia, Segurança Social, Escolas, Projecto “Voar Alto”; ➔ Existência de IPSS e Associações Humanitárias; ➔ Existência de Infantários e ATL’s; ➔ Conselho Inter – Técnicos; ➔ Tecido empresarial; ➔ Cursos de formação profissional para jovens com insucesso escolar e em risco de abandono; ➔ Apoios financeiros ao nível do IEFP; ➔ ANCRA. | <ul style="list-style-type: none"> ➔ Insuficiência de recursos humanos do IEFP para dar resposta às solicitações/necessidades da população desempregada; ➔ Baixo grau de escolaridade e de qualificação profissional; ➔ Falta de mão-de-obra qualificada; ➔ Insuficiência de respostas ao nível da formação profissional no Concelho; ➔ Rede viária deficitária e rede de transportes públicos escolares insuficiente; ➔ Falta de investimento empresarial; ➔ Desmotivação/comodismo da população para a actividade profissional; ➔ Incompatibilidade entre o horário de trabalho e o horário escolar; ➔ Insuficiência de respostas sociais ao nível da valência Creche; ➔ Discriminação face a toxicodependentes/deficientes. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ul style="list-style-type: none"> ➔ Programas Comunitários (POEFDS, FSE); ➔ Descentralização dos serviços do IEFP; ➔ Programas do IEFP: <ul style="list-style-type: none"> • Formação profissional; • Estágios Profissionais; • Empresas de Inserção; • ILE (Iniciativas Locais de Emprego); • UNIVA (Unidade de Inserção na Vida Activa); • Programas Ocupacionais; • Apoio à Contratação; ➔ Portfiel; ➔ INGA/IFADAP/ANCRA. | <ul style="list-style-type: none"> ➔ Mentalidade retrógrada e condicionalismos culturais; ➔ Falta de investimento público nos concelhos do interior para melhoramento da rede viária e acessibilidades; ➔ Insuficiência de verbas para incentivos empresariais e outros; ➔ Falta de objectividade na fiscalização e rigor contratual; ➔ Burocratização dos serviços. |

3.3.1 – Perspectiva Analítica

O desemprego é um fenómeno actual que assombra o país em geral e o Concelho de Cinfães em particular.

O fraco tecido empresarial, o baixo grau de escolaridade, a baixa qualificação profissional, a rede viária deficitária e a rede de transportes públicos escolares insuficientes, foram alguns dos factores que motivaram o aumento da taxa de desemprego durante a última década em Cinfães. Deste modo:

- ➔ Ao nível do emprego, torna-se essencial trabalhar no sentido de captar e fixar a população qualificada e altamente qualificada no Concelho. Torna-se fundamental captar investimentos exteriores para o nosso território e, simultaneamente, incentivar e fomentar o espírito empreendedor da população local, sobretudo junto da população jovem.
- ➔ Ao nível da formação e face à insuficiência de respostas a este nível, será necessário também efectuar um estudo aprofundado sobre as necessidades de formação, de modo a incentivar a formação de activos e aumentar a sua qualificação, aproveitando para o efeito os recursos existentes no Concelho, nomeadamente a Escola Profissional.
- ➔ Ao nível do desemprego será também adequado apostar na formação e reconversão profissional dos desempregados através de candidaturas a Programas Comunitários bem como através dos programas do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Perante este cenário e tendo em vista a mobilidade dos indivíduos, para o seu local de trabalho, inter e intra Concelho, a prioridade de intervenção passará pela aposta no melhoramento da rede viária e no alargamento da rede de transportes.

Problemática Social

Deficiência

4. DEFICIÊNCIA

4.1 - Introdução

Neste capítulo sobre a problemática da deficiência, será feita uma ligeira introdução ao tema, serão analisados os dados facultados pela Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos de Cinfães (ECAE), pelo Centro de Reabilitação Profissional de Gaia e pela CERCIMARANTE e será efectuada uma análise estratégica da problemática recorrendo à Análise SWOT.

Segundo o n.º 1 do artigo 71.º da Constituição da República Portuguesa, *“os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados”*. Neste sentido, de acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, *“o Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efectiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores”*.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define deficiência da seguinte forma: *“no domínio da saúde, deficiência representa qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatómica”* (OMS, 1980:35). A deficiência é, pois, uma perturbação ao nível do funcionamento de um órgão resultante de uma doença que o afectou. A deficiência gera incapacidade nos desempenhos funcionais da pessoa. A incapacidade é definida pela OMS como: *“A redução ou falta de capacidades para uma actividade, de forma ou dentro dos limites considerados normais para o ser humano”* (OMS, 1980:36).

O que determina as nossas diferenças não é tanto a “natureza dos problemas”, mas muito mais a sua acuidade. *“Para lá das aparências, eles são antes de tudo homens e mulheres, pessoas jovens ou idosas, com os mesmos sentimentos, os mesmos*

pensamentos, as mesmas aspirações das pessoas do seu sexo ou da sua idade” (UNESCO, 1977:17).

Isto impõe uma nova visão da pessoa com deficiência, olhada muito mais pelo lado das capacidades do que das incapacidades; muito mais como membro activo e integrante da sociedade, no pressuposto de que uma sociedade que exclui alguns dos seus membros, que não mobiliza todas as energias e potencialidades, que não integra a diferença é uma sociedade empobrecida.

A forma como a sociedade encara a pessoa com deficiência tem variado no tempo e, hoje, o princípio da igualdade de oportunidades é um princípio essencial da política social relativa às pessoas com deficiência. No âmbito da segurança social, a organização das respostas sociais dirigidas às pessoas com deficiência e suas famílias foram absorvendo estas transformações, à medida que o paradigma se alterou e a intervenção junto da pessoa com deficiência ganhou novas dimensões.

4.2 - Recursos e Apresentação das informações recolhidas

Como vimos no Pré-Diagnóstico Social, 4% da população residente no Concelho de Cinfães é portadora de deficiência, o que em número bruto perfaz um total de 903 deficientes.

Quadro 16 – População Deficiente segundo os grupos etários e o sexo, em 2001:

| Faixa etária | H | M | TOTAL |
|--------------|------------|------------|------------|
| 0-14 | 38 | 19 | 57 |
| 15-64 | 351 | 224 | 575 |
| 65 ou + | 111 | 160 | 271 |
| TOTAL | 500 | 403 | 903 |

Fonte: INE – Censos 2001

Segundo os Censos 2001 (quadro 16), concluímos que o maior número de deficientes se situa na faixa etária que corresponde ao intervalo dos 15 aos 64 anos, isto é, a maior porção de deficientes estão em idade considerada activa, com 63,7% do total. De facto, à medida que avançamos na idade aumenta o número de pessoas portadoras de

deficiência, sendo mais predominante no grupo etário dos 65 aos 69 anos. O sexo masculino é o que apresenta a maior percentagem, com 55% do total de deficientes.

Quadro 17 – População deficiente, por sexo e tipo de deficiência, em 2001:

| Sexo | TIPO DE DEFICIÊNCIA | | | | | | Total |
|--------------|---------------------|------------|------------|------------|--------------------|------------|------------|
| | Auditiva | Visual | Motora | Mental | Paralisia Cerebral | Outra | |
| H | 49 | 74 | 166 | 98 | 31 | 82 | 500 |
| M | 47 | 74 | 109 | 110 | 14 | 49 | 403 |
| Total | 96 | 148 | 275 | 208 | 45 | 131 | 903 |

Fonte: INE – Censos 2001

Relativamente ao tipo de deficiência identificada, o quadro supra mencionado demonstra que as deficiências motoras, mentais e visuais são as que mais se destacam.

Quadro 18 – População deficiente, por sexo e grau de incapacidade, em 2001:

| SEXO | GRAU DE INCAPACIDADE | | | | |
|--------------|----------------------|-----------|------------|------------|------------|
| | S/ Grau | <30 % | 30-59 % | 60-80 % | >80 % |
| H | 233 | 58 | 68 | 71 | 70 |
| M | 210 | 22 | 54 | 57 | 60 |
| TOTAL | 443 | 80 | 122 | 128 | 130 |

Fonte: INE – Censos 2001

No que se refere ao grau de incapacidade (quadro 18), verificamos que, embora haja uma grande percentagem de deficientes sem grau de incapacidade (49%), existe também uma grande percentagem de deficientes (28,6%) com grau de incapacidade superior a 60%.

Como informação adicional podemos dizer ainda que, no que se refere à população desempregada portadora de deficiência, estão inscritos no Centro de Emprego de Lamego 7 indivíduos, dos quais 6 são homens e apenas 1 é mulher.

4.2.1 - ECAE

A Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos, com sede na Escola EB 2, 3 de Cinfães, tem prestado apoio a quase uma centena de alunos dos diferentes níveis de ensino. A sua acção e competências desenvolvem-se na orientação dos professores de apoio educativo, na formação, na identificação de equipamentos e matérias técnicas para os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e articulação com as estruturas concelhias com acção nestas áreas, Autarquia, Segurança Social, técnicos de algumas instituições locais. Tem como objectivo promover a reabilitação e integração social dos alunos com necessidades educativas especiais na modalidade de ensino especial.

De acordo com o n.º 2 do artigo 10 do Decreto – Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro *“consideram-se alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente os alunos que apresentem incapacidade ou incapacidades que se reflectam numa ou mais áreas de realização de aprendizagens, resultantes de deficiências de ordem sensorial, motora ou mental, de perturbações da fala e da linguagem, de perturbações graves da personalidade ou do comportamento ou graves problemas de saúde.”*

Os alunos que apresentam necessidades educativas especiais estão abrangidos pelo Ensino Especial. Considera-se Ensino Especial, o conjunto de procedimentos pedagógicos que permitam o reforço da autonomia individual do aluno com necessidades educativas especiais devidas a deficiências físicas e mentais e o desenvolvimento pleno do seu projecto educativo próprio, podendo seguir os seguintes currículos: currículos escolares próprios ou currículos alternativos.

Os alunos que beneficiam de ensino especial estão distribuídos pelos diferentes agrupamentos e Escola Secundária da seguinte forma:

Quadro 19 – Número de alunos abrangidos pela Educação Especial, no ano lectivo de 2005/2006:

| Nível de Ensino | N.º de alunos/Agrupamentos | | | | |
|-----------------|----------------------------|----------------|-------------|-------------|------------|
| | Ag. Souselo | Ag. Nespereira | Ag. Cinfães | Esc. 3/Sec. | Total |
| Pré-escolar | 5 | 3 | 7 | ----- | 15 |
| 1.º Ciclo | 22 | 8 | 29 | ----- | 59 |
| 2.º Ciclo | 5 | 3 | 7 | ----- | 15 |
| 3.º Ciclo | 2 | ----- | 2 | 4 | 8 |
| Secundário | ----- | ----- | ----- | 6 | 6 |
| Total | 34 | 14 | 45 | 10 | 103 |

Fonte: ECAE – Questionário Rede Social – Dezembro de 2005

Como podemos constatar pelo quadro supra citado, a equipa de coordenação dos apoios educativos do Concelho de Cinfães acompanha 103 crianças com necessidades educativas especiais. É o 1.º CEB que apresenta o maior número de alunos com necessidades educativas especiais, com cerca de 57,3% do total.

Quadro 20 – Distribuição dos alunos do ensino especial segundo o tipo de deficiência, em 2005/2006:

| Tipo de Deficiência | Total |
|------------------------------------------|------------|
| Visão | 1 |
| Audição | 6 |
| Visão+Audição | 0 |
| Domínio Cognitivo | 50 |
| Domínio da Saúde Física | 3 |
| Domínio Motor | 9 |
| Domínio da Comunicação, Linguagem e Fala | 22 |
| Domínio Emocional e da Personalidade | 12 |
| Total | 103 |

Fonte: ECAE – Questionário Rede Social – Dezembro de 2004

Relativamente ao tipo de deficiência apresentada, verifica-se que 48,5% das crianças possuem deficiência ao nível cognitivo e 21,4% ao nível da comunicação, linguagem e fala.

4.2.2 - Centro de Reabilitação Profissional de Gaia

O Centro de Reabilitação Profissional de Gaia está sediado em Arcozelo, Gaia e é um Centro Especializado para Prescrição de Ajudas Técnicas e um Centro Financiador de Ajudas Técnicas Profissionais. Tem como missão, a vida activa e profissional para as pessoas com deficiência, numa sociedade aberta e inclusiva, prestando serviços integrados e personalizados de reabilitação, com elevada qualidade e valor, ajustados às necessidades e expectativas dos clientes, gerando os mais elevados níveis de satisfação para todas as partes interessadas.

O Centro de Reabilitação Profissional de Gaia tem como população – alvo as pessoas com deficiência, as empresas e entidades empregadoras, os serviços públicos de emprego, estruturas regulares de formação, centro de recursos locais de reabilitação, os Hospitais e Seguradoras e as empresas.

Dispõe dos seguintes serviços de apoio a pessoas:

- ➔ **Formação Profissional** – constitui uma oportunidade para jovens com deficiência adquirirem um perfil de competências que facilite a integração na vida activa e profissional. Estão disponíveis diversas áreas profissionais e uma equipa multidisciplinar que apoia os clientes na construção e implementação de projectos individuais de habilitação profissional;
- ➔ **Retorno ao Trabalho** – apoia as pessoas que se deficientaram ou sofreram algum tipo de lesão, no retorno a um trabalho produtivo e seguro tão cedo quanto seja fisicamente possível, bem como fazer regressar ao status económico, social e vocacional que detinham antes do acidente/lesão;
- ➔ **Reabilitação Funcional** – apoia pessoas com problemas de mobilidade e funcionalidade; pessoas com necessidade de prescrição de ajudas técnicas para o processo de financiamento das mesmas; pessoas e organizações com problemas de acessibilidade;

- ➔ **Reabilitação Neuropsicológica** – apoiam pessoas com lesão cerebral adquirida causada por traumatismos crânio – encefálicos, acidente vascular – cerebral, ou outro.

Relativamente aos serviços a empresas e instituições:

- ➔ **Consultadoria Emprego/Deficiência** – para dar resposta a problemas e necessidades do tecido empresarial procuram ser parceiros activos na solução de todas as questões que digam respeito à relação emprego/deficiência;
- ➔ **Consultadoria de Desenvolvimento** – contribuição para o desenvolvimento do sector da reabilitação em Portugal, através da prestação de serviços a diversos actores da economia social.

Tendo em conta os dados facultados constata-se que, o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia acompanha apenas um jovem portador de deficiência do sexo masculino proveniente da freguesia de Fornelos, Concelho de Cinfães. Este jovem é solteiro, tem 20 anos de idade, possui o 3.º ciclo do ensino básico e encontra-se à procura do primeiro emprego. Está a frequentar a valência de jardinagem no curso de itinerário de formação de inserção.

4.2.3 - CERCIMARANTE

A Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Amarante tem como objectivos garantir e promover a educação e reabilitação de crianças e jovens com necessidades educativas especiais, portadoras de deficiências e de grupos sociais desfavorecidos.

Encontra-se em funcionamento há 25 anos e é frequentada em regime de semi-internato por alunos não só do Concelho de Amarante, mas também de outros concelhos.

Com o objectivo de abranger várias faixas etárias, diferentes graus de deficiência e fazer a integração na sociedade e no mercado de trabalho, a Cercimarante criou diferentes valências com atendimentos específicos, a saber:

- ➔ **Centro Educacional** – apoia crianças e jovens dos 6 aos 18 anos com necessidades educativas especiais, tendo uma população de 27 alunos neste ano lectivo;
- ➔ **Centro de Intervenção Precoce** – apoia crianças entre os 0 e os 6 anos de idade, com manifesto atraso de desenvolvimento global ou deficiência comprovada, provenientes de famílias disfuncionais e em situação de risco;
- ➔ **Centro de Actividades Ocupacionais** – destina-se a crianças a partir dos 16 anos inclusivé, portadoras de deficiência severa e profunda;
- ➔ **Centro de Formação e Reabilitação Profissional** – apoiado pelo Fundo Social Europeu (FSE) e Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), está vocacionado para o atendimento de pessoas portadoras de deficiência e/ou pertencentes a grupos sociais desfavorecidos. Prestam formação nas áreas de: Carpintaria, Tecelagem, Construção Civil, Hotelaria, Agro-pecuária, Mecânica-auto, Informática, Hortofloricultura e Jardinagem.

No âmbito desta última valência, isto é, formação e reabilitação profissional, encontram-se a frequentar a Cercimarante 6 jovens provenientes do Concelho de Cinfães. A frequência dos cursos por parte dos jovens decorre de uma parceria entre a Autarquia, o Centro Social e Paroquial de Tendais e as Juntas de Freguesia de Alhões e Tendais que apoiam o transporte dos mesmos para a Cercimarante.

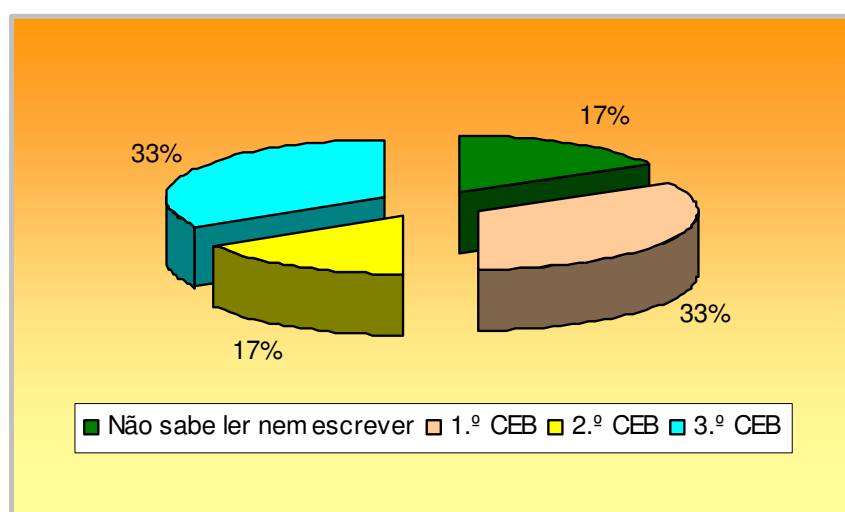
Quadro 21 – N.º de jovens a frequentar a Cercimarante, segundo o sexo e a idade, em Janeiro de 2006:

| Idades | N.º de alunos/ Sexo | | |
|--------------|---------------------|----------|----------|
| | H | M | Total |
| 17-20 anos | 2 | 1 | 3 |
| 21-24 anos | 1 | 1 | 2 |
| >= 25 anos | ----- | 1 | 1 |
| Total | 3 | 3 | 6 |

Fonte: Cercimarante, Janeiro de 2006

Como podemos constatar pelo quadro 21, dos 6 jovens que frequentam a Cercimarante, 3 pertencem ao sexo masculino e 3 ao sexo feminino, com idades compreendidas entre os 17 e os 34 anos.

Gráfico X – N.º de jovens a frequentar a Cercimarante, segundo as habilitações literárias, em Janeiro de 2006:



Fonte: Cercimarante, Janeiro de 2006

Relativamente às habilitações literárias verificamos que, 33% dos jovens possuem o 1.º ciclo e 33% o 3.º ciclo do ensino básico.

Quadro 22 – N.º de jovens a frequentar a Cercimarante, segundo o curso de formação, em Janeiro de 2006:

| Curso | Total |
|----------------|-------|
| Tecelagem | 1 |
| Jardinagem | 3 |
| Mecânica -auto | 1 |
| Informática | 1 |
| Total | 6 |

Fonte: Cercimarante, Dezembro de 2006

Da análise do quadro 22 constata-se que, 3 dos formandos frequentam o curso de jardinagem, 1 o curso de Tecelagem, 1 o de Mecânica – auto e 1 frequenta o curso de Informática.

Quadro 23 – N.º de jovens a frequentar a Cercimarante, segundo o tipo de deficiência, em Janeiro de 2006:

| | Tipo de Deficiência | | |
|-------|---------------------|----------------------|-------|
| | Deficiência Mental | Deficiência Auditiva | Total |
| Total | 5 | 1 | 6 |

Fonte: Cercimarante, Janeiro de 2006

No que concerne ao tipo de deficiência verifica-se que, 5 dos jovens (83,3%) que frequentam a Cercimarante apresentam uma deficiência mental.

De realçar que, para além destes 6 jovens, frequenta o Centro de Actividades Ocupacionais da Cercimarante uma jovem, por apresentar uma deficiência mental moderada a grave.

4.3 - Análise Estratégica

O grupo de trabalho para discussão e análise da problemática sobre a deficiência reuniu no dia 13 de Outubro de 2005 e foi constituído pelas seguintes entidades:

- ➔ Câmara Municipal de Cinfães;
- ➔ Serviço Local de Segurança Social;
- ➔ Junta de Freguesia de Fornelos;
- ➔ Centro Social e Paroquial de Tendais;
- ➔ Santa Casa da Misericórdia de Cinfães;
- ➔ Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Lamego.

Este grupo de trabalho elaborou a Análise SWOT que a seguir se apresenta:

Problemática: Deficiência

| FORÇAS/ RECURSOS/POTENCIALIDADES | FRAQUEZAS/ PROBLEMAS |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> ➔ Participação dos deficientes do Concelho na feira de artesanato; ➔ ECAE (Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos) – Sala de Apoio Permanente; ➔ Aumento gradual do número de Professores de apoio especializado nas diferentes escolas; ➔ “Voar Alto” – Programa Escolhas (Centro Social de Paroquial de Tendais). ➔ Recursos humanos ao nível do Apoio Social – Autarquia, Segurança Social, IPSS, Centro de Saúde, Escolas, Psicomarco; ➔ Apoios financeiros do Centro de Emprego de Lamego (Subsídio de Compensação e Prémio de Integração), da Autarquia, Segurança Social e Escolas; ➔ Associação Recreativa e Grupo Folclórico Cantas e Cramóis de Pias; ➔ CENFOR. | <ul style="list-style-type: none"> ➔ Elevado número de deficientes no Concelho; ➔ Inexistência de equipamentos sociais para a população deficiente; ➔ Insuficiência de respostas sociais de apoio a esta população; ➔ Falta de sensibilidade das entidades empregadoras para a inserção profissional; ➔ Barreiras arquitectónicas e falta de acessibilidades em edifícios públicos e privados; ➔ Desvalorização/marginalização da pessoa deficiente por parte da família e da comunidade; ➔ Ausência de competências pessoais e parentais; ➔ Falta de sensibilidade dos agentes locais para esta área; ➔ Falta de acções de sensibilização para prevenção da deficiência; ➔ Falta de apoio técnico especializado. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ul style="list-style-type: none"> ➔ Programas Nacionais e Comunitários; ➔ Hospital Magalhães Lemos; ➔ Programas do IEFP; ➔ Cercimarante; ➔ APPACDM do Porto e de Viseu; ➔ Hospital S. Teotónio, Viseu; ➔ Centro de Reabilitação Profissional de Gaia; ➔ Legislação em vigor; ➔ Projecto “Intervir para Incluir” candidatura ao Ser Criança por parte da Santa Casa da Misericórdia; ➔ Comemoração do Dia Internacional da Pessoa com deficiência; ➔ Centros de Paralisia Cerebral; ➔ Centro de Deficientes de Sto. Estêvão; ➔ Disponibilidade dos professores/educadores para a aquisição/formação de técnicas de intervenção, ➔ Oportunidade de frequência de Acções de Formação no âmbito da inclusão escolar, nas escolas e no Centro de Formação; ➔ ACAPO. | <ul style="list-style-type: none"> ➔ Falta de técnicos; ➔ Insuficiente número de vagas para professores de apoio e não substituição dos mesmos; ➔ Falta de investimento governamental na área da deficiência, ➔ Desactualização dos montantes de investimento; ➔ Centralização dos apoios à deficiência nos grandes centros urbanos em detrimento das zonas rurais; ➔ Elevado custo dos materiais e equipamentos de apoio à deficiência e de formação. |

4.3.1 - Perspectiva Analítica

No que respeita à população residente foi possível apurar que 4% é portadora de deficiência. No entanto, estima-se que a realidade ultrapassa, em muito, essa percentagem, havendo um maior número de deficientes. Neste sentido, consciente desta situação, o Serviço de Acção Social da Câmara Municipal de Cinfães em colaboração com outras entidades locais, encontra-se a efectuar uma caracterização exaustiva dos deficientes bem como a averiguar qual o tipo de intervenção e/ou acompanhamento de que estão a ser alvo.

É uma realidade também que o Concelho não possui nenhum equipamento social de apoio a esta população e as respostas sociais existentes manifestam-se insuficientes para cobrir as necessidades desta população. Assim, a prioridade de intervenção nesta área passará pela criação de equipamentos e respostas sociais de apoio à população deficiente por parte das instituições locais.

Problemática Social

Insucesso e Abandono Escolares

5. Insucesso e Abandono Escolares

5.1 - Introdução

O conceito de insucesso escolar significa que o aluno não atingiu as metas dentro dos limites temporais estabelecidos. Os indicadores que traduzem este fenómeno são, na prática, as taxas de reprovação/retenção, repetência e abandono escolar. Existe um outro tipo de insucesso escolar não facilmente quantificável, mas provavelmente mais nefasto, que se refere à (des)adequação entre os conteúdos transmitidos na escola, as aspirações dos alunos e a não conjugação destes factores com as necessidades do sistema social e dos subsistemas de emprego/trabalho e tecnológico.

Pode falar-se de dois tipos de insucesso escolar: um, em que há redução do conceito à quantificação de um dado fenómeno observável e de alguma forma determinado pela escola; outro, mais complexo e de difícil quantificação, que se prende com o atingir das metas individuais e sociais de acordo com as aspirações dos indivíduos e as necessidades dos sistemas envolventes.

A atribuição das causas do insucesso escolar tem variado com a evolução do sistema de ensino e com as diferentes posturas teóricas que têm estudado o problema.

O insucesso escolar massivo iniciou-se com o ensino de massas e intensificou-se com a massificação do ensino. As suas causas foram no pós-guerra atribuídas ao indivíduo pela teoria Meritocrática, sendo estes hierarquizados numa escala de valores de acordo com o coeficiente de inteligência (QI). Nesta perspectiva o insucesso era explicado a partir duma matriz individual, sendo atribuído a causas patológicas e psicológicas e onde o aluno era catalogado de “*dislético*”, “*disortográfico*”, “*portador de disfuncionalidade cerebrais*”, “*variações genéticas*”, “*patologias adenoidais*” etc (Forquin, 1988, 82). Existia ainda, segundo esta teoria, uma correlação directa entre o nível de conhecimentos adquiridos pelos indivíduos e os lugares desempenhados na estrutura social.

Por se reconhecer a incapacidade explicativa deste modelo teórico, surge os modelos “culturalistas”, nos quais se correlacionava o insucesso escolar com as condições dos indivíduos provenientes dos grupos étnicos e da classe operária e de outros grupos cujos

saberes culturais se distanciavam dos saberes que a escola transmitia. De acordo com este modelo a imputação do insucesso escolar passou para o aluno e para o meio familiar de onde provinha, já que os pais, para além de “incultos”, transmitiam a sua situação aos filhos e não lhes inculciam as aspirações e expectativas que lhes permitissem na escola competir com os outros grupos sociais. A escola nestas teorias era vista como um lugar neutro e instrumento de mobilidade, cabendo ao indivíduo aproveitar o que em igualdade é posto à sua disposição (Forquin, 1988:88). Não obstante estas teorias terem evoluído, o enfoque de análise continua a centrar-se no sujeito da aprendizagem e no meio de proveniência dos alunos, especialmente da família. Estas perspectivas foram contrariadas pelas teorias da reprodução cultural e social.

As teorias da Nova Sociologia da Educação (Cherkaoui, 1986, 52) atribuíram o insucesso escolar à forma como a escola está estruturada, bem como aos conteúdos curriculares, ao tipo de ensino e aos processos de avaliação relacionando estes factores internos à escola com a origem social e sobretudo cultural do aluno.

O insucesso escolar resulta de uma combinação de vários factores determinantes motivacionais, educacionais, desenvolvimentais e de interacção familiar.

De seguida serão apresentadas algumas causas que poderão estar na génese destes fenómenos:

→ Causas ao nível Estatal/Educação:

- Sistema de ensino;
- Escolas;
- Professores.

→ Causas ao nível familiar:

- Desvalorização da educação e valorização do trabalho;
- Trabalho infantil;
- Alcoolismo;
- Disfuncionalidades;
- Baixos recursos e más condições de habitabilidade;

- Crianças e jovens entregues a si próprios;
- Falta de envolvimento na escolaridade.

➔ **Causas ao nível da criança e do jovem:**

- Desejo de autonomia e independência económica;
- Desinteresse e baixas expectativas;
- Dificuldade de aprendizagem e consumos tóxicos.

A correlação entre sucesso (ou insucesso) escolar e sucesso (ou insucesso) profissional, não sendo determinante, pode ser bastante forte e deve ser encarada como uma via para a intervenção no âmbito das medidas de combate à exclusão social.

O ambiente familiar e social possui uma importância decisiva nos percursos individuais das crianças e dos jovens reflectindo-se especialmente na incapacidade em formular um projecto de vida ou em refazer o projecto de vida perante o surgimento de alguma adversidade.

A instabilidade e desestruturação familiar constituem aspectos relevantes e frequentes para a justificação do insucesso escolar reduzida nas formas de absentismo e abandono escolares. Assim, a correlação entre as características do meio de nascimento e os resultados obtidos no percurso escolar, permite realçar a influência do ambiente no indivíduo e avaliar as suas consequências. Contudo, o presente trabalho remete-nos ao estudo e à compreensão do insucesso escolar pelo indicador reprovação/retenção.

5.2 - Apresentação das informações recolhidas

A Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece o direito à educação e à cultura e visa assegurar a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares. A passagem (ou não passagem) dos indivíduos pelo sistema educativo e os resultados obtidos podem ser aspectos determinantes nos percursos profissionais e sociais.

A Educação é um importante factor do desenvolvimento humano. Por educação entende-se o acto de educar, orientar, acompanhar, nortear, trazer de “dentro para fora” as potencialidades de cada um. É, portanto, um processo complexo, participado e

contínuo que se encontra em permanente mudança e transformação, sempre orientado para o desenvolvimento integral da pessoa e sua equilibrada inserção na sociedade. A Educação é uma actividade social que se vale do trabalho, enquanto actividade de sobrevivência e acumulação de aprendizagem, para produzir e reproduzir o conhecimento sobre a vida humana nas suas mais diversas manifestações sociais, económicas, culturais e políticas.

O desenvolvimento territorial está cada vez mais correlacionado com a qualidade da formação e da educação. A escola, espaço privilegiado da acção educativa, necessita cada vez mais de ver repensadas as suas práticas e os seus fundamentos, alargando a sua acção no espaço (pois todas as experiências vividas na comunidade são educativas) e no tempo (acreditando que a formação e aprendizagem é feita ao longo da vida).

Um dos primeiros indicadores a ser considerado no âmbito da educação diz respeito à taxa de analfabetismo. O Instituto Nacional de Estatística, de acordo com a metodologia utilizada, definiu esta taxa tendo como referência a idade a partir da qual uma pessoa, que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino, deve saber ler e escrever. Considerou que essa idade correspondia aos 10 anos, equivalente à conclusão do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Quadro 24 – Taxa de Analfabetismo em 1991 e 2001, em Cinfães e no Tâmega:

| Concelho/Região | Taxa de Analfabetismo ⁸ | | Analfabetos com 10 ou mais anos | | |
|-----------------|------------------------------------|-------|---------------------------------|-------|--------------|
| | 1991 | 2001 | H | M | Total |
| Cinfães | 17,3% | 14,8% | 1128 | 1825 | 2953 |
| Tâmega | 12,3% | 10,2% | 17261 | 31320 | 48581 |

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

O quadro 24 demonstra que a taxa de analfabetismo sofreu uma ligeira diminuição na última década, reflectindo a tendência da região e mesmo do país. De facto, o Concelho apresentava, em 1991, uma taxa de 17,3% e, em 2001, passou para 14,8%.

⁸ É calculada através da seguinte fórmula:
$$\frac{\text{Nº de analfabetos com 10 ou + anos}}{\text{População com idade superior a 10 anos}} * 100$$

Apesar de se ter assistido a uma diminuição da taxa de analfabetismo no Concelho, a mesma ainda apresenta valores superiores aos registados em Portugal, valores que rondam os 9%.

Por outro lado, o quadro refere ainda que existem 2953 analfabetos com idade igual ou superior a 10 anos.

Quadro 25 – População Residente segundo o nível de instrução e o sexo, em 2001:

| Nível de Ensino | H | % | M | % | Total | % |
|------------------------|--------------|-------------|--------------|-------------|--------------|------------|
| Nenhum nível de ensino | 1827 | 8,1 | 2428 | 10,8 | 4255 | 18,9 |
| 1.º Ciclo | 4955 | 22,1 | 5022 | 22,4 | 9977 | 44,5 |
| 2.º Ciclo | 2209 | 10 | 2040 | 9,1 | 4249 | 18,9 |
| 3.º Ciclo | 990 | 4,4 | 817 | 3,6 | 1807 | 8,1 |
| Ensino Secundário | 674 | 3 | 696 | 3,1 | 1370 | 6,1 |
| Ensino Médio | 10 | 0,04 | 24 | 0,1 | 34 | 0,15 |
| Ensino Superior | 289 | 1,3 | 443 | 2 | 732 | 3,3 |
| Total | 10954 | 48,9 | 11470 | 51,1 | 22424 | 100 |

Fonte: INE, Censos 2001

Num universo de 22424 habitantes, pelo quadro 25, constatamos que 4255 indivíduos (18,9%) não possuem qualquer nível de ensino e 9977 (44,5%) apenas possuem o 1.º ciclo do ensino básico. É o sexo feminino que detém a maior percentagem (10,8%) de pessoas sem nenhum nível de ensino. Por outro lado, se evoluirmos na análise do quadro, concluímos que as mulheres apresentam um número superior, relativamente aos homens, nos níveis de ensino superiores.

A elevada taxa de analfabetismo, bem como os baixos níveis de escolaridade poderão ser justificados pelo envelhecimento da população e pela quebra da taxa de natalidade, já que os valores registados dirão mais respeito, não tanto às camadas jovens mas às gerações mais envelhecidas.

Pelo exposto, podemos concluir que a lenta descida da taxa de analfabetismo se deve ao envelhecimento da população concelhia como, de resto, acontece a nível nacional.

5.2.1 - Insucesso e Abandono Escolares

Para o cálculo do Insucesso e Abandono escolares é primordial sabermos o número total de alunos que frequentavam os diversos níveis de ensino, no ano lectivo de 2004/2005, na medida em que é sobre este mesmo ano que recai toda a análise.

Quadro 26 – Número total de alunos no ano lectivo de 2004/2005:

| Nível de Ensino | N.º de alunos/Agrupamentos | | | | |
|-----------------|----------------------------|----------------|-------------|------------|-------------|
| | Ag. Souselo | Ag. Nespereira | Ag. Cinfães | Esc. S/3 | Total |
| 1.º Ciclo | 424 | 144 | 583 | ----- | 1151 |
| 2.º Ciclo | 195 | 73 | 311 | ----- | 579 |
| 3.º Ciclo | 271 | ----- | 334 | 171 | 776 |
| Secundário | ----- | ----- | ----- | 351 | 351 |
| Total | 1032 | 295 | 1434 | 522 | 3283 |

Fonte: Agrupamentos de Escolas e Esc. Sec. S/3 – Questionários Rede Social – Dezembro 2005

Assim, pelo quadro 26 concluímos que, no ano lectivo de 2004/2005 encontravam-se a frequentar os diversos níveis de ensino 3283 alunos, dos quais 35% frequentavam o 1.º ciclo, 17,6% o 2.º ciclo, 23,6% o 3.º ciclo e 10,7% o secundário.

Quadro 27 – Indicadores referentes à área da educação, 2001:

| | Cinfães | Média Nacional | Observações |
|-------------------------------------|---------|----------------|-------------------------------------------|
| Abandono escolar (2001) | 8,5% | 2,7% | O 4º Concelho com valor mais alto do país |
| Saída Antecipada (2001) | 52,6% | 24,6% | O 4º Concelho com valor mais alto do país |
| Saída Precoce (2001) | 68,2% | 44,8% | O 8º Concelho com valor mais alto do país |
| Retenção (1º, 2º, 3º CEB) – 1999/00 | 13,6% | 13,3% | O 3º Concelho com valor mais alto do país |

Fonte: DREN – 2005

Segundo um estudo efectuado pela Delegação Regional de Educação do Norte, Cinfães apresentava, em 2001, uma Taxa de Abandono Escolar bastante elevada, ocupando o 4.º lugar do ranking ao nível do país. A situação parece agravar-se quando analisamos a

saída antecipada da escola uma vez que no Concelho de Cinfães, no mesmo ano, cerca de 52,6% da população entre os 18 e os 24 anos não tinham concluído o 3.º ciclo e não se encontravam a frequentar a escola, ocupando também o 4.º lugar no ranking.

Analizando a saída precoce do sistema de ensino, verificamos que no Concelho de Cinfães, no ano de 2001, 68,2% de jovens, entre os 18 e os 24 anos, saíram precocemente do sistema de ensino sem terem concluído o ensino secundário e, como tal, sem terem adquirido as competências e qualificações necessárias para fazer face ao mercado de trabalho, mais 34,3% que a média nacional.

De seguida serão apresentados e analisados os dados referentes ao insucesso escolar no ano lectivo de 2004/2005:

Quadro 28 – N.º de alunos com insucesso escolar por nível de ensino:

| Nível de Ensino | N.º de alunos/Agrupamentos | | | | |
|--------------------------|----------------------------|----------------|-------------|--------------|-------------------|
| | Ag. Souselo | Ag. Nespereira | Ag. Cinfães | Esc. S/3 | Taxa ⁹ |
| 1.º Ciclo | 37 | 15 | 45 | ----- | 8,4% |
| 2.º Ciclo | 27 | 7 | 3 | ----- | 6,4% |
| 3.º Ciclo | 91 | ----- | 16 | 42 | 19,2% |
| Secundário | ----- | ----- | ----- | 77 | 22% |
| Total | 155 | 22 | 64 | 119 | 11 % |
| Taxa¹⁰ | 15% | 7,5% | 4,5% | 27,8% | ----- |

Fonte: Agrupamentos de Escolas e Esc. Sec. S/3 – Questionários Rede Social – Dezembro 2005

Pelo quadro supra mencionado constata-se que, os valores referentes ao insucesso escolar apresentam-se elevados, na medida em que 360 alunos não tiveram aproveitamento escolar, no ano lectivo de 2004/2005, o que perfaz uma taxa de insucesso escolar de 11%.

⁹ Esta taxa foi calculada tendo em conta o total de alunos a frequentar a escola nos diversos níveis de ensino, com excepção do pré-escolar, no ano lectivo de 2004/2005: (1.º ciclo=1151; 2.º ciclo=579; 3.º ciclo=776; secundário=351; total de alunos=3283).

¹⁰ Esta taxa foi calculada tendo em conta o total de alunos a frequentar a Esc. Sec. S/3 e os agrupamentos no ano lectivo de 2004/2005: (Ag. Souselo=1032; Ag Nespereira=295; Ag Cinfães=1434; Esc. Sec. S/3=522).

Tendo presente que a taxa de insucesso escolar foi calculada tendo em conta o total de alunos a frequentar os diversos níveis de ensino e os respectivos Agrupamentos de Escolas e Escola Secundária (ver notas de rodapé e quadro 26), verificamos que é o secundário que totaliza a maior taxa de insucesso escolar a situar-se nos 22%. Por outro lado, é a Escola Secundária o estabelecimento de ensino que apresenta a maior taxa de insucesso escolar a situar-se nos 27,8%.

Quadro 29 – Número de alunos em situação de insucesso escolar segundo o ano de escolaridade, no ano lectivo de 2004/2005:

| | Ag. Souselo | Ag. Nespereira | Ag. Cinfães | Esc. S/3 | Total |
|--------------|-------------|----------------|-------------|------------|------------|
| 1.º Ano | 1 | 0 | 0 | | 1 |
| 2.º Ano | 19 | 9 | 29 | | 57 |
| 3.º Ano | 7 | 5 | 11 | | 23 |
| 4.º Ano | 10 | 1 | 5 | | 16 |
| 5.º Ano | 13 | 4 | 2 | | 19 |
| 6.º Ano | 14 | 3 | 1 | | 18 |
| 7.º Ano | 31 | | 9 | 18 | 58 |
| 8.º Ano | 36 | | 1 | 15 | 52 |
| 9.º Ano | 24 | | 6 | 9 | 39 |
| 10.º Ano | | | | 29 | 29 |
| 11.º Ano | | | | 8 | 8 |
| 12.º Ano | | | | 40 | 40 |
| Total | 155 | 22 | 64 | 119 | 360 |

Fonte: Agrupamentos de Escolas e Esc. Sec. S/3 – Questionários Rede Social – Dezembro 2005

Tendo como referência os dados segundo o nível de ensino e o ano de escolaridade verifica-se que, ao nível do 1.º ciclo é o 2.º ano que apresenta o maior número de insucessos, no 2.º ciclo é o 5.º ano, no 3.º ciclo é o 7.º ano e no secundário é o 12.º ano de escolaridade. Além disso, se olharmos para os valores totais constatamos que é o 7.º ano que apresenta a maior percentagem de alunos em situação de insucesso escolar, no ano lectivo de 2004/2005, seguido do 2.º e 8.º anos.

Quadro 30 – Número de alunos em situação de insucesso escolar por sexo, no ano lectivo de 2004/2005:

| Sexo | N.º de alunos/Agrupamentos | | | | |
|--------------|----------------------------|----------------|-------------|------------|------------|
| | Ag. Souselo | Ag. Nespereira | Ag. Cinfães | Esc. S/3 | Total |
| Homens | 96 | 14 | 41 | 63 | 214 |
| Mulheres | 59 | 8 | 23 | 56 | 146 |
| Total | 155 | 22 | 64 | 119 | 360 |

Fonte: Agrupamentos de Escolas – Questionários Rede Social – Dezembro 2005

Relativamente à distribuição dos alunos com insucesso escolar, o quadro mostra-nos que é o sexo masculino que apresenta a maior percentagem de insucesso escolar a situar-se nos 59,4%.

Quadro 31 – Número de alunos em situação de abandono escolar por agrupamento e nível de ensino, no ano lectivo de 2004/2005:

| Nível de Ensino | N.º de alunos/Agrupamentos | | | | |
|-----------------|----------------------------|----------------|-------------|-----------|----------------------------------------|
| | Ag. Souselo | Ag. Nespereira | Ag. Cinfães | Esc. S/3 | Taxa de abandono escolar ¹¹ |
| 1.º Ciclo | 0 | ----- | 4 | ----- | 0,35% |
| 2.º Ciclo | 7 | 1 | 3 | ----- | 2% |
| 3.º Ciclo | 8 | ----- | 16 | 11 | 4,5% |
| Secundário | ----- | ----- | ----- | 23 | 6,6% |
| Total | 15 | 1 | 23 | 34 | 2,2% |

Fonte: Agrupamentos de Escolas e Esc. Sec. S/3 – Questionários Rede Social – Dezembro 2005

A taxa de abandono escolar é calculada através da relação entre o número de alunos que abandonaram a escola e o número total de alunos que frequentam a escola. Deste modo, pelos dados apresentados constata-se que, a Escola Secundária é o estabelecimento de ensino que apresenta o maior número de abandonos, principalmente ao nível do secundário com uma taxa de abandono a situar-se nos 6,6%, o que significa que quase 7% da população que frequentava o ensino secundário, no ano lectivo de 2004/2005, abandonou a escola. Por outro lado, se analisarmos a taxa de abandono por níveis de ensino, verificamos que é o 3.º ciclo que apresenta a segunda maior percentagem com

¹¹ Esta taxa foi calculada tendo em conta o total de alunos a frequentar a escola nos diversos níveis de ensino, com excepção do pré-escolar, no ano lectivo de 2004/2005.

cerca de 4,5%, o que indicia que aproximadamente 5% dos alunos do 3.º ciclo abandonaram a escola sem terem concluído a escolaridade obrigatória.

Em termos totais, podemos dizer que a taxa de abandono escolar, no ano lectivo de 2004/2005, foi de 2,2%, o que significa que 73 dos 3283 alunos que frequentavam os níveis de ensino supra mencionados, abandonaram a escola.

Quadro 32 – Número de alunos em situação de abandono escolar segundo o ano de escolaridade, no ano lectivo de 2004/2005:

| | Ag. Souselo | Ag. Nespereira | Ag. Cinfães | Esc. S/3 | Total |
|----------|-------------|----------------|-------------|----------|-------|
| 1.º Ano | 0 | 0 | 1 | | 1 |
| 2.º Ano | 0 | 0 | 1 | | 1 |
| 3.º Ano | 0 | 0 | 0 | | 0 |
| 4.º Ano | 0 | 0 | 2 | | 2 |
| 5.º Ano | 3 | 0 | 2 | | 5 |
| 6.º Ano | 4 | 1 | 1 | | 6 |
| 7.º Ano | 7 | | 9 | 5 | 21 |
| 8.º Ano | 0 | | 1 | 3 | 4 |
| 9.º Ano | 1 | | 6 | 3 | 10 |
| 10.º Ano | | | | 20 | 20 |
| 11.º Ano | | | | 3 | 3 |
| 12.º Ano | | | | 0 | 0 |
| Total | 15 | 1 | 23 | 34 | 73 |

Fonte: Agrupamentos de Escolas e Esc. Sec. S/3 – Questionários Rede Social – Dezembro 2005

Analisando os dados por nível de ensino e ano de escolaridade verifica-se que, ao nível do 1.º ciclo é o 4.º ano que apresenta o maior número de abandonos, no 2.º ciclo é o 6.º ano, no 3.º ciclo é o 7.º ano e no secundário é o 10.º ano de escolaridade. Além disso, se olharmos para os valores totais constatamos que é o 10.º ano que apresenta a maior percentagem de alunos que abandonaram a escola no ano lectivo de 2004/2005, o que pode significar que os alunos abandonam a escola depois de concluída a escolaridade obrigatória.

Quadro 33 – Número de alunos em situação de abandono escolar por sexo:

| Sexo | N.º de alunos/Agrupamentos | | | | |
|--------------|----------------------------|----------------|-------------|-----------|-----------|
| | Ag. Souselo | Ag. Nespereira | Ag. Cinfães | Esc. S/3 | Total |
| Homens | 6 | 1 | 14 | 21 | 42 |
| Mulheres | 9 | ----- | 9 | 13 | 31 |
| Total | 15 | 1 | 23 | 34 | 73 |

Fonte: Agrupamentos de Escolas e Esc. Sec. S/3 – Questionários Rede Social – Dezembro 2005

No que concerne à distribuição dos alunos em abandono escolar segundo o sexo, verifica-se que é o sexo masculino que mais abandona a escola com cerca de 58% do total.

Como informação adicional podemos dizer ainda que, quando questionados os Agrupamentos de Escolas e a Escola Secundária de Cinfães sobre os principais motivos pelos quais os alunos abandonaram a escola no ano lectivo de 2004/2005, as 3 razões mais apontadas dizem respeito à falta de interesse pelas actividades escolares, à troca da escola pelo trabalho e, ao desempenho de tarefas paralelas (informais) à actividade escolar.

5.3 - Recursos

5.3.1 - Cursos de Educação/Formação

Os cursos de educação e formação estão regulamentados pelo Despacho Conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho que prevê como destinatários os jovens com idade igual ou superior a 15 anos; sem habilitações do 1.º, 2.º, 3.º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário; sem qualificação profissional; que não pretendam, de imediato, prosseguir os estudos e, jovens em risco de abandono escolar precoce.

A formação privilegia uma estrutura curricular acentuadamente profissionalizante que integra as componentes de formação sociocultural, científica, tecnológica, prática em contexto de trabalho, podendo, ainda, integrar um estágio complementar pós-formação.

Situando-se no âmbito das medidas estratégicas para potenciar condições de empregabilidade e de transição para a vida activa, esta modalidade de formação assume-

se como uma resposta/recurso prioritária (o) para jovens, enquanto promotora dos diferentes graus de escolaridade e de qualificação. Neste sentido, a conclusão do curso confere certificado de conclusão do 1.º, 2.º, 3.º ciclo do ensino básico ou do ensino secundário e certificado de qualificação profissional de nível 1, de nível 2 ou de nível 3.

Neste seguimento, estão a ser desenvolvidos, no Concelho de Cinfães, os cursos de Mecânica, Mesa/Bar, Jardinagem e Cozinha. Os primeiros tiveram início no ano lectivo anterior e os segundos começaram a ser ministrados neste ano lectivo (2005/2006).

Quadro 34 – Número de alunos a frequentar os CEF's:

| Cursos | N.º alunos | |
|--------------|------------|-----------|
| | 2004/2005 | 2005/2006 |
| Mecânica (1) | 17 | 19 |
| Mecânica (2) | ----- | 14 |
| Mesa/Bar (1) | 19 | 12 |
| Mesa/Bar (2) | ----- | 18 |
| Jardinagem | ----- | 14 |
| Cozinha | ----- | 15 |
| Total | 36 | 92 |

Fonte: Agrupamento de Escolas de Cinfães, Janeiro de 2006

Os Cursos de Educação e Formação estão a ser desenvolvidos pelo Agrupamento Vertical de Escolas de Cinfães e têm como objectivo proporcionar aos jovens um conjunto de ofertas diferenciadas que permitam o cumprimento da escolaridade obrigatória e a obtenção de qualificações profissionais, devidamente certificadas.

O aumento da procura desta modalidade de formação veio justificar a abertura de novos cursos o que levou ao aumento do número de alunos. Deste modo, no presente ano lectivo, 2005/2006, frequentam os cursos de educação/formação 92 alunos, dos quais 64% pertencem ao sexo masculino e 36% ao sexo feminino.

Quanto ao número de alunos por curso, verifica-se que os valores são bastante homogéneos, destacando-se os cursos de Mecânica (1.º ano) e Mesa/Bar (2.º ano) com 19 e 18 alunos, respectivamente.

Por outro lado, podemos dizer que 61% dos alunos têm 15 anos e 22% possuem 16 anos. De realçar ainda que, 23% dos formandos residem na freguesia de Cinfães e 16,3% habitam na freguesia de S. Cristóvão de Nogueira.

5.3.2 - Ensino Profissional

O Ensino Profissional é uma modalidade especial de educação, constituindo-se como via própria de estudos, alternativa ao ensino secundário, orientada para a formação técnica e profissional de jovens.

No Concelho de Cinfães o ensino secundário é também ministrado na Escola Profissional de Hotelaria de Cinfães, que tem revelado uma capacidade efectiva de preparar recursos humanos de modo orientado para a satisfação das necessidades de desenvolvimento regional e das empresas com implantação local. Aos cursos profissionais corresponde o diploma de ensino secundário, bem como uma certificação profissional de nível III.

A distribuição do número de alunos, por curso profissional, nos últimos cinco anos lectivos tem sido a seguinte:

Quadro 35 – Número de alunos no Ensino Profissional:

| Curso Ano Lectivo | 2001/02 | 2002/03 | 2003/04 | 2004/05 | 2005/06 | % Variação 2001/06 |
|-------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------------------|
| Hotelaria e Restauração | 37 | 37 | 31 | 37 | 53 | 43% |
| Turismo | -- | 18 | 16 | 16 | -- | -- |
| Animação | 12 | -- | -- | -- | -- | -- |
| Técnicos de Cozinha | 16 | 15 | 15 | 21 | 21 | 31,3% |
| Mesa/Bar | 10 | -- | -- | -- | -- | -- |
| Total | 75 | 70 | 62 | 74 | 74 | -1,3% |

Fonte: Escola Profissional de Cinfães – Questionário Carta Educativa – Janeiro de 2006

A leitura dos dados aponta para uma estabilização do número global de alunos, num valor médio de 71 alunos por ano lectivo. O valor registado tem a ver com a capacidade limitada, por parte da escola, para acolher mais alunos.

No entanto, também no ensino profissional existem abandonos e insucessos escolares.

Relativamente ao abandono escolar apenas um aluno de 16 anos abandonou o curso de Turismo ministrado na Escola Profissional de Cinfães.

Quanto ao insucesso escolar podemos analisar o quadro seguinte:

Quadro 36 – Número de alunos com insucesso escolar, segundo o sexo e o curso:

| Cursos | N.º alunos Insucesso escolar | |
|-----------------------|------------------------------|----------|
| | M | F |
| Hotelaria/Restauração | 3 | 2 |
| Turismo | 3 | 0 |
| Técnico de Cozinha | 0 | 0 |
| Total | 6 | 2 |

Fonte: Escola Profissional – Questionário Rede Social – Janeiro 2006

Pela análise do quadro 36, constata-se que 8 alunos que frequentavam a Escola Profissional, no ano lectivo de 2004/2005, não concluíram com aproveitamento os respectivos cursos que frequentavam. De realçar que, 62,5% do total de alunos com insucesso escolar frequentavam o curso de Hotelaria/Restauração e que 50% dos mesmos apresentavam 18 anos de idade.

Relativamente aos principais motivos pelos quais os alunos não tiveram aproveitamento escolar, os responsáveis pela Escola Profissional apontam como razão prioritária a falta de motivação.

5.3.3 - Ensino Recorrente

O Ensino Recorrente corresponde à vertente da educação de adultos que, de uma forma organizada e segundo um plano de estudo, conduz à obtenção de um grau e à atribuição de um diploma ou certificado, equivalentes aos conferidos pelo ensino regular. Através desta modalidade é assegurada uma nova oportunidade de acesso à escolaridade aos que

dela não usufruíram na idade própria, aos que abandonaram precocemente o sistema educativo e aos que o procuram por razões de promoção cultural ou profissional.

O quadro 37 sintetiza as ofertas a nível do Ensino Recorrente e o número de alunos que frequentam este tipo de ensino:

Quadro 37 – População a frequentar o Ensino Recorrente:

| | Tipologia de Cursos | Nº de formandos | | | |
|-------------------|----------------------------------|-----------------|-----------|------------|------------|
| | | 2002/03 | 2003/04 | 2004/05 | 2005/06 |
| 1º CEB | Certificação ao nível do 4º ano | 49 | -- | 20 | 24 |
| 2º CEB | Certificação ao nível do 6º ano | 27 | -- | 22 | 25 |
| 3ºCEB | Certificação ao nível do 9º ano | -- | 30 | 29 | 21 |
| Secundário | Certificação ao nível do 12º ano | -- | 59 | 49 | 61 |
| Total | | 76 | 89 | 120 | 131 |

Fonte: Ensino Recorrente – Questionário Carta Educativa – Janeiro de 2006

De um modo geral, pode dizer-se que a procura do Ensino Recorrente tem aumentado. Os alunos que procuram este tipo de ensino têm como objectivo aumentar a sua escolaridade, pois o abandono escolar foi feito de modo muito precoce.

5.3.4 - Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Trata-se de um processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Isto é, no Centro de RVCC o adulto vê Reconhecidas/Identificadas as competências que possui nos mais variados contextos de vida. Estas competências são validadas uma vez que ficam registadas na sua Carteira de Competências - Chave o que vai conduzir a um certificado correspondente ao nível B1, B2 e B3 (4º ano, 6º ano e 9º ano respectivamente) através da emissão de um certificado pelo Ministério da Educação.

O Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências destina-se a jovens e adultos com idade igual ou superior a 18 anos e sem escolaridade mínima obrigatória.

Esta modalidade de educação/formação é ministrada no nosso Concelho por uma instituição (AGITO, Formação e Serviços), desde Julho de 2004 e iniciou a sua actividade com 200 inscrições, divididas por 8 turmas, em média com 20 alunos por turma.

Ao avaliar pelo número de inscrições efectuadas, pode concluir-se que esta modalidade de educação/formação teve uma boa adesão, o que revela interesse pela população local, com mais de 18 anos e com abandono escolar precoce, em aumentar o seu grau de escolaridade.

5.3.5 – Centro de Formação da Associação de Escolas de Cinfães – CENFOR

O Centro de Formação de Cinfães, sito na Escola Básica 2/3 de Cinfães, tem por objectivo global apoiar, através da realização de acções de formação, o processo de melhoria da qualidade de ensino, contribuindo para que seja dada uma resposta positiva aos desafios colocados pela Sociedade da Informação e para que seja consolidada uma cultura de desenvolvimento e de actualização permanentes por parte dos profissionais.

Para o efeito, tem como objectivos específicos:

- ➔ Aproximar a formação do contexto escolar, privilegiando a realização de formação em modalidades centradas nas práticas profissionais;
- ➔ Desenvolver nos docentes e outros agentes competências no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação que conduzem à integração das mesmas no processo de ensino-aprendizagem;
- ➔ Favorecer o desenvolvimento de processos de inovação orientadores de uma cidadania activa que favoreça a concretização dos projectos educativos das escolas;

- ➔ Assegurar o desenvolvimento de um espírito científico que contribua para a condução de processos de inovação e de investigação no âmbito das ciências experimentais;
- ➔ Permitir a aquisição de competências especializadas orientadas para o exercício de novas funções exigidas pelo desenvolvimento do Sistema Educativo.
- ➔ Identificar necessidades de formação;
- ➔ Fomentar intercâmbio e divulgação de experiências e materiais pedagógicos;
- ➔ Oferecer formação contínua.

Tendo presentes estes objectivos, o Centro de Formação de Cinfães iniciou a sua actividade em 1993 apenas com acções direccionadas para o Pessoal Docente. A partir de 2000 alargou o seu campo de intervenção e começou a abranger também os funcionários das escolas do Concelho.

Durante o ano de 2005 efectuaram 9 acções de formação para Professores e Educadores e 5 acções para Pessoal não Docente.

Relativamente ao Pessoal Docente podemos apresentar as informações seguintes:

Quadro 38 – Pessoal Docente segundo o Sexo:

| Sexo | Concluíram a acção/curso | Desistentes | Total |
|--------------|---------------------------------|--------------------|--------------|
| Homens | 42 | 13 | 55 |
| Mulheres | 84 | 9 | 93 |
| Total | 126 | 22 | 148 |

Fonte: CENFOR, Março de 2006

Pelo quadro 38 constata-se que, estavam inscritos nas diversas acções de formação 148 formandos. Deste total, concluíram a acção 126 formandos dos quais, 33,3% pertenciam ao sexo masculino e 66,7% ao sexo feminino.

Quadro 39 – Pessoal Docente segundo o grupo etário:

| Grupo etário | Concluíram a acção/curso | Desistentes | Total |
|--------------|--------------------------|-------------|------------|
| 20-24 anos | 3 | 1 | 4 |
| 25-34 anos | 43 | 15 | 58 |
| 35-44 anos | 50 | 5 | 55 |
| 45-49 anos | 17 | 0 | 17 |
| 50-54 anos | 8 | 1 | 9 |
| 55-64 anos | 4 | 0 | 4 |
| >64 anos | 1 | 0 | 1 |
| Total | 126 | 22 | 148 |

Fonte: CENFOR, Março de 2006

Fazendo a análise segundo o grupo etário verificamos que, dos 126 Professores e Educadores que concluíram os respectivos cursos, 40% tinham idades entre os 35 e os 44 anos e 34% tinham idades entre os 25 e os 34 anos. Daqui podemos concluir que, são os mais jovens que procuram obter uma maior qualificação profissional, recorrendo por isso com mais frequência a este tipo de formação. No entanto, se olharmos para os grupos etários superiores (a partir dos 45 anos) percebemos que o número de inscritos é menor assim como o número de desistências.

Quadro 40 – Pessoal Docente por nível de ensino:

| Nível de Ensino | Concluíram a acção/curso | Desistentes | Total |
|------------------------|--------------------------|-------------|------------|
| Pré-escolar | 11 | 0 | 11 |
| 1.º ciclo | 51 | 5 | 56 |
| 2.º ciclo | 27 | 10 | 37 |
| 3.º ciclo | 17 | 5 | 22 |
| Secundário, Ens. Prof. | 20 | 2 | 22 |
| Total | 126 | 22 | 148 |

Fonte: CENFOR, Março de 2006

No que diz respeito à distribuição dos formandos segundo o nível de ensino, constata-se que, do total de Professores e Educadores que concluíram os cursos, 40,5% leccionam no 1.º ciclo e 21,4% no 2.º ciclo do ensino básico.

No que concerne ao pessoal não docente podemos apresentar as seguintes informações:

Quadro 41 – Pessoal Não Docente segundo o Sexo:

| Sexo | Concluíram a acção/curso | Desistentes | Total |
|--------------|--------------------------|-------------|-----------|
| Homens | 7 | 0 | 7 |
| Mulheres | 59 | 4 | 63 |
| Total | 66 | 4 | 70 |

Fonte: CENFOR, Março de 2006

Relativamente ao Pessoal não Docente pode dizer-se que, estavam inscritos nas acções de formação 70 funcionários mas apenas 66 concluíram as mesmas tendo-se registado 4 desistências. Dos 66 que concluíram os cursos, 89,4% pertenciam ao sexo feminino e apenas 11% ao sexo masculino.

Quadro 42 – Pessoal Não Docente segundo o grupo etário:

| Grupo etário | Concluíram a acção/curso | Desistentes | Total |
|--------------|--------------------------|-------------|-----------|
| 20-24 anos | 1 | 0 | 1 |
| 25-34 anos | 29 | 2 | 31 |
| 35-44 anos | 23 | 1 | 24 |
| 45-49 anos | 8 | 1 | 9 |
| 50-54 anos | 3 | 0 | 3 |
| 55-64 anos | 2 | 0 | 2 |
| >64 anos | 0 | 0 | 0 |
| Total | 66 | 4 | 70 |

Fonte: CENFOR, Março de 2006

Pela análise dos valores correspondentes constata-se que, 44% dos formandos tinham idades entre os 25 e os 34 anos e 35% entre os 35 e os 44 anos. Mais uma vez verificamos que, é a camada mais jovem que mais procura o aumento das suas qualificações profissionais.

Quadro 43 – Pessoal Não Docente segundo as habilitações Literárias:

| Habilitações Literárias | Concluíram a acção/curso | Desistentes | Total |
|-------------------------|--------------------------|-------------|-----------|
| <6 | 3 | 1 | 4 |
| 6-9 | 25 | 2 | 27 |
| 10-12 | 37 | 1 | 38 |
| Técnico Profissional | 0 | 0 | 0 |
| Bacharelato | 0 | 0 | 0 |
| Licenciatura | 1 | 0 | 1 |
| Total | 66 | 4 | 70 |

Fonte: CENFOR, Março de 2006

Por último, se fizermos a distribuição dos formandos segundo as habilitações literárias concluímos que, 56% dos mesmos têm entre o 10.º e o 12.º ano de escolaridade e 38% têm entre o 6.º e o 9.º ano de escolaridade.

5.4 - Análise Estratégica

O grupo de trabalho para análise do insucesso e abandono escolares reuniu no dia 20 de Outubro de 2005 com as seguintes entidades:

- ➔ Câmara Municipal de Cinfães;
- ➔ Comando da Guarda Nacional Republicana de Cinfães;
- ➔ Centro Social e Paroquial de Tendais;
- ➔ Santa Casa da Misericórdia de Cinfães;
- ➔ Centro de Saúde de Cinfães;
- ➔ Agrupamento Vertical de Souselo;
- ➔ Escola Secundária Prof. Dr. Flávio Resende;
- ➔ Ensino Recorrente e Extra – Escolar de Cinfães.

Este grupo de trabalho elaborou a Análise SWOT que a seguir se apresenta:

Problemática: Insucesso/Abandono escolares

| FORÇAS/ RECURSOS/POTENCIALIDADES | FRAQUEZAS/ PROBLEMAS |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> → Ensino Recorrente e Extra-Escolar de Cinfães; → Escola EB2,3 de Cinfães e Souselo; → Escola Secundária; → Cursos de Educação/formação; → Segurança Social – RSI; → Equipa de Coordenação dos apoios educativos; → Projecto “Voar Alto” – ATL; → Agito; → Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC); → Escola Profissional de Cinfães; → Técnicos de acção e intervenção social; → Cenfor. | <ul style="list-style-type: none"> → Dificuldades de aprendizagem; → Falta de motivação e interesse escolar; → Fraca valorização da escola pelos jovens e pais; → Baixo grau de escolaridade e expectativas; → Baixo nível sócio-económico das famílias; → Trabalho infantil; → Mercado de trabalho pouco exigente; → Falta de oportunidades de emprego; → Desejo de autonomia financeira por parte dos jovens; → Longas distâncias de autocarro (dispersão geográfica); → Quadro de docentes deficitário/mobilidade dos professores; → Pouca diversidade das ofertas educativas. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ul style="list-style-type: none"> → PRODEP; → POSI; → PETI; PIEF; → IEFPP/Cursos EFA; → ANEFA; → UNIVA → Legislação – Ensino especial; → Aulas de apoio (APA); → Lei de Bases do sistema educativo; → Lei do Trabalho Infantil; → Programa Escolhas; → Centro de Actividades Ocupacionais; → Direcção Regional de Educação do Norte; → Coordenação Educativa – Douro Sul; → Criação de turmas de percursos curriculares alternativos para jovens com insucesso e em risco de abandono escolar. | <ul style="list-style-type: none"> → Centralização do sistema educativo; → Crise económica; → Mercado de trabalho pouco exigente; → Cursos pouco adaptados à realidade; → Falta de cursos de formação profissional; → Colocação de soluções nos livros do ensino básico; → Baixo nível de exigência escolar; → Número médio de alunos por turma. |

5.4.1 - Perspectiva Analítica

Como podemos constatar pelas informações recolhidas para a caracterização desta problemática, os principais motivos apontados pelos quais os alunos tenham insucesso e, conseqüentemente abandonem a escola, prendem-se essencialmente com a falta de interesse pelas actividades escolares, com a troca da escola pelo trabalho e, pela realização de trabalhos paralelos à actividade escolar. Estas razões aliadas às dificuldades de aprendizagem, à fraca valorização da escola por parte dos jovens e suas respectivas famílias, ao baixo grau de escolaridade e expectativas, ao mercado de trabalho pouco exigente e à pouca diversidade das ofertas educativas vêm prejudicar a resolução ou minimização desta problemática no Concelho de Cinfães.

Deste modo, a prioridade de intervenção nesta problemática reside na promoção de cursos técnico-profissionais, cursos profissionais ou cursos profissionalizantes que substituam o currículo formal.

Problemática Social



Habitações Degradadas

6. Habitações Degradadas

6.1 - Introdução

Para a realização deste capítulo foram consultados os dados analisados no Pré-Diagnóstico Social do Concelho de Cinfães, aprovado a 16 de Junho de 2005, bem como foram solicitadas informações ao Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal de Cinfães.

Segundo o n.º 1 do Artigo 65 da Constituição da República Portuguesa, *“todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”*. Para tal, de acordo com o n.º 2 do referido artigo, compete ao Estado *“programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social; promover, em colaboração com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais; estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada; incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução”*.

6.2 – Apresentação das informações recolhidas

Segundo o Pré-Diagnóstico Social de Cinfães, existem no Concelho 10563 alojamentos familiares, dos quais 7303 são de residência habitual.

Fazendo uma análise ao tipo de instalações existentes nos alojamentos familiares constata-se que, em 2001, ainda se verifica a existência de 0,8% de alojamentos sem electricidade, 8% sem retrete, 11,3% sem água canalizada e 28% não possuem instalações de banho ou duche.

Ainda segundo o mesmo documento e no que concerne às instalações sanitárias e ao abastecimento de água, podem-se observar os quadros seguintes:

Quadro 44 – Número de alojamentos em Cinfães, segundo as condições sanitárias:

| Cinfães Total | Instalações Sanitárias (Retrete/Esgotos) | | | | | | Retrete Fora | Sem Retrete |
|------------------|------------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|
| | Com retrete no alojamento | | | | | | | |
| | Com dispositivo de descarga | | | Sem dispositivo de descarga | | | | |
| | Rede Pública | Rede Privada | Outros Casos | Rede Privada | Rede Pública | Outros Casos | | |
| 7303 | 797 | 4480 | 130 | 22 | 407 | 699 | 181 | 587 |

Fonte: INE, Censos 2001

Pode concluir-se que dos alojamentos com retrete, apenas 12,2% estão ligados à rede pública de esgotos, facto que espelha a reduzida taxa de cobertura de saneamento básico existente no ano de 2001.

Quadro 45 – Número de alojamentos, segundo o abastecimento de água:

| Cinfães Total | Com água canalizada no alojamento | | Com água canalizada fora do alojamento mas no edifício | Sem água canalizada | | |
|------------------|--------------------------------------|--------------|--------------------------------------------------------------|---------------------|--------------|-------|
| | Rede Pública | Rede Privada | | Fontanário | Poço ou furo | Outro |
| 7303 | 1656 | 4683 | 139 | 709 | 82 | 34 |

Fonte: INE, Censos 2001

Por outro lado, no que diz respeito ao abastecimento de água nos alojamentos de residência habitual, constatamos que 87% dos mesmos possuem água canalizada, dos quais 74% provêm da rede privada.

Quadro 46 – Variação do número de edifícios, 1991 e 2001:

| EDIFÍCIOS | | |
|-----------|------|--------------|
| 1991 | 2001 | Variação (%) |
| 9498 | 9864 | 3,9% |

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

De acordo com o Pré-Diagnóstico Social referente à variação do número de edifícios entre 1991 e 2001, verificamos que se assistiu a uma evolução desse mesmo número, reflectindo-se, por isso, numa variação positiva em cerca de 3,9%. No entanto, esta variação é muito inferior ao nível da variação verificada no País, no Norte e na NUT III,

na medida em que Portugal teve uma variação a situar-se nos 11,1%, o Norte nos 12,9% e o Tâmega nos 18%.

Quadro 47 – Edifícios segundo a época de construção:

| Época de Construção | | | | | | | | | |
|---------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-------|
| <1919 | 1919- 1945 | 1946- 1960 | 1961- 1970 | 1971- 1980 | 1981- 1985 | 1986- 1990 | 1991- 1995 | 1996- 2001 | Total |
| 1576 | 1114 | 696 | 821 | 1516 | 1104 | 877 | 987 | 1173 | 9864 |

Fonte: INE, Censos 2001

No que concerne aos edifícios segundo a época de construção, pelos dados dos Censos 2001, podemos facilmente concluir que se registou um aumento muito significativo na construção de edificações nos últimos 30 anos (57%) e em particular nos últimos 10 anos (22%). Porém, constatamos que 16% dos edifícios foram construídos antes de 1919 e 43% foram edificados antes de 1970 o que faz com que o Concelho de Cinfães apresente ainda um parque habitacional antigo.

Segundo o Pré-Diagnóstico Social e de acordo com a estatística, 61% dos edifícios necessitam ser reparados ao nível das estruturas, 64% necessitam de reparação ao nível da cobertura e que 65% do parque habitacional necessita de reparações no exterior, nomeadamente nas paredes e caixilharias. Do total do Concelho, 54% dos edifícios carecem de obras de reparação.

Relativamente aos edifícios construídos antes de 1919, verifica-se que, em média, 93% precisam de reparações na estrutura, na cobertura e no exterior. De registar que, apenas os edifícios construídos a partir da década de 80 não exigem obras de restauração.

Deste cenário, concluímos que a habitação no Concelho de Cinfães pauta-se, assim, por problemas estruturais que decorrem da antiguidade e da degradação dos edifícios.

6.3 – Recursos – Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal de Cinfães

O gabinete de Acção Social da Câmara Municipal de Cinfães efectua levantamentos sócio-económicos para atribuição de subsídios de apoio habitacional.

No período de Novembro de 2003 a Janeiro de 2006 entraram no gabinete de acção social da Câmara Municipal de Cinfães 76 pedidos de apoio habitacional. Deste total, 49 têm como requerentes o sexo feminino e 27 o sexo masculino.

Quadro 48 – Distribuição dos pedidos de apoio habitacional por freguesia:

| Freguesias | N.º de pedidos |
|----------------------|----------------|
| Alhões | 1 |
| Bustelo | 1 |
| Cinfães | 21 |
| Espadanedo | 4 |
| Ferreiros de Tendaís | 3 |
| Fornelos | 3 |
| Gralheira | 0 |
| Moimenta | 2 |
| Nespereira | 0 |
| Oliveira do Douro | 5 |
| Ramires | 4 |
| Santiago de Piães | 7 |
| S. Cristóvão | 13 |
| Souselo | 3 |
| Tarouquela | 5 |
| Tendaís | 2 |
| Travanca | 2 |
| TOTAL | 76 |

Fonte: Gabinete de Acção Social – Câmara Municipal de Cinfães, Janeiro de 2006

Pela análise do quadro 48 podemos constatar que, 27,6% dos requerentes provêm da freguesia de Cinfães e 17,1% da freguesia de S. Cristóvão de Nogueira.

De salientar que, durante aquele período, não se verificaram pedidos de apoio à habitação provenientes das freguesias de Nespereira e Gralheira.

Quadro 49 – Distribuição dos requerentes por faixas etárias:

| Faixa etária | Total |
|--------------|-----------|
| 20-30 anos | 7 |
| 31-40 anos | 16 |
| 41-50 anos | 11 |
| 51-60 anos | 9 |
| 61-70 anos | 7 |
| 71-80 anos | 8 |
| >= 80 anos | 2 |
| Desconhecida | 16 |
| Total | 76 |

Fonte: Gabinete de Acção Social – Câmara Municipal de Cinfães, Janeiro de 2006

Pela análise dos valores correspondentes constata-se que, 21% dos requerentes têm idades compreendidas entre os 31 e os 40 anos e 14,5% têm entre os 41 e os 50 anos.

Como informação adicional pode dizer-se que, os pedidos de apoio habitacional têm natureza diversa. Estes pedidos prendem-se com:

- ➔ Pedidos de habitação que englobam situações de pessoas sem-abrigo, separações conjugais em que um dos elementos fica sem lar, mulheres vítimas de maus-tratos, pessoas a residir em barracas ou casas em risco de ruir, entre outros.
- ➔ Obras em habitações degradadas sem condições mínimas de segurança e de habitabilidade.
- ➔ Casas sobre ocupadas que se referem a situações de famílias a viver em habitações cujo o índice de ocupação é elevado.
- ➔ Ordens de despejo que englobam situações de indivíduos/famílias que foram ou estão para ser despejados e não têm casa para residir ou condições para arrendar uma habitação.
- ➔ Casas sinistradas por incêndios decorrentes de acidentes domésticos ou fruto de incêndios florestais.
- ➔ Obras de adaptação para a população portadora de deficiência.

De salientar que, a maior parte dos pedidos diz respeito a obras de melhoramento de habitações degradadas.

6.3.1 – SOLARH

O Programa de apoio financeiro especial, designado por SOLARH, destina-se a financiar sob a forma de empréstimo, sem juros, a conceder pelo Instituto Nacional de Habitação, a realização de obras de conservação ordinária ou extraordinária e de beneficiação nos seguintes casos:

1. Em habitação própria permanente de indivíduos ou agregados familiares que preencham as condições previstas no Decreto-Lei n.º 39/2001, de 9 de Fevereiro;
2. Em habitações devolutas de que sejam proprietários os municípios, as instituições particulares de solidariedade social, as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa que prosseguem fins assistenciais e as cooperativas de habitação e construção;
3. Em habitações devolutas de que sejam proprietárias pessoas singulares.

O financiamento concedido pelo Instituto Nacional de Habitação atinge o valor máximo de 11971,15€ e a duração do empréstimo poderá ir até 30 anos.

A Câmara Municipal de Cinfães estabeleceu a parceria com o Instituto Nacional de Habitação em 2001.

Desde esta data foram requeridos e aprovados 3 pedidos de apoio no âmbito do SOLARH, dos quais:

- ➔ 1 Requerente do sexo masculino proveniente da freguesia de Cinfães;
- ➔ 1 Requerente do sexo feminino proveniente da freguesia de Cinfães;
- ➔ 1 Requerente do sexo masculino proveniente da freguesia de Souselo.

Em fase de aprovação encontra-se um pedido de um requerente do sexo masculino da freguesia de Cinfães.

6.4 – Análise Estratégica

O grupo de trabalho para análise da problemática das Habitações Degradadas reuniu a 27 de Outubro de 2005 e foi composto pelas seguintes entidades:

- ➔ Câmara Municipal de Cinfães;
- ➔ Junta de Freguesia de Fornelos;
- ➔ Junta de Freguesia de Ferreiros de Tendaís;
- ➔ Comando da Guarda Nacional Republicana de Cinfães;
- ➔ Centro de Saúde de Cinfães.

Este grupo de trabalho elaborou a Análise SWOT que a seguir se apresenta:

| FORÇAS/ RECURSOS/POTENCIALIDADES | FRAQUEZAS/ PROBLEMAS |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> ➔ Serviço de Acção Social da Câmara Municipal de Cinfães; ➔ Conferências de S. Vicente Paulo; ➔ Serviço Local de Segurança Social; ➔ Existência de um Bairro Social; ➔ Rede informal de apoio (vizinhos e familiares). | <ul style="list-style-type: none"> ➔ Antiguidade das habitações; ➔ Insuficiência de habitação social; ➔ Fraca taxa de cobertura das redes de saneamento básico e abastecimento de água; ➔ Desresponsabilização dos proprietários das habitações para conservação e manutenção das mesmas; ➔ Falta de higiene habitacional por parte dos moradores; ➔ Falta de recursos económicos; ➔ População envelhecida; ➔ Maus acessos às habitações; ➔ Plano Director Municipal desajustado às necessidades da população. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ul style="list-style-type: none"> ➔ Programas Comunitários (POEFDS, FSE); ➔ Instituto Nacional de Habitação: <ul style="list-style-type: none"> ▪ RECRIA; ▪ REHABITA; ▪ SOLARH; ▪ RECRIPH; ➔ PROGRIDE. | <ul style="list-style-type: none"> ➔ Crise económica/contenção orçamental; ➔ Risco de aumento do número de casas abandonadas nas aldeias envelhecidas; ➔ Custos elevados para reconstrução/ conservação/ manutenção das habitações; ➔ Falta de investimento público e privado para recuperação das habitações; ➔ Falta de divulgação/informação sobre os programas existentes; ➔ Excessiva burocratização dos serviços. |

6.4.1 – Perspectiva Analítica

Como verificamos na análise das informações recolhidas sobre a Habitação, o Concelho de Cinfães apresenta um parque habitacional antigo e degradado que se agrava perante a falta de condições de habitabilidade, de salubridade e de higiene das mesmas. A desresponsabilização dos proprietários das habitações por um lado e a falta de recursos económicos dos moradores por outro, faz com que a autarquia local intervenha e desempenhe um papel fulcral na reconstrução/remodelação de muitos fogos através da comparticipação na aquisição de material de construção. No entanto, este apoio manifesta-se insuficiente face às necessidades da população mais carenciada e com baixos recursos económicos do Concelho, pelo que a prioridade de intervenção nesta problemática reside na construção de Habitação Social¹², onde os possíveis inquilinos pagassem uma renda irrisória adequada ao seu nível de rendimentos.

¹² Os recursos para apoio à reconstrução das habitações degradadas encontram-se em anexo.

Problemática Social

Transportes e Acessibilidades

7. Transportes e Acessibilidades

7.1 - Introdução

Para a realização deste capítulo foram consultados os dados analisados na Carta Educativa bem como as informações constantes do Pré-Diagnóstico Social e do Plano Director Municipal do Concelho de Cinfães.

7.2 – Apresentação das informações recolhidas

Segundo o Plano Director Municipal de Cinfães, a rede viária do Concelho é composta por estradas nacionais e estradas municipais.

1 – As estradas nacionais nº 222, 225 e 321 seguem a legislação vigente e a responsabilidade da sua jurisdição e manutenção compete à Junta Autónoma de Estradas.

- ➔ A **EN222** faz a ligação entre Vila Nova de Gaia e Vila Nova de Foz Côa, passando por Cinfães, Resende, entre outros;
- ➔ A **EN225** faz a ligação entre Castelo de Paiva e Castro Daire, passando também por Cinfães;
- ➔ A **EN321** liga o Concelho de Cinfães a Castro Daire.

2 – Nas estradas municipais a estrutura viária do Concelho é composta por cinco níveis hierárquicos, representados na carta de hierarquia viária, cujas designações e funções são as seguintes:

Nível 1 – distribuidora principal, que estabelece ligação entre unidades de ordenamento e, simultaneamente, é acesso extra-municipal;

Nível 2 – distribuidora local, que é a ligação preferencial de cada freguesia ao respectivo núcleo da unidade de ordenamento;

Nível 3 – ligação de fecho, que colmata circuitos, servindo aglomerados secundários das freguesias;

Nível 4 – ligação intermunicipal secundária, que refaz percursos interconcelhios;

Nível 5 – via panorâmica, que estrutura zonas de interesse turístico prioritário.

A problemática dos transportes e acessibilidades é transversal às demais problemáticas sociais do Concelho. Resolvê-la assevera-se, portanto, crucial. A distância de algumas freguesias à Vila, onde se concentra a maioria dos recursos e dos serviços, faz com que o isolamento seja uma realidade do Concelho (nomeadamente nas freguesias da zona serrana). Por vezes, esta distância está na base do parcial desconhecimento de algumas situações precárias. Os serviços devem romper com este distanciamento e este isolamento, descentralizando-se o mais possível. Neste sentido, convém prestar atenção a eventuais problemas relacionados não só com o espaço mas também com o tempo. Revela-se, assim, necessário que os serviços procedam a uma nova definição de trabalho e a uma nova forma de coordenação, promovendo o atendimento descentralizado em algumas freguesias.

No sentido de colmatar algumas lacunas nesta área, a Autarquia tem dado apoio às Juntas de Freguesia e a outras Instituições para a aquisição de carrinhas com uma comparticipação de 40% do valor total.

7.3 – Análise Estratégica

O grupo de trabalho para análise da problemática dos Transportes e Acessibilidades reuniu no dia 27 de Outubro de 2005 e foi composto pelas seguintes entidades:

- ➔ Câmara Municipal de Cinfães;
- ➔ Junta de Freguesia de Fornelos;
- ➔ Junta de Freguesia de Ferreiros de Tendais;
- ➔ Comando da Guarda Nacional Republicana de Cinfães;
- ➔ Centro de Saúde de Cinfães.

Este grupo de trabalho elaborou a Análise SWOT que a seguir se apresenta:

Problemática: Transportes e Acessibilidades

| FORÇAS/ RECURSOS/POTENCIALIDADES | FRAQUEZAS/ PROBLEMAS |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> ➔ Câmara Municipal de Cinfães; ➔ Juntas de freguesia; ➔ Existência de uma rede de transportes escolares; ➔ Existência dos transportes públicos e privados; ➔ Associação Humanitária dos Bombeiros; ➔ Associações do Concelho de Cinfães. | <ul style="list-style-type: none"> ➔ Concelho disperso; ➔ Baixo índice populacional; ➔ Interioridade do Concelho; ➔ Insuficiente taxa de cobertura dos transportes públicos (intra e inter concelho); ➔ Insuficiência de transportes públicos face às necessidades da população; ➔ Mau estado de conservação dos transportes públicos existentes; ➔ Inexistência de vias de acesso às habitações mais isoladas. |
| OPORTUNIDADES | AMEAÇAS |
| <ul style="list-style-type: none"> ➔ ICERR; ➔ AGRIS – Caminhos Rurais. | <ul style="list-style-type: none"> ➔ Crise económica/contenção orçamental; ➔ Falta de investimento público e privado na rede de transportes e acessibilidades. |

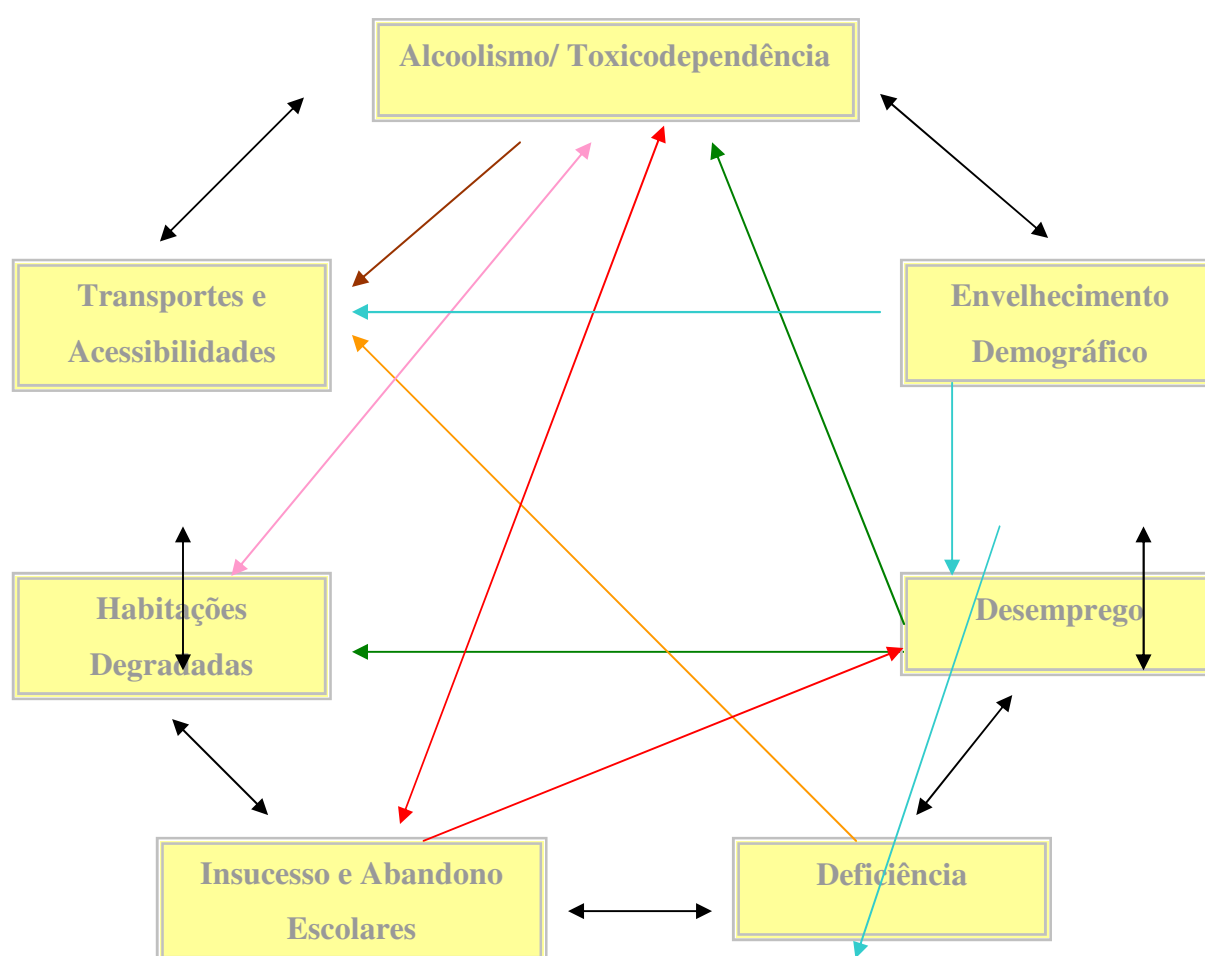
7.3.1 – Perspectiva Analítica

O Concelho de Cinfães integra a região do interior do país e, como tal, apresenta todas as características inerentes à sua própria localização geográfica. Como se referiu anteriormente, Cinfães é um Concelho disperso que possui uma insuficiente taxa de cobertura ao nível dos transportes públicos (intra e inter Concelho) e os que existem encontram-se em mau estado de conservação. Aliada a esta situação e devido à localização geográfica, as habitações mais isoladas não têm vias de acesso que respondam às necessidades da população. A prioridade de intervenção nesta área reside num maior investimento público e privado no sentido de melhorar as vias de comunicação existentes.

Conclusão

As problemáticas analisadas no Diagnóstico Social resultaram de uma consciencialização e responsabilização dos parceiros sociais numa sessão de trabalho conjunta. Embora estas problemáticas tenham sido trabalhadas individualmente, estão ligadas entre si numa lógica de correlação.

O esquema que a seguir se apresenta retrata essa correlação entre as problemáticas no Concelho de Cinfães.



O Diagnóstico Social de Cinfães resultou de um trabalho exaustivo, onde todos os parceiros comunitários, formais e informais, contribuíram com a sua visão, permitindo chegar à identificação dos problemas sociais para que, no passo seguinte, isto é, no Plano de Desenvolvimento Social, possamos novamente e em conjunto, encontrar as melhores soluções e ajustá-las à realidade do Concelho.

Bibliografia

ALMEIDA, João Ferreira de Almeida (et al) (1992), “*Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*”, Celta Editora, Oeiras.

AZEREDO, Zaida (2003), “*Educação para a Saúde e a Autonomia/Independência do Idoso*”, Revista de Educação Social n.º 1, Infância e Juventude: Pontes para a Inclusão, Ed. Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto.

CASTRO, José Luís (2000), “*Rede Social*”, Módulos PROFISS, Lisboa.

CHERKAOUI, Am (1986), “*Sociologia da Educação*”, P.E.A., Lisboa (Colecção Saber).

COSTA, Alfredo Bruto da (2001), “*Exclusões Sociais*”, Ed. Cadernos Democráticos, Gradiva Publicações, Lda.

FORQUIN (1988), Revue Française de Pédagogie. L.N.R.P.

GIDDENS, Anthony (2000), “*Sociologia*”, 2.ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

GOMES, Elisabete Almeida (2003), “*Álcool, Educação e Cultura*”, Projecto de Intervenção Primária, Universidade Portucalense, Porto.

GUERRA, Isabel (2000), “*Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção*”, Principia, Cascais.

JUNGER, Ernest (1977), “*Drogas, Embriaguez e outros temas*”, Arcádia, Lisboa.

MELLO, M.ª Lucília, BARRIAS, José et BREDÁ, João (2001), “*Álcool e Problemas Ligados ao Álcool em Portugal*”, Direcção Geral de Saúde, Lisboa.

MELLO, M.^a Lucília (et al), (1998), “*Manual de Alcoologia para o Clínico Geral*”, DelaGrange, Coimbra.

MOURA, Paula Cristina Nunes (2004), “*O apoio a Idosos*”, Pós-Graduação em Intervenção Familiar: Estratégias de Prevenção da Exclusão Social, Universidade Portucalense, Porto.

MSST (2003), “*Plano Nacional de Acção para a Inclusão – Portugal 2003-2005*”, Lisboa.

PASSIM, Ana Sofia Marques e CASTRO, José (2000), “*Modelar: Modelos de Formação e Inserção Sócio-Profissional de Pessoas Desfavorecidas – Dimensões e Tipologias*”, Ed. Empresa Diário do Porto, Porto.

ROBERT, Ladislav (1995), “*O Envelhecimento: Factos e Teorias*”, Ed. Instituto Piaget, Lisboa.

RODRIGUES, Carla (2005) “*Vamos Beber um Copo?... – Análise das práticas de consumo de álcool entre os jovens do Concelho de Cinfães*”, Seminário de Investigação: Poder Local e Desenvolvimento, do 5.º Ano de Sociologia, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto.

ROSA, M.^a João Valente (1996), “*O Envelhecimento da População Portuguesa*”, in Cadernos do Público, n.º 3, Ed. António Barreto, Instituto de Ciências Sociais e Público.

SANTOS, Sónia Martins e SANTOS, M.^a Emília R. dos (1999), “*Diagnóstico Social*”, Módulos PROFISS, Lisboa.

SILVA, M.^a de Fátima e SACUR, M.^a Adelina (2005), “*Repulsão da População do Concelho de Cinfães e Consequências Demográficas*”, 1.º Curso de Pós Licenciatura de Especialização em Enfermagem Comunitária, Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis.

Sites Consultados:

www.drogas.pt

www.crac.min-saude.pt

www.seg-social.pt

www.cm-cinfaes.pt

Legislação Consultada:

Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro (Enquadra o Programa Rede Social).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/94 de 17 de Outubro (PDM do Concelho de Cinfães).

Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro (Regulamenta as medidas especiais de educação, dirigidas a alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/99 de 26 de Maio (Estratégia Nacional de Luta contra a Droga).

Constituição da República Portuguesa – V Revisão Constitucional.

Documentos Consultados:

Carta Educativa do Concelho de Cinfães

ANEXOS

Anexo I

Objecto de Estudo

Breve caracterização do objecto de estudo

O Concelho de Cinfães pertence ao Distrito de Viseu constituindo um dos seus 24 municípios. Situa-se na região do Douro Sul fazendo parte da sub-região do Tâmega (NUTIII). É delimitado a Norte pelos Concelhos de Baião e Marco de Canavezes, a Sul pelos Concelhos de Castro Daire e Arouca, a Leste pelo de Resende e a Oeste pelo Concelho de Castelo de Paiva.

O Concelho tem uma área de 241,5Km², situada entre os Rios Douro (a Norte) Paiva (a Poente) e o Rio Cabrum (a nascente). Esta área subdivide-se geograficamente em 17 freguesias, sendo elas: Alhões, Bustelo, Cinfães, Espadanedo, Ferreiros de Tendais, Fornelos, Gralheira, Moimenta, Nespereira, Oliveira do Douro, Ramires, Santiago de Piães, S. Cristóvão da Nogueira, Souselo, Tarouquela, Tendais e Travanca.

Quadro 50 – Distribuição das freguesias, segundo a área:

| FREGUESIAS | ÁREA |
|----------------------|-----------------------------|
| Alhões | 10,66 Km ² |
| Bustelo | 5,81 Km ² |
| Cinfães | 25,18 Km ² |
| Espadanedo | 5,47 Km ² |
| Ferreiros de Tendais | 16,37 Km ² |
| Fornelos | 9,46 Km ² |
| Gralheira | 10,58 Km ² |
| Moimenta | 6,39 Km ² |
| Nespereira | 38,48 Km ² |
| Oliveira do Douro | 12,4 Km ² |
| Ramires | 11,37 Km ² |
| Santiago de Piães | 17,4 Km ² |
| S. Cristóvão | 18,37 Km ² |
| Souselo | 8,66 Km ² |
| Tarouquela | 6,55 Km ² |
| Tendais | 31,69 Km ² |
| Travanca | 6,66 Km ² |
| TOTAL | 241,5 Km² |

Fonte: Câmara Municipal de Cinfães

Da avaliação da tabela verifica-se que existe uma enorme disparidade em termos de área entre as diversas freguesias do Concelho, sendo Nespereira a maior freguesia com uma área de 38,48 Km² e Espadanedo a freguesia mais pequena do Concelho com 5,47 Km².

Quadro 51 – Evolução da População Residente no Concelho de Cinfães:

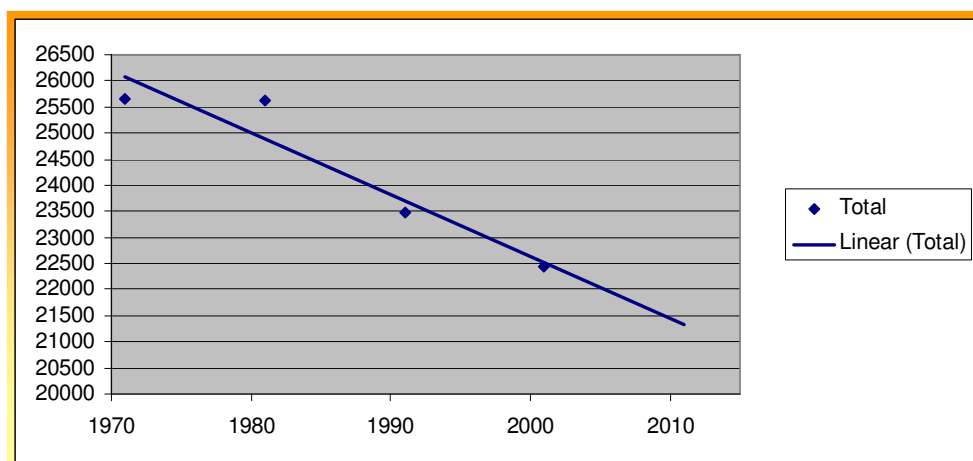
| ANOS | N.º DE HABITANTES |
|------|-------------------|
| 1940 | 30326 |
| 1950 | 31487 |
| 1960 | 29757 |
| 1970 | 25775 |
| 1981 | 25619 |
| 1991 | 23489 |
| 2001 | 22424 |
| 2002 | 21824 |

Fonte: Monografia do Concelho de Cinfães e Recenseamento Geral da População

No que respeita à evolução da população residente, o quadro 51 demonstra que a população do Concelho tem vindo a diminuir progressivamente desde a segunda metade do século XX. Desde 1950 a 2002 regista-se uma perda de cerca de 9663 indivíduos e de 1981 até 2002 o Concelho perdeu cerca de 3795 habitantes.

Partindo dos dados anteriormente apresentados é possível fazer uma previsão da evolução demográfica do Concelho que se pode apresentar no seguinte gráfico:

Gráfico XI – Projecção da população total:



Fonte: Carta Educativa do Concelho de Cinfães, 2005

Os números do gráfico anterior permitem adivinhar um decréscimo populacional no Concelho de Cinfães até ao ano de 2010.

Por outro lado, podemos apresentar a evolução da população residente por freguesias:

Quadro 52 – Evolução da População Residente, por freguesia:

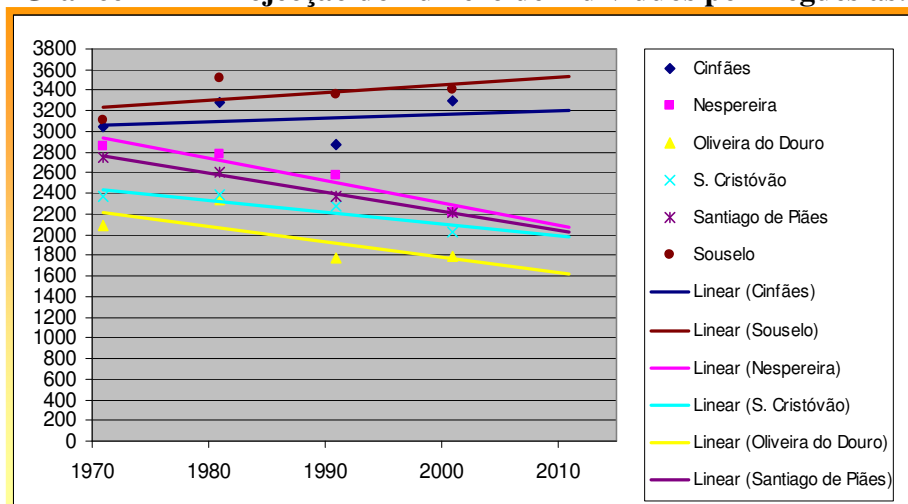
| FREGUESIAS | Censos 1971 | Censos 1981 | Censos 1991 | Censos 2001 | Variação 1971-2001 |
|----------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------------|
| Alhões | 347 | 359 | 350 | 284 | -18,2% |
| Bustelo | 236 | 191 | 170 | 153 | -35,2% |
| Cinfães | 3039 | 3274 | 2878 | 3290 | 8,3% |
| Espadanedo | 1327 | 1390 | 1494 | 1406 | 6% |
| Ferreiros de Tendaís | 1357 | 1018 | 902 | 802 | -40,1% |
| Fornelos | 1131 | 1055 | 1022 | 835 | -26,2% |
| Gralheira | 304 | 248 | 230 | 205 | -32,6% |
| Moimenta | 605 | 631 | 532 | 468 | -22,6% |
| Nespereira | 2859 | 2786 | 2582 | 2217 | -22,5% |
| Oliveira do Douro | 2089 | 2337 | 1767 | 1785 | -14,6% |
| Ramires | 304 | 235 | 176 | 138 | -54,6% |
| Santiago de Piães | 2374 | 2384 | 2284 | 2027 | -14,6% |
| S. Cristóvão | 2752 | 2609 | 2373 | 2215 | -19,5% |
| Souselo | 3114 | 3520 | 3355 | 3407 | 9,4% |
| Tarouquela | 1101 | 1187 | 1251 | 1339 | 21,6% |
| Tendaís | 1681 | 1356 | 1068 | 894 | -46,8% |
| Travanca | 1024 | 1039 | 1055 | 959 | -6,3% |
| TOTAL | 25644 | 25619 | 23489 | 22424 | -12,6% |

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População, 1971, 1981, 1991 e 2001

Pela análise do quadro supra constatamos que, no período de 1971 a 2001, o Concelho de Cinfães assistiu a uma variação negativa no número total dos seus habitantes (-12,6%), com excepção das freguesias de Cinfães, Espadanedo, Souselo e Tarouquela.

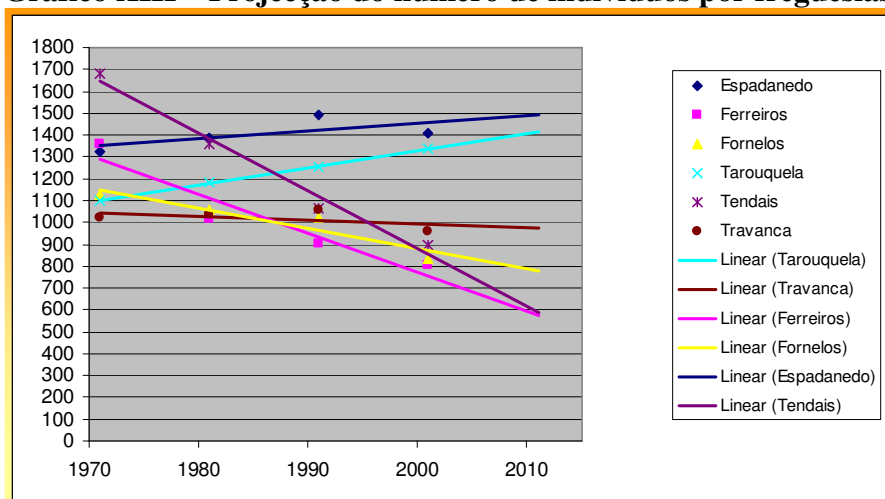
Os gráficos que se seguem abordam a projecção da população do Concelho até 2010, nas freguesias com maior e menor número de indivíduos:

Gráfico XII – Projecção do número de indivíduos por freguesias:



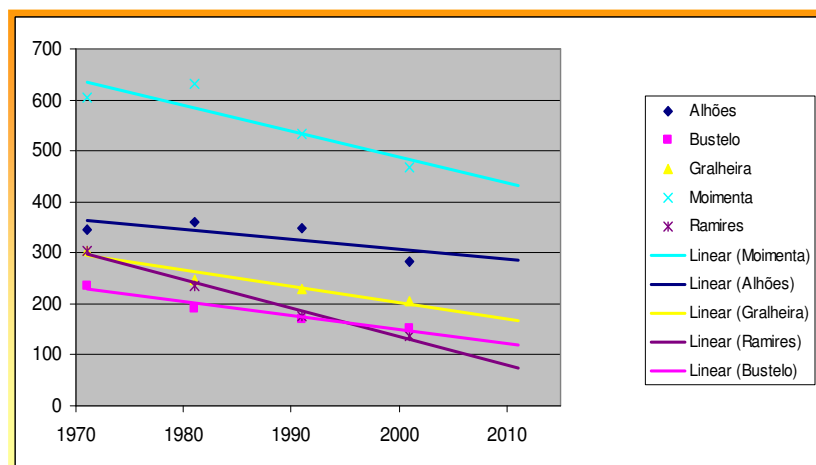
Fonte: Carta Educativa do Concelho de Cinfães, 2005

Gráfico XIII – Projecção do número de indivíduos por freguesias:



Fonte: Carta Educativa do Concelho de Cinfães, 2005

Gráfico XIV – Projecção do número de indivíduos por freguesias:



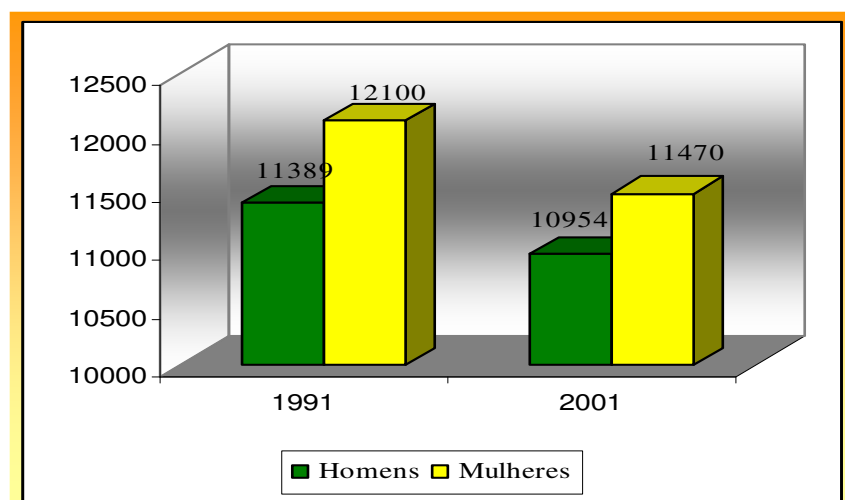
Fonte: Carta Educativa do Concelho de Cinfães, 2005

Fazendo uma análise pormenorizada aos gráficos constata-se que, até 2010 apenas as freguesias de Souselo, Cinfães, Tarouquela e Espadanedo registarão um aumento no número de habitantes. Por outro lado, as restantes freguesias irão deparar-se com um ligeiro decréscimo da população residente.

Relativamente à densidade populacional, constata-se que, no total, o Concelho de Cinfães possui cerca de 93 habitantes por km². As quatro freguesias com maior densidade populacional são, por ordem decrescente: Souselo, Espadanedo, Tarouquela e Cinfães.

Nota-se que a população está concentrada nas freguesias ditas mais desenvolvidas, onde as condições de vida, a facilidade de acesso a bens, ofertas de emprego, serviços de saúde, habitação, educação e cultura, acabam por condicionar a concentração da população residente.

Gráfico XV – Caracterização da população residente segundo o sexo:



Fonte: INE, Censos 1991 e 2001

Debruçando-nos sobre a distribuição da população segundo o sexo, verificamos que existe uma ligeira predominância do sexo feminino, tanto em 1991 como em 2001.

Quadro 53 – Estado Civil da População Residente no Concelho, em 2001

| Estado Civil | TOTAL | |
|-------------------|--------------|------------|
| | N.º | % |
| Solteiro | 8477 | 37.8 |
| Casado c/ Registo | 11761 | 52.4 |
| Casado S/ Registo | 368 | 1.6 |
| Viúvo | 1590 | 7.1 |
| Separado | 122 | 0.5 |
| Divorciado | 106 | 0.5 |
| TOTAL | 22424 | 100 |

Fonte: INE – Censos 2001

Quanto ao estado civil da população residente no Concelho, constata-se, pelo quadro 53, que 52,4% dos residentes são casados com registo. Esta elevada percentagem poderá ser explicada pela influência dos padrões familiares ainda muito enraizados no nosso Concelho e no nosso País.

Por outro lado, a percentagem de indivíduos solteiros situa-se nos 38%, tal como se verifica a nível nacional onde também 38% da população é solteira.

Da análise detalhada do quadro verifica-se que 7% da população encontra-se viúva, da qual 5,4 pertence ao sexo feminino, situação que pode ser justificada pela maior esperança média de vida das mulheres.

Quadro 54 – Indicadores Demográficos do Concelho de Cinfães:

| Indicadores Demográficos | ANO | |
|-------------------------------|------|------|
| | 2000 | 2002 |
| Taxa de Nupcialidade ‰ | 8,4 | 6,0 |
| Taxa de Divórcio ‰ | 0,9 | 1,2 |
| Taxa de Fecundidade ‰ | 42 | 44,3 |

Fonte: INFOLINE – Anuário Estatístico da Região Norte, 2000 e 2002 www.ine.pt

Analisando o quadro, referente às taxas de nupcialidade, divórcio e fecundidade, constata-se que de 2000 para 2002 diminuiu o número de casamentos, aumentou o número de divórcios e aumentou também o número de nascimentos.

Apesar de se verificar um aumento no número de nascimentos, a baixa taxa de natalidade ainda continua a ser um problema a nível concelhio condicionando a dimensão das famílias e dos núcleos familiares.

Quadro 55 – Número de Famílias, Núcleos Familiares e População Residente nos anos de 1991 e 2001:

| Famílias/Núcleos/ População Residente | ANOS | | | |
|------------------------------------------|-------|-------|----------|------|
| | 1991 | 2001 | VARIAÇÃO | |
| | N.º | N.º | N.º | % |
| N.º de Famílias | 6977 | 7349 | 372 | 5,3 |
| Núcleos Familiares ¹³ | 6188 | 6655 | 467 | 7,5 |
| População Residente | 23489 | 22424 | -1065 | -4,5 |

Fonte: INE – Censos 1991 e 2001

O Concelho de Cinfães apresenta, em 2001, um total de 7349 famílias clássicas. As freguesias de Cinfães e Souselo são as que registam o maior número de famílias, com 15% e 14%, respectivamente, do total de famílias clássicas.

Segundo os dados estatísticos do INE existem também 3 famílias institucionais, 2 correspondem às instituições com valências de Lar e a outra a uma instituição religiosa.

Assim, o quadro 55 demonstra que em 1991 tínhamos um total de 6977 famílias clássicas para uma população de 23489 e, em 2001, passamos para 7349 famílias e 22424 residentes.

Quanto aos núcleos familiares verificamos que em 1991 se registaram 6188 e em 2001 6655, o que significa que houve também uma variação positiva.

Este cenário permite-nos vislumbrar que no Concelho de Cinfães há um grande número de famílias a viver sob o mesmo tecto, filhos que casam e ficam a residir em casa dos pais e pais viúvos e/ou incapacitados que se juntam aos filhos.

¹³ Conjunto de pessoas dentro de uma família clássica, entre as quais existe um dos seguintes tipos de relação: casal com ou sem filho(s) solteiro(s), pai ou mãe com filho(s) solteiro(s), avós com neto(s) solteiro(s) e avô e avó com neto(s) solteiro(s).

Anexo II

Grelha de Caracterização das Problemáticas

GRELHA AUXILIAR PARA CARACTERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS

| Problemas Identificados | Principais Manifestações / Indicadores | Fonte | Grupos mais afectados | Principais causas | Consenso |
|-----------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Toxicodependência / Alcoolismo | <ul style="list-style-type: none"> - N.º de toxicodependentes inscritos no CAT de Viseu; - N.º de alcoólicos em tratamento no CRAC; - N.º de Toxicodependentes/alcoólicos em acompanhamento pelo serviço de acção social do Centro de Saúde de Cinfães. | <ul style="list-style-type: none"> - CRAC; - CAT; - Centro de Saúde; - Pré-Diagnóstico Social. | <ul style="list-style-type: none"> - Homens; - Mulheres; - Crianças. | <ul style="list-style-type: none"> - Enraizamento Cultural; - Zona de produção vinícola; - Factores sócio-económicos; - Ausência de programas de prevenção; - Insuficiência de programas de ocupação de tempos livres. | Indivíduo que manifesta uma dependência física/psíquica/social de determinada substância (neste caso álcool e droga). |
| Envelhecimento (Insuficiência de respostas ao nível da 3.ª Idade) | <ul style="list-style-type: none"> - Índice de Envelhecimento; - Índice de Dependência; - Aumento do n.º de idosos entre 1991 e 2001. | <ul style="list-style-type: none"> - INE; - Pré-Diagnóstico Social. | <ul style="list-style-type: none"> - Idosos (pessoas com mais de 65 anos). | <ul style="list-style-type: none"> - Falta de políticas que fomentem a fixação dos jovens e a taxa de natalidade; - Aumento da esperança média de vida; - Diminuição das taxas de natalidade e mortalidade; - Diminuição da taxa de fecundidade; - Migrações internas/externas. | Ocorre quando num determinado território o número de idosos (>=65 anos) é superior ao número de jovens (0-14 anos). |

| | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Desemprego | <ul style="list-style-type: none"> - População activa/inactiva; - Taxa de desemprego; - N.º de inscritos no Centro de Emprego de Lamego; - N.º de empresas sedeadas. | <ul style="list-style-type: none"> - INE; - Centro de Emprego de Lamego. | <ul style="list-style-type: none"> - Indivíduos com baixo nível de escolaridade; - Indivíduos com baixo nível de formação profissional. | <ul style="list-style-type: none"> - Falta de investimento empresarial; - Falta de mão-de-obra qualificada; - Mentalidade retrógrada/condicionalismos culturais. | População em idade activa que não exerce uma actividade remunerada. |
| Deficiência (Insuficiência de respostas sociais para a população deficiente) | <ul style="list-style-type: none"> - N.º de deficientes no Concelho; - Ausência de respostas para esta população. | <ul style="list-style-type: none"> - INE; - Pré-Diagnóstico Social. | <ul style="list-style-type: none"> - Pessoas portadoras de deficiência; - Deficientes com mais de 18 anos. | <ul style="list-style-type: none"> - Falta de acções de sensibilização para prevenção da deficiência; - Falta de investimento económico e social. | <i>No domínio da saúde, deficiência representa qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatómica.</i> (O.M.S. 1980:35) |
| Insucesso/Abandono Escolares | <ul style="list-style-type: none"> - Taxa de analfabetismo; - Taxa de abandono escolar; - Taxa de insucesso escolar. | <ul style="list-style-type: none"> - Agrupamentos de escolas do concelho. | <ul style="list-style-type: none"> - Crianças/ jovens em idade escolar. | <ul style="list-style-type: none"> - Baixo nível de escolaridade dos pais; - Falta de investimento escolar por parte dos pais; - Dificuldades de aprendizagem; - Baixo nível sócio-económico das famílias. | Insucesso Escolar – um aluno que fique retido mais do que uma vez numa ano de escolaridade. Abandono Escolar – abandono precoce da escola antes dos 16 anos e sem ter concluído a escolaridade obrigatória. |

| | | | | | |
|--------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|
| Habitações Degradadas | <ul style="list-style-type: none"> - Parque habitacional antigo e degradado (casos pontuais e identificados); - Taxa de cobertura das redes de saneamento básico e abastecimento de água. | <ul style="list-style-type: none"> - Câmara Municipal de Cinfães; - PDM. | <ul style="list-style-type: none"> - Bairro social S. Sebastião; - Idosos; - Famílias com baixos recursos económicos. | <ul style="list-style-type: none"> - Desresponsabilização dos proprietários; - Maus acessos às habitações; - Falta de higiene habitacional. - Baixo nível sócio-económico das famílias. | Habitações que não possuam as condições mínimas de habitabilidade (infra-estruturas). |
| Transportes / Acessibilidades | <ul style="list-style-type: none"> - Interioridade do Concelho; - Baixo índice populacional; - Dispersão do Concelho. | <ul style="list-style-type: none"> - Câmara Municipal de Cinfães. | <ul style="list-style-type: none"> - População geral do Concelho. | <ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de vias de acesso às habitações mais isoladas; - Insuficiente taxa de cobertura dos transportes públicos; - Estradas sinuosas e estreitas. | Meios de ligação entre as localidades que possibilite o acesso aos serviços locais e outros. |

Anexo III



Recursos

RECURSOS

Europeus

EQUAL

www.equal.pt

Objectivo: Promover novos meios de luta contra as formas de desigualdade e de exclusão no mercado de trabalho.

DAPHNE

www.europa.eu.int/comm

Objectivo: Prevenir a violência física e psicológica contra crianças, jovens e mulheres.

III Quadro Comunitário

QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO – PORTUGAL 2000-2006

www.qca.pt

POCTI – PROGRAMA OPERACIONAL CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

www.fct.mct.pt/pocti

Objectivo: Destina-se à expansão da inovação e à promoção da cultura científica e tecnológica.

Onde aceder: Comissão de Coordenação da Região Norte – Rua D. Estefânia, 251-4000 Porto

OPERAÇÃO NORTE – PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO NORTE

www.ccr-n.pt

Objectivo: O desenvolvimento sustentável e a coesão sócio-económica da Região Norte.

Onde aceder: Comissão de Coordenação da Região Norte – Rua D. Estefânia, 251-4000 Porto

POSI – PROGRAMA OPERACIONAL SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

www.posi.mct.pt

Objectivo: Construção de uma sociedade de informação e conhecimento.

Onde aceder: Comissão de Coordenação da Região Norte – Rua D. Estefânia, 251-4000 Porto

PRODEP III – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO

www.prodep.min-edu.pt

Objectivo: A melhoria da qualidade da educação básica, a expansão da formação dos jovens, a promoção da aprendizagem ao longo da vida e guiar o desenvolvimento de uma sociedade de informação.

Onde aceder: Comissão de Coordenação da Região Norte – Rua D. Estefânia, 251-4000 Porto

POEFDS – PROGRAMA OPERACIONAL DE EMPREGO, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

www.poefds.pt

Objectivos: A promoção da empregabilidade e do emprego, a formação profissional e a dinamização de iniciativas integradas no desenvolvimento social.

POE – PROGRAMA OPERACIONAL DE ECONOMIA

www.poe.min-economia.pt

Objectivo: Visa estimular um acréscimo da produtividade e de competitividade das empresas no mercado global, contemplando os sectores industrial, turístico, comercial e dos serviços. Este programa inclui o programa “SPIE – Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais” e o programa “URBCOM – Sistema de Incentivos a Projectos de Urbanismo Comercial”.

Onde aceder: Centro de Atendimento Telefónico – 808 266 266

PROGRAMA OPERACIONAL SAÚDE/SAÚDE XXI

www.saudexxi-min-saude.pt

Legislação: Despacho n.º 25 535/200 (2.ª série) D.R. 14 de Dezembro de 2000.

Objectivo: Melhorar os níveis de eficiência da saúde e assegurar a todos os cidadãos o acesso a cuidados de saúde de qualidade.

PROGRAMA OPERACIONAL DE CULTURA

<http://poc.min-cultura.pt>

Objectivo: Reforçar a cultura como factor de desenvolvimento e promover um maior equilíbrio especial no acesso à cultura.

PROGRAMAS DE INSERÇÃO SOCIAL

Infância e Juventude

CRECHES 2000

www.seg-social.pt

Objectivos: desenvolver e alargar a capacidade da rede nacional de creches para a guarda de crianças até aos 3 anos de idade. Pressupõe a implicação de todos os agentes que intervêm neste sector, no âmbito da Rede Pública, Rede de Solidariedade e Rede Privada, através da criação de medidas e incentivos à adaptação e reconversão física dos equipamentos existentes, à criação de novos equipamentos, diversificação da tipologia de resposta e formação e qualificação dos recursos humanos.

Onde aceder: Serviço Local de Segurança Social de Cinfães – Rua Xanana Gusmão – 4690 Cinfães

PROJECTO NASCER CIDADÃO

www.seg-social.pt

Legislação: Protocolo entre o Ministério da Segurança Social e do Trabalho e os Ministérios da Saúde e da Justiça.

Objectivo: visa promover o registo imediato das crianças logo após o seu nascimento, em três dimensões simultâneas: no registo civil, no serviço de saúde e no serviço de segurança social. Assim, facilita-se aos pais a promoção do registo do filho de forma

desburocratizada e permite identificar precocemente situações de risco das crianças e de desprotecção social dos pais. À Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco compete acompanhar e avaliar o desenvolvimento do projecto.

Onde aceder: Serviço Local de Segurança Social de Cinfães – Rua Xanana Gusmão – 4690 Cinfães

PROGRAMA SER CRIANÇA

www.seg-social.pt

Legislação: Despacho Normativo n.º 26/MSSS/95, de 28/12, D.R. 208 (2ª série).

Objectivo: Programa cuja finalidade é apoiar crianças carenciadas, em risco sócio-familiar e/ou com deficiência.

Onde aceder: Serviço Local de Segurança Social de Cinfães – Rua Xanana Gusmão – 4690 Cinfães

PEETI – PLANO PARA A ELIMINAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

www.seg-social.pt

Legislação: Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/98, de 4/6, publicada a 2/7/98. Despacho Conjunto dos Ministérios do Trabalho e da Segurança Social e da Educação.

Área do Envelhecimento e da Dependência:

PLANO AVÔ

www.seg-social.pt

Legislação: Parceria com o Ministério da Economia e Inspecção Geral do Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

Objectivo: Traduz-se num conjunto de medidas que visam a identificação dos utentes das redes de apoio a idosos, e das infraestruturas e respectivos equipamentos dos Lares de Idosos. Este quadro permitirá desenvolver um processo de *certificação da qualidade* das instituições prestadoras de serviços de apoio a pessoas idosas e simultaneamente apostar na formação dos recursos humanos envolvidos. O Plano propõe levar a cabo um processo de revisão da legislação enquadradora dos Lares Residenciais para pessoas idosas; a remodelação/substituição de instalações/equipamentos degradados e a recuperação de habitação degradada das pessoas idosas; o investimento no Apoio

Domiciliário para alargamento em duração e número de pessoas abrangidas, e o desenvolvimento de centros comunitários de pequena dimensão garantindo a transgeracionalidade das acções a desenvolver.

Onde aceder: Serviço Local de Segurança Social de Cinfães – Rua Xanana Gusmão – 4690 Cinfães

PAII – PROGRAMA DE APOIO INTEGRADO A IDOSOS

www.seg-social.pt

Legislação: Despacho Conjunto de 20 de Julho de 1994 e reiterado por despacho da Ministra da Saúde e do Ministro da Segurança Social e do Trabalho de 4 de Julho de 1996.

Objectivos: Assegurar a oferta de cuidados com carácter urgente e permanente que visam primordialmente manter a autonomia da pessoa idosa no domicílio e no seu ambiente habitual de vida;

- Estabelecer medidas destinadas a assegurar a mobilidade das pessoas idosas e a acessibilidade a benefícios e serviços;
 - Implementar respostas de apoio às famílias que tenham de assegurar cuidados e acompanhamento adequados a familiares que se encontrem em situação de dependência, nomeadamente pessoas idosas;
 - Promover e apoiar iniciativas destinadas à formação inicial e em exercício, de profissionais, voluntários, familiares e outras pessoas da comunidade;
 - Promover atitudes e medidas preventivas do isolamento, da exclusão e da dependência.
- Contribuir para a solidariedade intergerações;
- Contribuir para a criação de postos de trabalho.

PAIPS – PROGRAMA DE APOIO À INICIATIVA PRIVADA SOCIAL

www.seg-social.pt

Legislação: Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/99, de 12/8.

Objectivos: Apoiar a iniciativa privada social na melhoria, quantitativa e qualitativa, dos serviços dirigidos à população idosa.

Onde aceder: Serviço Local de Segurança Social de Cinfães – Rua Xanana Gusmão – 4690 Cinfães

Famílias e Crianças

PROJECTO DE APOIO À FAMÍLIA E À CRIANÇA

www.seg-social.pt

Objectivos: detectar situações de crianças maltratadas;

- proceder a um rigoroso diagnóstico das disfunções familiares que motivam os maus tratos à criança;
- desenvolver as acções necessárias de modo a fazer cessar a situação de risco para a criança.

Onde aceder: Serviço Local de Segurança Social de Cinfães – Rua Xanana Gusmão – 4690 Cinfães

RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

www.seg-social.pt

Legislação: Lei n.º 13/2003 de 21 de Maio

Objectivo: Prestação que visa assegurar um rendimento aos indivíduos e famílias que permita a satisfação das necessidades mínimas e a inserção social, profissional e comunitária.

Onde aceder: Serviço Local de Segurança Social de Cinfães – Rua Xanana Gusmão – 4690 Cinfães

PROGRIDE – PROGRAMA DE INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO

www.seg-social.pt

Legislação: Portaria n.º 730/2004 e Despacho n.º 25/2005 2ª série

Objectivos: Pretende contribuir para reduzir ou eliminar assimetrias e factores de exclusão e promover a coesão social.

PROGRAMA ESCOLHAS – 2ª GERAÇÃO

Legislação: Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2004

Objectivo: visa a promoção da inclusão social de crianças e jovens provindos de contextos sócio-económicos desfavorecidos e problemáticos, numa lógica de solidariedade e justiça social.

Onde aceder: Programa Escolhas – 2ª Geração, Av. Da Boavista, 1681, Ed. Bristol
Sala 2.3 – 4000-130 Porto

EDUCAÇÃO

ENSINO RECORRENTE

www.deb.min-edu.pt/neree.htm

Legislação: Portaria n.º432/89, de 14/6. Despacho Normativo n.º 58/88, de 27/7.
Despacho Normativo n.º 189/88 de 22/7.

Objectivos: Proporcionar a jovens e adultos a aquisição da segunda oportunidade de obtenção de um diploma escolar, visando a eliminação do analfabetismo, obtenção dos diversos níveis de escolarização e o desenvolvimento das competências profissionais.

Onde aceder: Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente – Rua Xanana Gusmão – 4690 Cinfães.

PROGRAMA DE REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

<http://barril.dapp.min-edu.pt/rbe/index.htm>

Objectivo: Tem por finalidade apoiar a criação e/ou desenvolvimento de bibliotecas escolares como centros de recursos multimédia nas escolas públicas dos diferentes níveis de ensino.

PROGRAMA CIÊNCIA VIVA

www.cienciaviva.mtc.pt

Objectivo: Visa a promoção de actividades experimentais na aprendizagem das ciências e das tecnologias e a promoção da cultura científica e tecnológica da população escolar.

EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

INICIATIVAS LOCAIS DE EMPREGO

www.iefp.pt

Legislação: Decreto-Lei n.º 189/96, de 8/10

Objectivos: Apoiar a criação directa de postos de trabalho.

Onde aceder: Centro de Emprego de Lamego – Avenida Visconde Guedes Teixeira
Ap. 16, 5100-073 Lamego

CRIAÇÃO DO PRÓPRIO EMPREGO POR SUBSIDIADOS

www.iefp.pt

Legislação: Portaria n.º 476/94 de 1/6

Objectivo: Fomentar a criação do próprio emprego por trabalhadores beneficiários do subsídio de desemprego.

Onde aceder: Centro de Emprego de Lamego – Avenida Visconde Guedes Teixeira
Ap. 16, 5100-073 Lamego

APOIO À CRIAÇÃO DO PRÓPRIO EMPREGO

www.iefp.pt

Legislação: Decreto-Lei n.º 445780 de 4/10

Objectivo: Promover a criação do próprio emprego de jovens entre os 18 e os 25 anos e desempregados de longa duração no exercício de actividades independentes.

Onde aceder: Centro de Emprego de Lamego – Avenida Visconde Guedes Teixeira
Ap. 16, 5100-073 Lamego

UNIDADES DE INSERÇÃO NA VIDA ACTIVA (UNIVA)

www.iefp.pt

Legislação: Despacho Normativo n.º 27/96

Objectivo: Apoiar a inserção dos jovens oferecendo serviços de apoio à orientação e colocação, à organização de estágios e formação profissional e a outras formas de contacto com o mercado de trabalho.

Onde aceder: Centro de Emprego de Lamego – Avenida Visconde Guedes Teixeira
Ap. 16, 5100-073 Lamego

ESTÁGIOS PROFISSIONAIS

www.iefp.pt

Legislação: Portarias n.º 247/95 de 29/03 e 268/97 de 18/04.

Objectivo: Complementar em contexto laboral uma formação académica ou profissional existente.

Onde aceder: Centro de Emprego de Lamego – Avenida Visconde Guedes Teixeira
Ap. 16, 5100-073 Lamego

PROGRAMAS OCUPACIONAIS

www.iefp.pt

Legislação: Decreto-Lei n.º 192/96, de 30/05 e Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/96 de 9/7.

Objectivo: Programas destinados a ocupar temporariamente candidatos de prestações de interesse comunitário.

Onde aceder: Centro de Emprego de Lamego – Avenida Visconde Guedes Teixeira
Ap. 16, 5100-073 Lamego

ESCOLAS-OFICINAS

www.iefp.pt

Legislação: Portaria n.º 414/96 de 24/8.

Objectivo: Dinamizar a criação de novos empregos nos domínios dos ofícios tradicionais, da protecção do meio ambiente e do património natural e urbanístico.

Onde aceder: Centro de Emprego de Lamego – Avenida Visconde Guedes Teixeira
Ap. 16, 5100-073 Lamego

EMPRESAS DE INSERÇÃO

www.iefp.pt

Legislação: Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/96 de 9/7. Protocolos do IEFPP com o IPPAR e a Direcção Geral de Saúde. Despachos Conjuntos dos Ministérios da Qualificação e Emprego, da Educação e da Solidariedade Social.

Objectivo: Apoiar empresas que combatam a pobreza e exclusão social, através da (re)inserção profissional.

Onde aceder: Centro de Emprego de Lamego – Avenida Visconde Guedes Teixeira
Ap. 16, 5100-073 Lamego

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

www.crpq.pt

Objectivo: Os serviços de Formação Profissional constituem uma oportunidade para jovens com deficiência adquirirem um perfil de competências que facilite a integração na vida activa e profissional. Estão disponíveis diversas áreas profissionais e uma equipa multidisciplinar que apoia os clientes na construção e implementação de projectos individuais de habilitação profissional.

Onde aceder: Centro de Reabilitação de Gaia, Avenida João Paulo II, 4410-406 Arcozelo,
Tel.: 227537700

ALCOOLISMO E TOXICODEPENDÊNCIA

CENTRO DE ALCOOLOGIA DO CENTRO – MARIA LUCÍLIA MERCÊS DE MELLO

www.crac.min-saude.pt

Áreas Operacionais: Prestação de Cuidados, a Prevenção e a Investigação.

Onde aceder: Centro de Alcoologia do Centro, Maria Lucília Mercês de Mello – Conraria, 3040-714 Castelo Viegas (Coimbra), Tel.: 239793710

INSTITUTO DA DROGA E DA TOXICODEPENDÊNCIA

www.drogas.pt

Legislação: Decreto – Lei n.º 269-A/2002 de 29 de Novembro

Objectivos: O IDT tem por missão garantir a unidade intrínseca do planeamento, da concepção, da gestão, da fiscalização e da avaliação das diversas fases da prevenção, do tratamento e da reinserção no domínio da droga e da toxicodpendência, na perspectiva da melhor eficácia da coordenação e execução das políticas e estratégias definidas.

Onde aceder: Av. João Crisóstomo, 14 • 1000-179 Lisboa
Tel: 213 104 100/99
Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 87 - 1º a 4º 1070-062 Lisboa
Tel: 217 235 600

PREVENÇÃO

PROJECTO PRÉVIS

www.projectoprevis.net

Objectivo: “O “Projecto Prévis”, é um projecto de prevenção a drogas e toxicodependências que se baseia na aquisição de conhecimento fidedigno através de uma cadeia de circulação de informação para esclarecimento e informação.

Onde aceder: Av. João Crisóstomo, 14 • 1000-179 Lisboa

Tel: 213 104 100/99

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 87 – 1º a 4º 1070-062 Lisboa

Tel: 217 235 600

PROJECTO ENCARE

www.encare.info

Objectivos: - Melhorar a situação de crianças que vivem em famílias definidas como contextos de abuso de álcool e minimizar o risco de posteriores problemas de adição;

- Apoiar o trabalho desenvolvido pelos profissionais da prevenção, do tratamento, da redução de danos e da investigação;

- Trabalhar em rede através da construção de websites e através da cooperação da rede de trabalho do ENCARE.

Onde aceder: Av. João Crisóstomo, 14 • 1000-179 Lisboa

Tel: 213 104 100/99

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 87 – 1º a 4º 1070-062 Lisboa

Tel: 217 235 600

PLANOS MUNICIPAIS DE PREVENÇÃO PRIMÁRIA DAS TOXICODPENDÊNCIAS

www.drogas.pt

Objectivos:

- Responder a especificidades locais;
- Valorizar recursos do concelho;
- Garantir a qualidade técnica dos projectos;
- Uniformizar procedimentos técnicos;

- Racionalizar apoios financeiros.

Áreas prioritárias

Os Planos têm como objectivo promover o desenvolvimento conjunto de uma política activa de intervenção em áreas prioritárias, tais como:

- meio escolar;
- meio familiar;
- jovens em situações de abandono escolar;
- espaços recreativos, de lazer e desportivos.

Onde aceder: Av. João Crisóstomo, 14 • 1000-179 Lisboa

Tel: 213 104 100/99

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 87 – 1º a 4º 1070-062 Lisboa

Tel: 217 235 600

PROGRAMA QUADRO PREVENIR II

www.drogas.pt

Objectivo: Esta medida introduz uma nova abordagem na área da prevenção das drogas e das toxicodependências, promovendo intervenções direccionadas para áreas ou grupos específicos (família, jovens em situação de abandono escolar, meio escolar, grupos específicos, espaços de lazer, meio prisional e Programa Escolhas), apoiadas técnica e financeiramente durante dois anos.

Onde aceder: Av. João Crisóstomo, 14 • 1000-179 Lisboa

Tel: 213 104 100/99

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 87 – 1º a 4º 1070-062 Lisboa

Tel: 217 235 600

TRATAMENTO

CAT – CENTROS DE ATENDIMENTO DE TOXICODEPENDENTES

São unidades de tratamento em regime ambulatorio, em que se presta cuidados globais a toxicodependentes, individualmente ou em grupo. Estes Centros existem em todos os distritos, num total de 45 Unidades.

As equipas que integram os CAT são constituídas por médicos, psicólogos, enfermeiros, técnicos de serviço social e técnicos psicossociais que, em regime ambulatorio, apoiam toxicodependentes nas várias modalidades de tratamento e reinserção social.

Onde aceder: CAT – Viseu, Rua Cândido dos Reis n.º22 | 3510-056 Viseu

Tel.: 232 426 615/17 | Fax: 232 421 150

Horário de Atendimento: 2ª a 6ª das 9.00h às 17.00h

Horário dos Programas de Tratamento de Substituição: 2ª a 6ª das 9.00h às 11.00h das 12.00h às 14.00h e das 16.00h às 17.00h

REDUÇÃO DE DANOS

www.drogas.pt

Objectivos: - Implementar programas e estruturas de proximidade destinadas à sensibilização e ao encaminhamento para tratamento de toxicodependentes e/ou consumidores ocasionais bem como à prevenção e redução de atitudes ou comportamentos de risco acrescido e minimização de danos individuais e sociais provocados pela toxicodependência;

- Redireccionar e/ou adaptar programas e estruturas socio-sanitárias adequando-as à nova realidade dos consumos, quer face aos novos consumidores quer face ao envelhecimento da população toxicodependente.

- Sensibilizar/formar os agentes intervenientes na área da prevenção das toxicodependências para a importância da RRMD no âmbito do seu trabalho.

Onde aceder: Núcleo de Redução de Danos – IDT

Av. João Crisóstomo, 14 • 1000-179 Lisboa
Tel: 213 104 100/99

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 87 – 1º a 4º 1070-062 Lisboa
Tel: 217 235 600

REINSERÇÃO SOCIAL

www.drogas.pt

Objectivo: A Reinserção Social contribui para a eficácia do tratamento, conduzindo à realização pessoal e ao restabelecimento das redes sociais de suporte, no sentido da estabilidade clínica, emocional e social do indivíduo.

É o processo através do qual o indivíduo reestrutura a sua personalidade e a sua vida, desenvolvendo competências de autonomia e responsabilidade, capazes de o valorizar enquanto membro útil à sociedade.

Onde aceder: Núcleo de Reinserção Social – IDT

Av. João Crisóstomo, 14 • 1000-179 Lisboa

Tel: 213 104 100/99

Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 87 – 1º a 4º 1070-062 Lisboa

Tel: 217 235 600

COMISSÕES PARA A DISSUAÇÃO DA TOXICODEPENDÊNCIA

www.drogas.pt

Legislação: Decreto – Lei n.º 130-A/2001 de 23 de Abril

Objectivo: Entidade responsável pela dissuasão do uso de drogas junto das pessoas que consomem.

Onde aceder: Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência de Viseu

Calçada do Viriato, n.º 101 – 1.º, 3500-220 Viseu

Tel.: 232 483 520/Fax: 232 483 525

INSTITUTO NACIONAL DE HABITAÇÃO -REABILITAÇÃO-

RECRIA

www.inh.pt

Legislação: (1) Decreto-Lei n.º 197/92, de 22/09

(2) Reformula o Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA).

(1) Revogado pelo Decreto-Lei n.º 329-C/2000, de 22/12, Supl.

(2) Revogado pelo Decreto-Lei n.º 329-C/2000

Objectivos: visa financiar a execução das obras de conservação e beneficiação, que permitam a recuperação de fogos e imóveis em estado de degradação, mediante a concessão de incentivos pelo Estado e pelos municípios. Este programa destina-se à recuperação de imóveis de arrendamento consistindo numa comparticipação a fundo perdido concedida pelo INH e pela Câmara Municipal onde se situa o imóvel e ainda a possibilidade da concessão de um financiamento para a parte não comparticipada.

Onde aceder: Instituto Nacional de Habitação – Delegação do Porto
Rua D. Manuel II, 296, 6.º, 4050-344 Porto
Tel.: 226079670/Fax: 226079679

REHABITA

www.inh.pt

Legislação: Decreto-Lei nº 105/96, de 31 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 329-B/2000, de 22 de Dezembro.

Objectivos: consiste numa extensão do Programa RECRIA e visa apoiar financeiramente as câmaras municipais na recuperação de zonas urbanas antigas.

Onde aceder: Instituto Nacional de Habitação – Delegação do Porto
Rua D. Manuel II, 296, 6.º, 4050-344 Porto
Tel.: 226079670/Fax: 226079679

RECRIPH

www.inh.pt

Legislação: Decreto – Lei n.º 106/96, de 31 de Julho

Objectivos: visa apoiar financeiramente a execução de obras de conservação e de beneficiação que permitam a recuperação de imóveis antigos, constituídos em regime de propriedade horizontal.

Onde aceder: Instituto Nacional de Habitação – Delegação do Porto
Rua D. Manuel II, 296, 6.º, 4050-344 Porto
Tel.: 226079670/Fax: 226079679

SOLARH

www.inh.pt

Legislação: Decreto-Lei n.º 39/2001, de 9 de Fevereiro.

Regula o programa SOLARH.

Decreto-Lei n.º 25/2002, de 11 de Fevereiro.

Altera o artigo n.º 21 (Emolumentos) do Decreto-Lei n.º 39/2001, de 9 de Fevereiro

Objectivos: destina-se a financiar sob a forma de empréstimo, sem juros, a conceder pelo Instituto Nacional de Habitação, a realização de obras de conservação ordinária ou extraordinária e de beneficiação nos seguintes casos:

1. Em habitação própria permanente de indivíduos ou agregados familiares que preencham as condições previstas no Decreto-Lei n.º 39/2001, de 9 de Fevereiro;
2. Em habitações devolutas de que sejam proprietários os municípios, as instituições particulares de solidariedade social, as pessoas colectivas de utilidade pública administrativa que prosseguem fins assistenciais, e as cooperativas de habitação e construção;
3. Em habitações devolutas de que sejam proprietárias pessoas singulares.

Onde aceder: Instituto Nacional de Habitação – Delegação do Porto

Rua D. Manuel II, 296, 6.º, 4050-344 Porto

Tel.: 226079670/Fax: 226079679

PROHABITA

www.inh.pt

Legislação: Decreto-lei n.º 135/2004, de 3 de Junho

Objectivos: tem como objectivo resolver o problema não só de pessoas residentes em barracas ou casas abarracadas (como acontecia anteriormente), mas quaisquer situações de grave carência habitacional das famílias residentes no território nacional, tais como:

- População residente em barracas;
- População residente em edificações sem condições de habitabilidade;
- População residente em edifícios degradados e cuja reabilitação seja inviável;
- Situação de sobreocupação dos alojamentos.

Onde aceder: Instituto Nacional de Habitação – Delegação do Porto

Rua D. Manuel II, 296, 6.º, 4050-344 Porto

Tel.: 226079670/Fax: 226079679